

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	7
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	8
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	9
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	10
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	11
1.10 Informações de sociedade de economia mista	14
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	15
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	16
1.13 Acordos de acionistas	18
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	19
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	20
1.16 Outras informações relevantes	21
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	22
2.2 Resultados operacional e financeiro	32
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	34
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	35
2.5 Medições não contábeis	36
2.6 Eventos subsequentes as DFs	38
2.7 Destinação de resultados	39
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	42
2.10 Planos de negócios	43
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	45
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	46
3.2 Acompanhamento das projeções	47

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	48
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	61
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	62
4.4 Processos não sigilosos relevantes	64
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	72
4.6 Processos sigilosos relevantes	73
4.7 Outras contingências relevantes	74
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	75
5.2 Descrição dos controles internos	76
5.3 Programa de integridade	80
5.4 Alterações significativas	84
5.5 Outras informações relevantes	85
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	86
6.3 Distribuição de capital	103
6.4 Participação em sociedades	104
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	105
6.6 Outras informações relevantes	112
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	113
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	115
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	116
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	117
7.4 Composição dos comitês	128
7.5 Relações familiares	129
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	130
7.7 Acordos/seguros de administradores	131
7.8 Outras informações relevantes	132
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	133

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	134
8.3 Remuneração variável	138
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	139
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	140
8.6 Outorga de opções de compra de ações	141
8.7 Opções em aberto	142
8.8 Opções exercidas e ações entregues	143
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	144
8.10 Outorga de ações	145
8.11 Ações entregues	146
8.12 Precificação das ações/opções	147
8.13 Participações detidas por órgão	148
8.14 Planos de previdência	149
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	150
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	151
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	152
8.18 Remuneração - Outras funções	153
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	154
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	155
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	156
8.20 Outras informações relevantes	157
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	158
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	160
9.4 Outras informações relevantes	161
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	162
10.1 Descrição dos recursos humanos	163
10.2 Alterações relevantes	164
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	165
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	166
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	167

## Índice

---

10.5 Outras informações relevantes	168
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	169
11.2 Transações com partes relacionadas	170
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	182
11.3 Outras informações relevantes	184
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	185
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	186
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	187
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	199
12.5 Mercados de negociação no Brasil	200
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	201
12.7 Títulos emitidos no exterior	202
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	203
12.9 Outras informações relevantes	204
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	205
13.1 Declaração do diretor presidente	206
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	207
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	208

## 1.1 Histórico do emissor

### 1.1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. ("Companhia" ou "Sertrading"), originalmente constituída como sociedade limitada denominada Sertrading (BR) Ltda., foi fundada no final de 2000 e iniciou suas operações em 2001, estabelecendo um marco significativo ao assinar seu primeiro contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para o gerenciamento de suas operações de importação.

Em 2002, a Sertrading expandiu seu portfólio de atuação ao fundar a Serlac Trading S.A. ("Serlac"), uma joint venture com a Itambé dedicada à exportação de produtos lácteos. Nesse mesmo ano, iniciou operações de importação no Espírito Santo, aproveitando o benefício fiscal do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - Fundap para impulsionar os negócios e fomentar o desenvolvimento regional.

Em 2004, a Serlac se consolidou como agente relevante no setor de lácteos, representando, aproximadamente, 33% das exportações de lácteos do Brasil e integrando a Câmara Setorial de Produtos Lácteos do Ministério da Agricultura.

A expansão internacional da Sertrading começou em 2006 com a abertura de uma subsidiária em Shenzhen, China, visando a fortalecer sua presença no comércio internacional. Em 2007, a Sertrading superou a marca de R\$ 277 milhões em faturamento, representando, à época, crescimento de 164% em relação ao ano anterior.

Em 2010, a Sertrading diversificou suas operações ao entrar no mercado de importação e distribuição de máquinas e equipamentos para a construção civil.

A consolidação da Sertrading no setor de importação de aeronaves executivas ocorreu em 2010, aproveitando a recuperação do mercado de aviação executiva. Em 2011, a Sertrading fez uma movimentação estratégica ao firmar um acordo com o Banco Indusval Multistock e adquirir a Vastera, expandindo sua atuação na plataforma de comércio exterior.

Com a introdução da Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012, e as respectivas mudanças tributárias associadas, a Sertrading ajustou sua estratégia para focar na prestação de serviços e operações terceirizadas em comércio exterior, reforçando seu compromisso com gestão e excelência operacional.

Em 2014, a Sertrading encerrou suas operações com a Serlac e, em 2016, focou exclusivamente no gerenciamento de operações de comércio exterior, consolidando sua expertise na importação de mercadorias para clientes.

O ano de 2017 foi marcado pela saída do Banco Indusval do seu quadro de sócios e pela aprovação da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017 que regulamentou a convalidação dos incentivos fiscais, reforçando a solidez do modelo de negócios da Companhia.

A Sertrading continuou sua trajetória de crescimento em 2018, ampliando seu volume de operações no comércio internacional, de forma que, em 2020, com um volume de operações de mais de R\$ 11 bilhões de reais, os então executivos da sociedade adquiriram as cotas dos investidores não ativos, iniciando um modelo de *partnership* que perdurou por 4 anos. Em 2021, a Sertrading também passou a atuar nas importações para os setores farmacêutico e automotivo.

Em setembro de 2024, a Sertrading foi transformada em sociedade anônima e passou a ser denominada BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. Em outubro de 2024, a Engelhart CTP (Brasil) S.A. ("ECTP Brasil"), uma sociedade do Grupo BTG Pactual com foco em linha de negócios voltado para commodities agrícolas, adquiriu, aproximadamente, 94% do capital social da Sertrading.

Por meio da aquisição da Sertrading, o Grupo BTG Pactual visou ofertar a sua base de clientes, os serviços especializados da Sertrading no setor de importação de bens, assim como, por outro lado, disponibilizar seus produtos financeiros aos clientes da Sertrading.

Em 13 de novembro de 2024, a Companhia apresentou à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") pedido de registro de emissora de valores mobiliários na categoria "B". Em 31 de janeiro de 2025, a CVM autorizou o registro de emissora da Companhia.

Em 30 de abril de 2025, a Companhia celebrou documentos para a incorporação reversa de sua controladora, ECTP Brasil, passando, então, a ser detida integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A. ("Banco BTG" ou "BTG Pactual") ("Incorporação ECTP").

#### Sobre a ECTP:

A ECTP Brasil foi constituída em 2011, sendo parte importante do plano do Grupo BTG Pactual de ampliar a atuação e gama de serviços disponíveis através da *expertise* do Banco BTG adquirida ao longo de décadas no mercado financeiro em resposta ao aumento na demanda de um dos setores mais importantes da economia brasileira, o de *commodities*.

## 1.1 Histórico do emissor

Com início da operação em 2013, o negócio de *commodities* explorado por meio da ECTP Brasil logo ganhou capilaridade e tração. No mesmo ano, visando expandir a capacidade de sua plataforma operacional nos mercados de *commodities*, o BTG Pactual deu início ao pedido de constituição da estrutura societária para implementação de suas atividades de *commodities*, para estabelecer uma plataforma física de comercialização de *commodities*, global e diversificada, tanto por local, quanto por produto, com o objetivo de geração de grandes retornos, independentes da variação do preço das *commodities*, focando em *commodities* que pudessem ser objeto de operações de *hedge* (proteção) nos mercados de futuros ou de balcão organizado.

Em junho de 2013, foi autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) a constituição, pelo BTG Pactual, de onze sociedades em diversas jurisdições das Américas, Europa e Ásia dentro do escopo do projeto de *commodities* pelo Grupo BTG Pactual, quais sejam: (i) BTG Pactual Commodities Holding (UK); e a BTG Pactual Commodities (UK), na Inglaterra; (ii) BTG Pactual Commodities (Switzerland), na Suíça; (iii) BTG Pactual Commodities Holding (US), BTG Pactual Commodities (US) e a BTG Pactual Energy (US), nos Estados Unidos; (iv) BTG Pactual Commodities (Singapore), em Cingapura; (v) BTG Pactual Commodities (Argentina), na Argentina; (vi) BTG Pactual Commodities (China), na China; (vii) BTG Pactual Commodities (South Africa), na África do Sul, além da BTG Pactual Commodities (Brazil), no Brasil.

Dando continuidade ao processo de desenvolvimento e expansão de sua plataforma global de *commodities*, o Grupo BTG Pactual deu vazão a tal expansão através de diversos pedidos de constituição de participação acionária, com o intuito de continuar a aumentar a capacidade de sua plataforma operacional nos mercados de *commodities*, tornando-a mais diversificada, tanto por região, quanto por produto. Naquela ocasião, o Grupo BTG Pactual evidenciou a sinergia das atividades de *commodities* com a atuação do Grupo BTG Pactual na área de *Sales & Trading* e com as atividades de tesouraria, bem como com a completa integração dessa plataforma no ambiente de controles do Banco BTG Pactual.

No ano de 2016, criou-se a marca *Engelhart Commodities Trading Partners*, um *rebranding* para que a operação tivesse maior alcance internacional, que viria a culminar na alteração da denominação social de várias companhias do grupo voltadas a esta atividade - incluindo a ECTP Brasil, anteriormente denominada BTG Pactual Commodities S.A.. Em função de seu crescimento, optou-se pela reestruturação societária desta operação, originalmente como uma entidade irmã do Banco BTG Pactual, mas ainda parte do mesmo grupo econômico e com mesmo conjunto de sócios majoritários finais. A nova estrutura permitiu o desenvolvimento de uma governança mais direcionada para o negócio de *commodities* e o desenvolvimento de sua identidade como comercializadora internacional de *commodities*.

Com o amadurecimento da comercialização das principais *commodities* agrícolas da operação, foi identificado que a Companhia tinha possibilidades adicionais de expansão da sua atuação através de ajustes no seu plano de negócio para o setor e de sinergias com o Banco BTG Pactual. Essa oportunidade traduziu-se em um retorno estratégico da Companhia para dentro da estrutura societária do Banco BTG Pactual ao final do ano de 2021.

Ressalta-se que, em junho de 2023, os acionistas originais da Companhia (BTG Pactual Holdco Lux S.A. e BTG Pactual Holding Internacional S.A.) celebraram entre si contratos para a transferência integral das ações de emissão da Companhia ao Banco BTG Pactual S.A., que passou a ser, desde então, o único acionista e controlador da ECTP Brasil.

Com o objetivo de verticalização das suas atividades, em 30 de abril de 2025, a Companhia arrematou, em leilão público, o direito de arrendamento da área portuária PAR14, localizada nos portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná. O valor de outorga foi de R\$ 225.000.000,00, sendo 25% pago previamente à celebração do contrato e o saldo remanescente dividido em cinco parcelas anuais. A conclusão da transação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis.

Essa iniciativa marca a entrada da Companhia no setor portuário, ampliando sua atuação estratégica na infraestrutura logística nacional.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### 1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Sertrading é uma empresa especializada em operações de comércio exterior, com foco em importação de mercadorias.

#### Comércio Exterior

As atividades da Sertrading incluem, principalmente, as operações de importação por encomenda, importação por conta e ordem de terceiros, e a prestação de serviços de consultoria de planejamento comercial, operacional, logístico e financeiro relacionados ao processo de importação (*Business Process Outsourcing*). Mais especificamente, a Sertrading atua como intermediária entre fornecedores estrangeiros e empresas interessadas em adquirir as mercadorias, oferecendo uma ampla gama de serviços, que inclui gestão operacional, inteligência tributária, planejamento logístico, soluções financeiras, automação e tecnologia.

Os principais modelos de operação da Sertrading podem ser resumidos da seguinte forma:

Importação Indireta. A Companhia atua como responsável pela importação de mercadorias adquiridas do exterior diretamente pelos seus clientes, podendo ocorrer no modelo de (a) importação por encomenda; ou (b) importação por conta e ordem.

Importação por Encomenda<sup>1</sup>. Nesse modelo, a Companhia é contratada para adquirir a mercadoria no exterior, realizar a importação em nome próprio e revender os produtos nacionalizados aos solicitantes, também denominados encomendantes.

Figura 1. Modelo de Importação por Encomenda



<sup>1</sup> As operações de importação indireta são regulamentadas pela Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 1.861 de 2018 (<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=97727>).

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Importação por Conta e Ordem. Nesse modelo, a empresa realiza a importação da mercadoria adquirida no exterior em benefício do contratante, denominado adquirente.

Figura 2. Modelo de Importação por Conta e Ordem



BPO (Business Process Outsourcing). BPO representa a terceirização da cadeia estratégica de um processo de importação, proporcionando a diminuição de custos e o aumento da eficiência nos negócios dos clientes. Nesse modelo, a Companhia desempenha o papel de planejar estrategicamente uma atividade de importação, assumindo integralmente a gestão dos processos em nome do cliente, envolvendo desde a aquisição da mercadoria até o processo de importação em si.

Figura 3. Modelo de BPO



Nos modelos elencados acima, a Sertrading realiza operações de importação para diversos segmentos, como aviação executiva, automotivo, farmacêutico, máquinas e equipamentos, alimentação e bebidas, químicos e petroquímicos, cosméticos e produtos de higiene pessoal, tecnologia, roupas e acessórios, metais, médico-hospitalar, energia, segurança, mobilidade urbana, construção civil e higienização.

## **1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais**

### **1.3. Informações relacionadas aos seguintes operacionais**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### 1.4. Produção / Comercialização / Mercados

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 1.5 Principais clientes

### 1.5. Principais clientes

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

**1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:**

**a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:**

**i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**

**ii) em favor de partidos políticos**

**iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Não foram efetuadas contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

## **1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

### **1.7. Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

### **1.8. Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### 1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

#### a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. divulga suas iniciativas ESG publicamente em documento disponível no seu website:

<https://www.sertrading.com/quem-somos/esg/nossas-iniciativas>

O BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. é controlado pelo Banco BTG Pactual, o qual possui uma série de iniciativas publicadas por meio do Relatório Anual. Na página web do BTG Pactual, é possível encontrar o documento, além de políticas que reforçam as diretrizes e integração ESG no Banco.

Página ESG & Impact Investing: <https://www.btgpactual.com/esg-e-impact-investing>

Relatório Anual: <http://ri.btgpactual.com/principais-informacoes/relatorios-anuais>

#### b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório Anual divulgado pelo Banco BTG Pactual, elaborado e publicado anualmente, segue as principais metodologias e recomendações mundiais para reporte. O documento é elaborado em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e International Integrated Reporting Council (IIRC). Além disso, pelo segundo ano consecutivo, foram incorporados determinados requisitos de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (IFRS S1) e ao clima (IFRS S2), com base nas normas do International Sustainability Standards Board (ISSB), apresentadas em 2023. Fortalecendo assim o compromisso com a transparência e evolução para atender ao prazo regulamentar, previsto para 2026.

O documento divulgado pela Companhia sobre suas iniciativas de sustentabilidade não segue padrão ou metodologia específica internacional.

O documento encontra-se disponível em <https://www.sertrading.com/quem-somos/esg/nossas-iniciativas>

#### c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações de ESG da Companhia são certificadas anualmente pela EcoVadis. Atualmente, a Companhia recebe o reconhecimento de nível Prata da EcoVadis, o qual atesta a qualidade do sistema de gestão de sustentabilidade.

O Relatório Anual e o inventário de gases de efeito estufa do Banco BTG Pactual são verificados anualmente por uma entidade independentemente. O Relatório Anual 2024 e o Inventário de GEE 2024 foram verificados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

#### d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

A Companhia divulga as suas informações ESG em documento específico, disponível em: <https://www.sertrading.com/quem-somos/esg/nossas-iniciativas>

As informações do Banco BTG Pactual podem ser encontradas nos seguintes sites:

Página ESG & Impact Investing / Download de Documentos / Relatórios Anuais: <https://www.btgpactual.com/esg-e-impact-investing/esg-documentos>

Página BTG Pactual RI: <http://ri.btgpactual.com/principais-informacoes/relatorios-anuais/>

#### e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Banco BTG Pactual, controlador do BTG Pactual Commodities Sertrading S.A., realiza anualmente o processo de Dupla Materialidade, o qual visa mapear os impactos de uma organização na sociedade e no meio ambiente, bem como avaliar os riscos e oportunidades de questões ambientais, sociais e de governança (ESG) sobre o desempenho financeiro. Em 2024, a lista inicial de

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

temas materiais foi construída a partir da análise de aspectos internos e externos, com base em referências como a GRI, ratings ESG e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE). Foram identificados 20 temas, agrupados em três categorias: Meio Ambiente, Social e Governança/Modelos de Negócios. Após consulta a stakeholders e validação pela gestão sênior, a materialidade final para 2024 incluiu 12 temas, entre eles:

- Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos
- Estratégia Climática e Descarbonização
- Impactos Socioambientais Financiados
- Atração, Retenção e Bem-estar do Capital Humano
- Desenvolvimento Social e Sociedade
- Direitos Humanos (Devida diligência, Diversidade, Inclusão e Equidade)
- Educação e Inclusão Financeira
- Satisfação do Cliente
- Cibersegurança e Privacidade de Dados
- Ética e Integridade
- Inovação e Digitalização
- Investimento Sustentável e de Impacto

### **f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

No website da Sertrading (<https://www.sertrading.com/quem-somos/esg/nossas-iniciativas>) estão relacionadas as iniciativas BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Os programas desenvolvidos e impulsionados pelo BTG Pactual Commodities Sertrading S.A., conforme descrito no documento com suas iniciativas, consideram os seguintes ODS:

- ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- ODS 3 - Saúde e Bem-estar;
- ODS 4 - Educação de Qualidade;
- ODS 6 - Água Potável e Saneamento;
- ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis;
- ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

### **g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Não há referências expressas às recomendações do TCFD dentre as iniciativas ESG do BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

O Relatório Anual do Banco BTG Pactual considera as recomendações de reporte do Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

**h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

O BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. não realiza o inventário de gases de efeito estufa. O Banco BTG Pactual, controlador do BTG Pactual Commodities Sertrading S.A., realiza anualmente o inventário de gases de efeito estufa cobrindo os três escopos conforme especificações de verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol; GHG Corporate Protocol - PBGHGP - Fundação Getúlio Vargas; World Resources Institute (FGV/ GVces; WRI, 2011); Norma NBR ISO 14064 - Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2007 (ABNT, 2007); Diretrizes publicadas pelo Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC, 2006); IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories. As informações do inventário podem ser encontradas no relatório anual do banco.

Relatório Anual: <http://ri.btgpactual.com/principais-informacoes/relatorios-anuais>

**i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

**i. a não divulgação de informações ASG**

**ii. a não adoção de matriz de materialidade**

**iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

**iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

**v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

**vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

Atualmente, estamos no processo de mapeamento e desenvolvendo dos procedimentos necessários para a inclusão de informações sobre o BTG Pactual Commodities Sertrading S.A no Relatório Anual do Grupo BTG Pactual, assim como a realização de inventário de emissão de gases do efeito estufa.

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

**1.10. Informações de sociedade de economia mista: (a) interesse público que justificou sua criação; (b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando: (i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"; (ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos - geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições; (iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas; (iv) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

### **1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no último exercício social e no exercício social corrente.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

### 1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não houve operações de fusão, cisão, redução de capital envolvendo a Companhia no último exercício social e no exercício social corrente.

Abaixo são indicadas as operações de aumento de capital e de incorporação da Companhia realizadas no último exercício social e no exercício social corrente. Informações mais detalhadas sobre os respectivos aumentos de capital podem ser encontradas nos documentos "Assembleias", disponíveis na página de relações com investidores da Companhia em <https://www.sertrading.com/investidores>:

#### **AGE - 30 de abril de 2025**

**Aumento de Capital AFAC:** Em 30 de abril de 2025, foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital da Companhia, celebrado em 1º de abril de 2025 entre a Companhia e sua única acionista Engelhart CTP (Brasil) S.A. ("**ECTP**"), no montante total de R\$ 1.800.000.000,00 dos quais: (i) R\$ 180.000.000,00 foram destinados à conta de capital social da Companhia; e (ii) R\$ 1.620.000.000,00 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia.

No âmbito do aumento de capital foram emitidas 1.800.000.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, com preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, levando em consideração os critérios previstos no artigo 170, § 1º, da Lei das S.A.

**Incorporação ECTP:** Em 30 de abril de 2025, foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação reversa da ECTP pela Companhia ("**Incorporação ECTP**"), de forma que com a conclusão da Incorporação ECTP a ECTP foi extinta e a Companhia sucedeu a ECTP, a título universal, em todos os direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, dívidas, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da ECTP, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.

A Incorporação ECTP acarretou a extinção de 10.800.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da ECTP ("**Ações Extintas**"). Em decorrência da Incorporação ECTP, as Ações Extintas foram substituídas por novas ações de emissão da Companhia subscritas pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**Banco BTG**"), único acionista da ECTP.

Em troca das Ações Extintas, a Incorporação ECTP foi realizada com: (i) a emissão pela Companhia de 5.031.807.172 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao Banco BTG, único acionista da ECTP, em substituição às ações detidas pela ECTP no capital da Companhia as quais foram canceladas em decorrência da Incorporação ECTP; e (ii) a subscrição, pelo Banco BTG, de novas 5.031.807.172 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas pelo Banco BTG mediante a versão do Acervo Líquido ("**Novas Ações**"), pelo preço de R\$ 1,00 por ação, calculado nos termos do art. 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.

Assim, em decorrência do Aumento de Capital AFAC e da Incorporação ECTP, capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, passou a ser de R\$ 1.117.659.462,22 dividido em 11.046.094.622 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### **AGE - 28 de fevereiro de 2025**

**Incorporação Serglobal Participações:** Em 28 de fevereiro de 2025, foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Serglobal Participações Ltda. pela Companhia ("**Incorporação Serglobal**"), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado na mesma data entre as sociedades.

A Incorporação Serglobal foi realizada com base no laudo de avaliação do acervo líquido da Serglobal Participações, elaborado pela RSM Acal Auditores Independentes S/S, empresa especializada em avaliações, com base no balanço patrimonial levantado em 31 de janeiro de 2025, o qual indicou valor contábil de R\$ 39.161.078,68.

Nos termos dos artigos 224 a 227 da Lei das S.A., a Incorporação Serglobal foi aprovada sem ressalvas e não acarretou aumento de capital da Companhia, tampouco emissão de novas ações, uma vez que o acervo líquido incorporado foi destinado à conta de reserva de capital da Companhia.

#### **AGE - 06 de dezembro de 2024**

Em 06 de dezembro de 2024, foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 3.957.787.450 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão unitário de R\$ 1,00, sendo o preço de emissão total de R\$

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

3.957.787.450,21, dos quais (i) R\$ 3.562.008.705,19 foram alocados à conta de reserva de capital da Companhia, de acordo com o disposto no artigo 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, e (ii) R\$ R\$ 395.778.745,02 foram alocados à conta de capital social.

As ações emitidas foram subscritas pela acionista ingressante ECTP., mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital, realizado em 14 de outubro de 2024, no valor total de R\$ 3.957.787.450,21, com expressa renúncia da Sertrading S.A., ao seu respectivo direito de preferência na subscrição das novas ações, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A.

Em virtude do disposto acima, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil reais), dividido em 256.500.000 (duzentos e cinquenta e seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 434.478.745,02, dividido 4.214.287.450 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### **AGE - 1º de outubro de 2024**

Em 1º de outubro de 2024, foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 242.000.000 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão unitário de R\$ 1,00, sendo o preço de emissão total de R\$ 242.000.000,00, dos quais (i) R\$ 217.800.000,00 foram alocados à conta de reserva de capital da Companhia, de acordo com o disposto no artigo 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, e (ii) R\$ 24.200.000,00 foram alocados à conta de capital social.

As ações emitidas foram subscritas pela acionista ingressante ECTP, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital, realizado em 30 de setembro de 2024, no valor total de R\$ 242.000.000,00, com expressa renúncia, pelo então único acionista da Companhia, ao seu respectivo direito de preferência na subscrição das novas ações, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A.

Em virtude do disposto acima, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 14.500.000,00 para R\$ 38.700.000,00, com um aumento efetivo, portanto, de R\$ 24.200.000,00, e passa a ser dividido em 256.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## 1.13 Acordos de acionistas

**1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas**

Atualmente não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

### **1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não aplicável.

## **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

### **1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

A Companhia informa que não houve contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais no último exercício social e no exercício social corrente.

## **1.16 Outras informações relevantes**

### **1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não aplicável.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

#### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é especializada na importação por encomenda e por conta e ordem de terceiros, mantendo um rigoroso controle sobre suas condições financeiras e patrimoniais, com foco na sustentabilidade de suas operações e na maximização de valor para seus acionistas. Abaixo segue uma análise detalhada das condições financeiras e patrimoniais da Companhia, com base em indicadores de liquidez e endividamento:

#### Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez da Companhia demonstram sua capacidade de honrar compromissos de curto prazo, refletindo a solidez de sua gestão financeira. Os principais indicadores analisados são:

Liquidez corrente: A relação entre o ativo circulante e o passivo circulante tem se mantido em níveis adequados, acima de 1,0, o que indica que a Companhia possui recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Esse resultado evidencia uma política conservadora na gestão do capital de giro, garantindo margem de segurança contra eventuais flutuações de mercado.

Liquidez seca: A liquidez seca indica a relação entre o ativo circulante, excluídos os estoques, dividido pelo passivo circulante. Nota-se que, mesmo excluindo os estoques do ativo circulante, a Companhia apresenta uma liquidez seca compatível com sua atividade de realizar importações por encomenda prévia de seus clientes e de comercialização de commodities, o que significa que todo ou parcialmente seu estoque já se encontra contratualmente vendido mesmo antes do embarque no exterior.

Nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2023, a Companhia apresentou índice de liquidez seca superior a 0,65 e acima de 1,00 no exercício social encerrado 2024, indicando a evolução da solidez financeira da Companhia. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, o índice de liquidez seca foi de 3,65, devido principalmente aumento de ativos financeiros com liquidez diária advindo da incorporação.

Índices de Liquidez	30/06/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Liquidez corrente	4,00	2,62	1,13	1,17
Liquidez seca	3,65	1,90	0,66	0,68

#### Indicadores de endividamento

Os indicadores de endividamento da Companhia revelam uma gestão prudente e equilibrada do uso de capital de terceiros, com foco em manter a alavancagem em níveis adequados. Os principais indicadores avaliados são:

Endividamento Geral: A relação entre o passivo total e o ativo total da Companhia tem se mantido em níveis controlados, com um índice de endividamento geral inferior a 0,4x em 31 de dezembro de 2024 e 0,65 no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025. Esse nível de endividamento, para uma empresa do setor, reflete uma política cautelosa, que visa minimizar riscos financeiros sem comprometer a capacidade de crescimento da Companhia.

Dívida Líquida/EBITDA: A relação entre Dívida Líquida e EBITDA (conforme definidos no item 2.5 deste Formulário de Referência) encontra-se em um nível confortável, inferior a 3,5x nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023, compatível com empresas do setor e com o crescimento da Companhia, bem como demonstrando sua capacidade de pagamento da dívida. Já em 31 de dezembro de 2024, o índice torna-se negativo 7,39x, refletindo uma posição financeira sólida da Companhia, com um nível de caixa e equivalentes superior ao montante de sua dívida bruta. Essa posição decorre do aporte de capital realizado pelo novo controlador, sendo a estratégia da Companhia manter uma reserva de liquidez que garanta flexibilidade operacional e suporte a investimentos futuros, bem como a capacidade de enfrentar possíveis cenários adversos. Em 30 de junho de 2025, esse índice era de 45,43x negativo, refletindo principalmente a incorporação, que resultou na entrada de um montante relevante de caixa líquido, ampliando significativamente a posição de liquidez da Companhia.

Dívida Líquida/PL: A relação entre Dívida Líquida e patrimônio líquido encontrava-se em um nível confortável, inferior a 1,0x nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023. Já em 31 de dezembro de 2024, o índice torna-se negativo, 0,62x, refletindo uma posição financeira sólida da Companhia, com um patrimônio líquido superior ao montante

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de sua dívida líquida. Essa posição decorre do aporte de capital realizado pelo novo controlador, sendo estratégia da Companhia manter uma reserva de liquidez que garanta flexibilidade operacional e suporte a investimentos futuros, bem como a capacidade de enfrentar possíveis cenários adversos. Em 30 de junho de 2025, a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era negativo de 0,67x, em razão da posição de caixa líquido resultante da incorporação, que elevou significativamente os recursos disponíveis da Companhia.

Índices de Endividamento	Período de 6 meses findo em	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	30/06/2025	2024	2023	2022
Endividamento geral	0,65	0,38	0,87	0,83
Dívida Líquida / EBITDA	(45,43)	(7,39)	1,07	0,68
Dívida Líquida / PL	(0,67)	(0,62)	0,83	0,66

O balanço patrimonial da Companhia reflete uma estrutura sólida, com ativos bem distribuídos entre ativos circulantes e não circulantes. O patrimônio líquido, representado pelo capital próprio, tem apresentado crescimento consistente, fruto da retenção de lucros e de seu reinvestimento nas operações da Companhia, bem como do aporte de capital realizado pelo novo controlador.

A composição dos ativos demonstra uma estratégia de investimento prudente, com uma significativa parcela de ativos líquidos que asseguram a flexibilidade financeira necessária para responder às demandas de um mercado em constante evolução. Os passivos, por sua vez, são gerenciados de forma a evitar a concentração excessiva de vencimentos em períodos curtos, o que contribui para a estabilidade financeira da Companhia.

### Indicadores de rentabilidade

O segmento em que a Companhia opera possui rentabilidade baixa, comparada ao volume faturado, e é intensivo no uso de caixa, de forma que a manutenção de liquidez saudável é essencial para o sucesso operacional.

	Valores em R\$ mil			
	Período de 6 meses findo em	Exercício social findo em		
	30/06/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida <sup>1</sup>	14.409.932	15.968.815	10.025.448	8.906.262
Custo dos produtos vendidos <sup>2</sup>	(14.200.959)	(15.470.952)	(9.654.761)	(8.518.132)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas <sup>3</sup>	321.358	(78.378)	(91.614)	(106.390)
<b>Lucro Bruto Ajustado (margem)</b>	<b>530.331</b>	<b>419.485</b>	<b>279.073</b>	<b>281.740</b>
<b>Rentabilidade (%)</b>	<b>3,68%</b>	<b>2,63%</b>	<b>2,78%</b>	<b>3,16%</b>

(1) "Receita líquida de vendas e serviços Prestados" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

(2) "Custo das Vendas e dos serviços prestados" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

(3) "Resultado financeiro, líquido" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

### **b. estrutura de capital**

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a continuidade do negócio da entidade assim como oferecer o retorno esperado aos acionistas, trazer benefícios aos seus outros parceiros e assegurar estrutura de capital eficiente, a fim de gerenciar seu custo de capital. Os nossos diretores consideram que a Companhia possui gestão adequada de sua estrutura de capital e que seu patrimônio é adequado frente às suas obrigações de capital de curto e longo prazos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na tabela abaixo, consta a nossa estrutura de capital, em 30 de junho de 2025, 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e apresenta a abertura da nossa estrutura de capital entre capital próprio e capital de terceiros nas datas indicadas.

(em R\$ mil, exceto %)	Período de 6 meses findo em	Exercício social findo em		
	30/06/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
(a) Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	11.633.241	4.380.538	394.081	325.886
(b) Capital de Terceiros (Passivo circulante e não circulante)	21.237.454	2.682.504	2.690.308	1.587.224
(c) Capital Total (Total do Passivo e do Patrimônio Líquido)	32.870.695	7.063.042	3.084.389	1.913.110
Capital Próprio (a / c)	35,39%	62,02%	12,78%	17,03%
Capital Terceiros (b / c)	64,61%	37,98%	87,22%	82,97%

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia mantém uma posição de liquidez que lhe permite atender às suas obrigações financeiras presentes e futuras, bem como aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgem. Seus ativos líquidos são compostos, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, além de títulos e valores mobiliários.

Em 30 de junho de 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$ 134 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2024 esse montante era de R\$ 333 milhões. Os ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado (TVM)<sup>1</sup> somavam R\$ 21.273 milhões em 30 de junho de 2025, comparados a R\$ 2.548 milhões em 31 de dezembro de 2024.

A administração da Companhia entende que os recursos disponíveis nas datas acima mencionadas foram suficientes para sustentar a manutenção e o crescimento das atividades da Companhia, bem como para o cumprimento de suas obrigações financeiras de curto prazo, considerando seu baixo nível de endividamento e elevada liquidez. A Companhia também possui acesso a linhas de crédito junto às principais instituições financeiras, o que lhe confere flexibilidade para negociar condições de financiamento, caso necessário.

Adicionalmente, os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital e disponibilidade de caixa são adequadas para suportar suas obrigações atuais. Caso surjam necessidades adicionais de liquidez, a Companhia entende que possui capacidade para captar recursos de terceiros, conforme demanda.

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, as principais fontes de financiamento da Companhia consistiam em: (i) geração de caixa proveniente das atividades operacionais; e (ii) aportes de capital realizados pela Engelhart CTP (Brasil) S.A., acionista da Companhia. Essas foram as principais origens dos recursos utilizados para financiamento do capital de giro necessário à condução das operações.

No que se refere a investimentos em ativos não circulantes, a Companhia não possui, atualmente, financiamentos contratados para essa finalidade, mantendo tais ativos em níveis mínimos compatíveis com a natureza de suas atividades.

### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia considera que os recursos disponíveis, entre caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, são suficientes para suportar suas operações e os riscos financeiros associados. Nesse sentido, entende-se como improvável a necessidade de captação de recursos adicionais para cobertura de deficiências de liquidez no curto prazo.

Caso venha a ser necessário suprir eventuais necessidades adicionais de caixa, a Companhia pretende recorrer à captação de recursos junto a instituições financeiras com as quais mantém relacionamento ativo por meio de seu grupo econômico.

<sup>1</sup> "Títulos e valores mobiliários" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As tabelas abaixo contemplam as dívidas relevantes da Companhia referentes aos períodos indicados, com suas principais características:

#### Contratos de empréstimos e financiamento em 30 de junho de 2025:

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal	Saldo em 30/06/2025	Realização	Prazo	Vencimento
				(R\$)			(dias)	
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	103% CDI	Sem garantias	850.000.000	901.327.050	15/01/2024	1095	15/01/2027
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	13.58%	Sem garantias	150.000.000	201.672.214	23/02/2023	1788	17/01/2028
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	102% CDI	Sem garantias	1.328.019.000	1.379.961.878	30/03/2023	1445	15/03/2027
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	12.79%	Sem garantias	171.981.000	224.871.830	30/03/2023	1811	15/03/2028
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	101% CDI	Sem garantias	1.734.783.000	1.843.813.162	05/05/2023	2252	05/07/2029
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	12.06%	Sem garantias	265.217.000	337.686.548	05/05/2023	2252	05/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	101% CDI	Sem garantias	2.000.828.000	2.104.267.450	13/08/2024	1797	16/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	NTNB29 + 0.10%	Sem garantias	794.261.000	851.264.720	13/08/2024	1797	16/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	DI jan/28 + 0.10%	Sem garantias	586.044.000	612.466.630	13/08/2024	1797	16/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	102.5% CDI	Sem garantias	288.822.000	300.679.409	13/08/2024	2526	15/07/2031
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	NTNB30 + 0.25%	Sem garantias	354.669.000	379.354.755	13/08/2024	2526	15/07/2031
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	DI jan/29 + 0.25%	Sem garantias	332.027.000	346.080.813	13/08/2024	2526	15/07/2031
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	104% CDI	Sem garantias	1.009.749.000	1.058.490.834	13/08/2024	3624	17/07/2034
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	NTNB33 + 0.40%	Sem garantias	930.571.000	998.086.848	13/08/2024	3624	17/07/2034

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal	Saldo em 30/06/2025	Realização	Prazo	Vencimento
				(R\$)			(dias)	
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	DI jan/30 + 0.40%	Sem garantias	2.203.029.000	2.205.432.917	13/08/2024	3624	17/07/2034
ITAU	Finimp - Financiamento à importação	5.16%	Aval dos sócios	19.346.085	18.942.888	15/05/2025	180	12/11/2025
SANTANDER	Finimp - Financiamento à importação	6.33%	Aval dos sócios	27.438.541	26.605.508	27/05/2025	90	26/08/2025
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	5.91%	Aval dos sócios	6.073.430	6.008.726	24/06/2025	180	22/12/2025
<b>TOTAL</b>				<b>13.052.858.056</b>	<b>13.797.014.179</b>			

### Contratos de empréstimos e financiamento em 31 de dezembro de 2024:

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R\$)	Saldo em 31/12/2024	Realização	Prazo (dias)	Vencimento
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,39%	Aval dos sócios	6.078.930	6.968.110	26/08/2024	150	23/01/2025
CITI	Finimp - Financiamento à importação	6,82%	Aval dos sócios	54.949.050	61.531.746	30/08/2024	182	28/02/2025
ITAU	Finimp - Financiamento à importação	6,04%	Aval dos sócios	30.298.185	32.709.516	21/11/2024	60	20/01/2025
SANTANDER	Finimp - Financiamento à importação	5,97%	Aval dos sócios	28.932.394	30.028.840	26/11/2024	90	24/02/2025
ITAU	Finimp - Financiamento à importação	5,21%	Aval dos sócios	20.828.940	21.400.503	16/12/2024	30	15/01/2025
<b>TOTAL</b>				<b>141.087.499</b>	<b>152.635.715</b>			

### Contratos de empréstimos e financiamento em 31 de dezembro de 2023:

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R\$)	Saldo em 31/12/2023	Realização	Prazo (dias)	Vencimento
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,95%	Aval dos Sócios	58.567.717	58.621.546	14/11/2023	63	16/01/2024
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,95%	Aval dos Sócios	56.050.560	53.304.024	27/11/2023	60	26/01/2024
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,95%	Aval dos Sócios	745.403	741.791	27/11/2023	60	26/01/2024
SANTANDER	Finimp - Financiamento à importação	6,85%	Aval dos Sócios	102.358.104	100.903.435	01/12/2023	35	05/01/2024
ITAU	Finimp - Financiamento à importação	6,92%	Aval dos Sócios	118.900.175	117.835.324	07/12/2023	34	10/01/2024

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R\$)	Saldo em 31/12/2023	Realização	Prazo (dias)	Vencimento
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,85%	Aval dos Sócios	118.900.175	117.868.752	07/12/2023	32	08/01/2024
CITIBANK	Finimp - Financiamento à importação	6,82%	Aval dos Sócios	47.202.675	47.218.227	29/12/2023	245	30/08/2024
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	6,86%	Aval dos Sócios	41.819.760	41.503.097	15/12/2023	33	17/01/2024
ITAU	Finimp - Financiamento à importação	6,95%	Aval dos Sócios	47.070.863	46.705.984	15/12/2023	32	16/01/2024
BRADESCO	Finimp - Financiamento à importação	7,11%	Aval dos Sócios	65.598.976	65.108.898	15/12/2023	32	16/01/2024
SANTANDER	Finimp - Financiamento à importação	6,90%	Aval dos Sócios	81.770.362	81.152.251	15/12/2023	32	16/01/2024
MONEY PLUS	Nota Comercial	1,67%	Sem garantias	2.003.330	2.175.752	28/07/2023	180	24/01/2024
MONEY PLUS	Nota Comercial	1,67%	Sem garantias	280.470	300.304	21/08/2023	156	24/01/2024
<b>TOTAL</b>				<b>741.268.569</b>	<b>733.439.385</b>			

### Contratos de empréstimos e financiamento em 31 de dezembro de 2022:

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R\$)	Saldo em 31/12/2022	Realização	Prazo (dias)	Vencimento
CITIBANK	Finimp - Financiamento à importação	5,05%	Aval dos Sócios	100.572.395	97.311.049	26/07/2022	181	23/01/2023
BRADESCO	Finimp - Financiamento à importação	6,06%	Aval dos Sócios	2.271.271	2.317.270	08/08/2022	182	06/02/2023
BRADESCO	Finimp - Financiamento à importação	6,53%	Aval dos Sócios	116.676.948	116.052.870	27/09/2022	150	24/02/2023
CITIBANK	Finimp - Financiamento à importação	5,89%	Aval dos Sócios	3.585.175	3.429.343	13/10/2022	90	11/01/2023
BRASIL	Finimp - Financiamento à importação	6,94%	Aval dos Sócios	49.127.815	49.912.564	20/10/2022	90	18/01/2023
BRASIL	Finimp - Financiamento à importação	7,21%	Aval dos Sócios	12.692.892	12.531.622	08/12/2022	29	06/01/2023
BRASIL	Finimp - Financiamento à importação	7,12%	Aval dos Sócios	13.400.328	13.468.172	09/12/2022	32	10/01/2023
BRASIL	Finimp - Financiamento à importação	7,35%	Aval dos Sócios	27.112.040	27.572.635	12/12/2022	30	11/01/2023
BRASIL	Finimp - Financiamento à importação	7,35%	Aval dos Sócios	13.146.856	13.317.253	13/12/2022	30	12/01/2023

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R\$)	Saldo em 31/12/2022	Realização	Prazo (dias)	Vencimento
BRADESCO	Finimp - Financiamento à importação	7,35%	Aval dos Sócios	22.257.086	21.890.665	16/12/2022	32	17/01/2023
BRADESCO	Finimp - Financiamento à importação	6,93%	Aval dos Sócios	7.592.411	7.517.215	19/12/2022	30	18/01/2023
BRADESCO	Finimp - Financiamento à importação	7,14%	Aval dos Sócios	5.829.219	5.732.378	20/12/2022	45	03/02/2023
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	7,80%	Aval dos Sócios	10.618.618	10.427.234	20/12/2022	59	17/02/2023
SAFRA	Capital de Giro	100% CDI + 0,32%	Aval dos Sócios e Notas Promissórias	10.049.062	10.049.062	20/12/2022	182	20/06/2023
MONEY PLUS	Nota Comercial	1,67%	Sem garantias	801.974	810.752	02/12/2022	35	06/01/2023
DAYCOVAL	Leasing	-	Sem garantias	335.973	335.973	01/08/2021	729	31/07/2023
<b>TOTAL</b>				<b>396.070.063</b>	<b>392.676.056</b>			

### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No período de 6 meses encerrado em 31 de junho de 2025 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

### iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhum dos endividamentos da Companhia existentes possuem cláusula específica contratual de subordinação.

Desta forma, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor, sendo que as dívidas com garantia real contam com preferências e prerrogativas previstas em lei.

### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia esclarece que determinados contratos de financiamento à importação celebrados com o Banco Safra preveem vedação à assunção de novas dívidas sem a prévia e expressa anuência do referido credor, ressalvados os empréstimos destinados à gestão ordinária dos negócios, à liquidação de dívidas existentes, ou contratados diretamente junto ao, ou com recursos provenientes do, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Fora essa restrição, não há outras limitações impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento quanto à contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos ou emissão de valores mobiliários. A Companhia também informa que, para a aquisição de seu controle pela Engelhart CTP (Brasil) S.A., foram obtidas as anuências dos credores aplicáveis.

### g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Demonstração do resultado:

#### EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

<i>(em R\$ mil)</i>	31/12/2024	AV	31/12/2023	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	15.968.815	100,00%	10.060.328	100,00%	58,73%
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(15.470.952)	(96,88%)	(9.674.926)	(96,17%)	59,91%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>497.863</b>	<b>3,12%</b>	<b>385.402</b>	<b>3,83%</b>	<b>29,18%</b>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas comerciais	(12.039)	(0,08%)	(10.595)	(0,11%)	13,63%
Despesas gerais e administrativas	(129.907)	(0,81%)	(95.049)	(0,94%)	36,67%
Outros ganhos e (perdas), líquidos	7.069	0,04%	20.312	0,20%	(65,20%)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>362.986</b>	<b>2,27%</b>	<b>300.070</b>	<b>2,98%</b>	<b>20,97%</b>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(78.378)	(0,49%)	(90.798)	(0,90%)	(13,68%)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>284.608</b>	<b>1,78%</b>	<b>209.272</b>	<b>2,08%</b>	<b>36,00%</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.893	0,05%	(4.238)	(0,04%)	(286,24%)
Correntes	(2.024)	(0,01%)	(2.960)	(0,03%)	(31,62%)
Diferidos	9.917	0,06%	(1.278)	(0,01%)	(875,98%)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>292.501</b>	<b>1,83%</b>	<b>205.034</b>	<b>2,04%</b>	<b>42,66%</b>

#### PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

<i>(em R\$ mil)</i>	30/06/2025	AV	AH	30/06/2024	AV
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.409.932	100%	129,93%	6.294.457	100%
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(14.200.959)	-98,55%	134,12%	(6.055.705)	(96,37%)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>208.973</b>	<b>1,45%</b>	<b>(8,65%)</b>	<b>228.752</b>	<b>3,63%</b>
TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<b>(41.664)</b>	<b>0,29%</b>	<b>(24,25%)</b>	<b>(54.927)</b>	<b>0,87%</b>
Despesas gerais e administrativas	(90.488)	(0,63%)	51,61%	(59.685)	(0,95%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	48.824	0,34%	926,15%	4.758	0,08%
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>167.309</b>	<b>1,16%</b>	<b>(3,75%)</b>	<b>173.825</b>	<b>2,76%</b>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS	321.358	2,23%	521,04%	(76.324)	(1,21%)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>488.667</b>	<b>3,39%</b>	<b>401,19%</b>	<b>97.501</b>	<b>1,55%</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<b>46.033</b>	<b>0,32%</b>	<b>400,20%</b>	<b>9.203</b>	<b>0,15%</b>
Correntes	(108.076)	(0,75%)	9627,81%	(1.111)	(0,02%)
Diferidos	154.109	1,07%	1394,17%	10.314	0,16%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>534.700</b>	<b>3,71%</b>	<b>401,11%</b>	<b>106.704</b>	<b>1,70%</b>

### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida da Companhia apresentou crescimento significativo nos últimos anos, impulsionado principalmente pela expansão das operações e pela mudança de modelo operacional de alguns clientes, que migraram da modalidade de importação por conta e ordem para importação por encomenda. Em 2024 a receita operacional líquida<sup>2</sup> cresceu 58,73% em comparação com 2023 devido à entrada de novos clientes e à transição de clientes para o modelo de importação por encomenda.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, a receita operacional líquida registrou aumento de 128,93% em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, devido principalmente ao aumento de volume faturado tanto em importações quanto em commodities após a incorporação.

<sup>2</sup> "Receita líquida de vendas e serviços prestados" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

A variação do custo dos produtos vendidos nos períodos analisados acompanha proporcionalmente a variação da receita operacional líquida, refletindo as características das operações de importação por encomenda. Embora as margens das operações variem ligeiramente entre clientes, elas são semelhantes o suficiente para que o custo acompanhe diretamente as flutuações na receita operacional líquida.

No exercício social de 2024, o custo dos produtos vendidos<sup>3</sup> registrou aumento de 59,91% em comparação a 2023, e a receita operacional líquida apresentou um crescimento de 58,73%.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, o custo do produtos vendidos registrou aumento de 134,12% em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, devido principalmente ao aumento de custos secundários como frete, custos portuários e armazenagens.

### LUCRO BRUTO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o lucro bruto cresceu 29,18% comparado ao exercício social de 2023, impulsionado pelo aumento do volume operado no período.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, o lucro bruto registrou redução de 8,65% em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, devido principalmente a incremento dos custos de vendas e serviços prestados.

### (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

No exercício social de 2024, as despesas operacionais aumentaram 58,06%, totalizando R\$ 134,9 milhões, comparado com R\$ 85,3 milhões do exercício social de 2023. Esse aumento deve-se, principalmente, às despesas com serviços contratados de terceiros para fazer frente ao crescimento das operações da Companhia e melhoria em infraestrutura, bem como assessores jurídicos por conta da operação da venda da Companhia.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, as (despesas) receitas operacionais registraram redução de 24,15% em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, devido principalmente as operações de commodities após incorporação.

### RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

As receitas (despesas) financeiras líquidas<sup>4</sup> estão representadas por uma despesa financeira de R\$ 78,4 milhões no exercício social de 2024, redução de 13,68%, em relação a despesa financeira de R\$ 90,8 milhões registrado no exercício social de 2023. Essa redução está relacionada a capitalização realizada pelo novo sócio na Companhia, aumentando a sua receita financeira, mas também está impactado principalmente, pelos efeitos cambiais e dos juros de financiamentos das operações.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, as receitas (despesas) financeiras líquidas registraram aumento de 521,04% em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, devido principalmente a incorporação das operações da Engelhart CTP (Brasil) S.A. gerando resultado de juros sobre seus ativos financeiros.

### RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social<sup>5</sup> no exercício social de 2024 cresceu 36%, comparado o exercício social de 2023. O crescimento acabou não sendo proporcional ao crescimento das suas receitas, pelo fato de a Companhia ter tido um crescimento em despesas com serviços contratados de terceiros, assessores jurídicos e melhoria em infraestrutura, frente ao crescimento da Companhia.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, o Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social registrou aumento de 401,19% em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, devido principalmente a incorporação.

<sup>3</sup> "Custo das vendas e dos serviços prestados" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

<sup>4</sup> "Resultado financeiro, líquido" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

<sup>5</sup> "Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Demonstração do fluxo de caixa:

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia:

(em R\$ mil)	Período de 6 meses findo em		Exercício social findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(666.089)	(230.636)	(946.650)	13.257
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos <sup>1</sup>	(1.232.915)	71.079	(2.213.823)	23.853
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento <sup>2</sup>	1.700.227	69.127	3.115.273	199.276

<sup>(1)</sup> "Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

<sup>(2)</sup> "Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

### CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Companhia consumiu caixa líquido nas atividades operacionais de R\$ 946,7 milhões no exercício social de 2024, comparado ao fluxo gerado de R\$ 13,3 milhões no exercício social de 2023. O consumo está relacionado ao crescimento das receitas líquidas que contribuiu diretamente no aumento no contas a receber e por consequência fornecedores.

A Companhia aplicou caixa líquido nas atividades operacionais de R\$ 666,1 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, em comparação a R\$ 230,6 milhões aplicados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, devido principalmente ao incremento do contas a receber e do estoque.

### CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS<sup>6</sup>

A Companhia aplicou caixa líquido nas atividades de investimentos de R\$ 2.213,8 milhões no exercício social de 2024, em comparação com o caixa gerado de R\$ 23,9 milhões no exercício social de 2023. A aplicação de caixa está relacionada a operações de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de derivativos.

A Companhia aplicou caixa líquido nas atividades de investimentos de R\$1.232,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, em comparação a R\$ 71,1 milhões gerados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, devido principalmente a compra de títulos e valores mobiliários.

### CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO<sup>7</sup>

A Companhia gerou caixa líquido pelas atividades de financiamento de R\$ 3.115,3 milhões no exercício social de 2024, comparado ao caixa gerado de R\$ 199,3 milhões no exercício social de 2023. O efeito líquido dessa geração de caixa está relacionado aos principais eventos incorridos no exercício social de 2024, com aumento de capital de R\$ 4.199,8 milhões, a liquidação de empréstimos e financiamentos de R\$ 578,1 milhões, e lucros distribuídos no montante de R\$ 505,8 milhões.

A Companhia gerou caixa líquido nas atividades de financiamento de R\$ 1.700,2 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, em comparação a R\$ 69,1 milhões gerados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024, devido principalmente a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital –“AFAC” no período.

<sup>6</sup> "Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

<sup>7</sup> "Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2. Os diretores devem comentar:

#### a. resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada, especialmente por comercialização física e de derivativos financeiros relacionados a diversas commodities, com corporações nacionais e estrangeiras, instituições financeiras, produtores e usuários finais, realiza operações de importação de mercadorias, por conta e ordem de terceiros ou por encomenda, exportação de quaisquer produtos e a prestação de serviços de consultoria de planejamento comercial, operacional, logístico e financeiro.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia registrou aumento de 12,43% na sua receita líquida de vendas e serviços prestados no exercício social de 2023 em comparação ao exercício social de 2022. No exercício social de 2024 o crescimento foi de 58,73% comparado ao mesmo período no exercício social anterior.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2025, a Companhia registrou aumento de 128,93% em sua receita operacional líquida em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2024.

O crescimento advém principalmente da incorporação das operações de commodities, além disso, nas principais modalidades de importação da Companhia pode ser atribuído a mudanças no modelo de operação com alguns clientes. Anteriormente, esses clientes operavam na modalidade de importação por conta e ordem (prestação de serviços), mas migraram para a operação de importação por encomenda (compra e venda). Ademais, a entrada de novos clientes também contribuiu para esse aumento. Como resultado, os indicadores operacionais da Companhia apresentaram crescimento ao longo desse período.

#### b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

##### Introdução de novos produtos e serviços

Em 30 de abril de 2025, a Companhia realizou a incorporação reversa de sua controladora Engelhart CTP (Brasil) S.A. (“ECTP”) a qual resultou na consolidação de produtos ao portfólio da Companhia, provenientes das operações da ECTP, cuja atividade principal é a comercialização física e de derivativos financeiros relacionados a diversas commodities, com corporações nacionais e estrangeiras, instituições financeiras, produtores e usuários finais.

Até então, a Companhia concentrava suas operações na importação de produtos para terceiros, atuando predominantemente como fornecedora especializada nesse segmento. Após o evento da incorporação, a integração das atividades ampliou a gama de produtos ofertados, permitindo o acesso a novas cadeias de suprimento e mercados consumidores, além de fortalecer a capacidade de negociação junto a fornecedores e clientes. Essa diversificação de produtos não apenas aumentou as oportunidades de receita, como também contribuiu para a diluição de riscos operacionais.

##### Alterações de volumes e modificações de preços

A receita operacional líquida aumentou em 128,93%, sendo R\$ 14,4 bilhões no período encerrado em 30 de junho de 2025, comparado com R\$ 6,3 bilhões no mesmo período do exercício social de 2024. Este aumento resulta do maior volume faturado tanto em operações de importações quanto em commodities, após a incorporação, aliado à ampliação da base de clientes. A entrada de novos clientes estratégicos, especialmente nos segmentos de maior representatividade para a Companhia, contribuiu de forma relevante para a expansão do portfólio comercial e para a diversificação das fontes de receita, reforçando a presença da Companhia em mercados-chave e potencializando o aproveitamento das sinergias operacionais.

##### Taxa de Câmbio

Outro fator a ser considerado na análise da evolução da receita é a variação da taxa de câmbio, uma vez que os produtos importados são convertidos em moeda nacional para precificação e valoração e influencia diretamente nos volumes faturados. A tabela a seguir demonstra os impactos de quanto as variações da taxa de câmbio influenciam na evolução da receita da Companhia:

	Período de 6 meses findo em	Exercício social findo em		
	30/06/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida <sup>1</sup> - em R\$ mil	14.409.932	15.968.815	10.060.328	8.948.110
Taxa média	5.7591	5,4081	5,0030	5,1703
Receita operacional líquida <sup>1</sup> - em USD mil	2.502.115	2.952.759	2.010.859	1.730.675

<sup>(1)</sup> "Receita líquida de vendas e serviços Prestados" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### Inflação

Os custos de inflação podem não ser diretamente repassados aos nossos preços, pois dependeram de fatores como preço das commodities, câmbio, produção com excesso ou escassez, além disso, para as operações realizadas sob encomenda, os preços de venda permanecem inalterados, pois todos os custos e despesas operacionais, incluindo financeiros, são integralmente repassados aos clientes.

### c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

#### Inflação

Os efeitos da inflação podem não ser diretamente refletidos nos preços praticados pela Companhia, uma vez que dependem de fatores como os preços das commodities, a taxa de câmbio e as condições de oferta e demanda. Nas operações realizadas sob encomenda, os preços de venda permanecem inalterados, tendo em vista que todos os custos e despesas operacionais, inclusive os financeiros, são integralmente repassados aos clientes.

#### Taxa Câmbio

A Companhia está exposta às variações cambiais nos pagamentos a fornecedores internacionais e nos financiamentos relacionados à importação de mercadorias. Nas operações por encomenda, os efeitos dessas variações são integralmente repassados ao cliente encomendante, conforme previsto contratualmente, tornando seu impacto no resultado contábil e no fluxo de caixa da Companhia imaterial. Por outro lado, nas operações com commodities, a desvalorização cambial pode elevar o preço da commodity, impactando positivamente ou negativamente a receita ou o custo, conforme o efeito sobre vendas ou compras. A desvalorização cambial também pode aumentar os custos de insumos importados, como fertilizantes, e influenciar diretamente o custo de frete, dada a dependência da matriz logística nacional do petróleo.

#### Taxa de juros

A redução da taxa de juros tende a beneficiar a Companhia ao diminuir os custos financeiros líquidos, especialmente aqueles atrelados ao CDI. Em contrapartida, reduz a receita financeira proveniente das aplicações de caixa. O aumento da taxa de juros gera o efeito inverso, elevando os custos de dívida e, simultaneamente, a receita sobre o caixa aplicado.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3. Os diretores devem comentar:

#### **mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

#### **opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não houve ressalvas ou opiniões modificadas no parecer de auditoria referentes às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2022.

O parecer de auditoria do exercício social de 2023, contudo, apresentou ênfase com relação a “Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, que foram alteradas e reapresentadas para refletir a adequação as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para companhias abertas, e para correções de erros, em consonância com a IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

### **introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou descontinuidade nas áreas de negócio reportadas nos exercícios de 2022, 2023 e 2024.

### **constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

No último exercício social e no exercício social corrente, a Companhia passou por relevantes eventos societários que impactaram diretamente sua estrutura de capital, governança e perspectivas operacionais, com efeitos relevantes sobre suas demonstrações financeiras e resultados.

Em 1º outubro de 2024, a ECTP Brasil, sociedade integrante do Grupo BTG Pactual com atuação voltada ao setor de commodities agrícolas, adquiriu aproximadamente 94% indiretamente do capital social da Companhia, então denominada Sertrading (BR) Ltda. Essa aquisição teve como objetivo estratégico a integração das operações da Sertrading à plataforma de commodities do Grupo BTG Pactual, ampliando a oferta de serviços especializados em comércio exterior à base de clientes do Banco BTG Pactual, bem como viabilizando a disponibilização de produtos financeiros aos clientes da Sertrading.

Posteriormente, em 30 de abril de 2025, foi aprovada a incorporação reversa da ECTP Brasil pela Companhia, resultando na extinção da ECTP Brasil e na sucessão universal de seus ativos e passivos pela Companhia. Como consequência, o Banco BTG Pactual S.A. passou a ser o único acionista da Companhia. Essa operação representou uma reorganização societária com efeitos relevantes sobre a estrutura patrimonial da Companhia, incluindo a substituição de ações e a integralização de acervo líquido no valor de R\$ 5.031.807.171,70, refletida em aumento de capital e reserva de capital.

Além disso, em 28 de fevereiro de 2025, foi realizada a incorporação da Serglobal Participações Ltda., sociedade anteriormente controlada pela Companhia, cujo acervo líquido, avaliado em R\$ 39.161.078,68, foi destinado à reserva de capital, sem emissão de novas ações. Essa operação teve como objetivo simplificar a estrutura societária e consolidar ativos operacionais, com impacto direto na composição patrimonial da Companhia.

Essas operações societárias produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, especialmente no que tange ao aumento expressivo do capital social e da reserva de capital, à reorganização da estrutura acionária e à consolidação de ativos.

Espera-se que tais eventos contribuam para o fortalecimento da posição financeira da Companhia, ampliação de sua capacidade operacional e geração de sinergias com as demais empresas do Grupo BTG Pactual, com reflexos positivos nos resultados futuros.

### **eventos ou operações não usuais**

Não houve eventos ou operações não usuais nos exercícios de 2022, 2023 e 2024.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5. Medições não contábeis

#### (a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulga as seguintes medições não contábeis:

(em R\$ mil)	Período de seis meses findo em	Exercício social encerrado em
	30/06/2025	31/12/2024
EBITDA <sup>(1)</sup>	172.999	368.156
Dívida Líquida	(7.858.510)	(2.720.721)

<sup>(1)</sup>Ou Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

#### **EBITDA**

O EBITDA ou LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil realizada pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras (Demonstrações do Resultado do Exercício), nos termos das orientações da Resolução da CVM nº 156 de 23 de junho de 2022 (“[Resolução CVM 156](#)”). O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) das operações continuadas do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização (“[EBITDA](#)”).

Os valores mencionados no EBITDA não são uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

#### **Dívida Líquida**

A Dívida Líquida é calculada como a soma dos saldos de obrigações financeiras da Companhia (empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento), deduzida dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros líquidos.

A Dívida Líquida não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e o IFRS.

#### (b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

##### **EBITDA:**

Reconciliação do EBITDA (em R\$ mil)	Período de seis meses findo em 30/06/2025	Exercício social encerrado em 31/12/2024
<b>Lucro Líquido do Período/Exercício</b>	534.700	292.501
(+) Receitas (Despesas) financeiras, líquidas <sup>1</sup>	(321.358)	78.378
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(46.033)	(7.893)
(+) Depreciação e Amortização <sup>2</sup>	5.690	5.170
<b>(=) EBITDA</b>	172.999	368.156

<sup>(1)</sup> "Resultado financeiro, líquido" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

<sup>(2)</sup> "Depreciações e amortizações" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

##### **Dívida Líquida:**

Reconciliação da Dívida Líquida (em R\$ mil)	Período de seis meses findo em 30/06/2025	Exercício social encerrado em 31/12/2024
(+) Empréstimos - Circulante	694.416	152.636
(+) Empréstimos - Não Circulante	12.840.427	-
(+) Passivo de arrendamento - Circulante	2.166	1.124
(+) Passivo de arrendamento - Não Circulante	11.748	6.403
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(134.389)	(333.166)
(-) Ativos financeiros ao custo amortizado - TVM	(11.474.240)	-
(-) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - TVM	(9.798.638)	(2.547.718)
<b>(=) Dívida Líquida</b>	(7.858.510)	(2.720.721)

<sup>(1)</sup> "Empréstimos e financiamentos" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

<sup>(2)</sup> "Títulos e valores mobiliários" nas demonstrações financeiras auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024

## 2.5 Medições não contábeis

**(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

### **EBITDA**

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é útil para a compreensão da condição financeira da Companhia e do resultado de suas operações, uma vez que corresponde a indicador financeiro utilizado para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros. A Companhia acredita que este indicador também auxilia os investidores, acionistas e o mercado em geral a identificar as empresas mais eficientes do setor no que se refere à performance financeira e operacional.

A Companhia ressalta que o EBITDA é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA não é medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), este não deve ser utilizado como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituto para o lucro líquido; ou (iii) indicador de liquidez.

### **Dívida Líquida**

A Dívida Líquida é utilizada pela Companhia como indicador da sua posição financeira líquida, refletindo o montante de obrigações financeiras efetivamente exigíveis, já descontados os recursos disponíveis e aplicados em ativos líquidos. Essa métrica permite avaliar com maior precisão o grau de alavancagem e a capacidade de pagamento da Companhia, sendo especialmente útil para análise de solvência, estrutura de capital e planejamento de investimentos. Por não considerar apenas o passivo financeiro, mas também os ativos líquidos disponíveis, a Dívida Líquida oferece uma visão mais fiel da exposição financeira da Companhia.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6. Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	30/06/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>De acordo com o Estatuto Social vigente, do lucro líquido do exercício, correspondente à parcela do resultado remanescente depois dos ajustes e deduções legais, terá a seguinte destinação: (a) 5% para constituição da reserva legal, observados os limites e hipóteses de não constituição previstos em lei; (b) constituição das reservas previstas na Lei das S.A., caso aplicáveis; (c) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas acima, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto e da legislação aplicável; e (d) o saldo remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, em parcela correspondente até 75% do lucro líquido poderá ser destinado, total ou parcialmente, à constituição de "Reserva de Investimentos. A Reserva de Investimentos tem o objetivo de assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas à consecução do objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas no Estatuto Social, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A.. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das S.A.</p>	<p>De acordo com o Estatuto Social vigente, do lucro líquido do exercício, correspondente à parcela do resultado remanescente depois dos ajustes e deduções legais, terá a seguinte destinação: (a) 5% para constituição da reserva legal, observados os limites e hipóteses de não constituição previstos em lei; (b) constituição das reservas previstas na Lei das S.A., caso aplicáveis; (c) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas acima, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto e da legislação aplicável; e (d) o saldo remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, em parcela correspondente até 75% do lucro líquido poderá ser destinado, total ou parcialmente, à constituição de "Reserva de Investimentos. A Reserva de Investimentos tem o objetivo de assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas à consecução do objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas no Estatuto Social, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A.. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das S.A.</p>	<p>A Sociedade não possuía regras diferenciadas das previstas na legislação aplicável para a destinação de resultado. O Contrato Social vigente em 31 de dezembro de 2023 não previa reservas estatutárias, nem outras reservas além das obrigatórias previstas na legislação. O Contrato Social então vigente determinava que ao término de cada exercício social, os administradores deveriam prestar contas justificadas de sua administração, procedendo-se a elaboração do balanço geral da Sociedade, apurando-se os lucros e perdas, que seriam atribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas, conforme deliberado em reunião dos sócios que representem 75% do capital social, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável.</p>	<p>A Sociedade não possuía regras diferenciadas das previstas na legislação aplicável para a destinação de resultado. O Contrato Social vigente em 31 de dezembro de 2022 não previa reservas estatutárias, nem outras reservas além das obrigatórias previstas na legislação. O Contrato Social então vigente determinava que ao término de cada exercício social, os administradores deveriam prestar contas justificadas de sua administração, procedendo-se a elaboração do balanço geral da Sociedade, apurando-se os lucros e perdas, que seriam atribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas, conforme deliberado em reunião dos sócios que representem 75% do capital social, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável.</p>

## 2.7 Destinação de resultados

	30/06/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	Retenção de Lucro: N/A	Retenção de Lucro: N/A	Retenção de Lucro: R\$ 68.195 mil.	Retenção de Lucro: R\$ 239.278 mil.
<b>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Reserva legal: N/A	Reserva legal: N/A	Reserva legal: 33,26%	Reserva legal: 71,50%
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	Do saldo remanescente após as deduções e reversões previstas no Estatuto Social, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável.	Do saldo remanescente após as deduções e reversões previstas no Estatuto Social, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável.	A distribuição de dividendos deveria observar a decisão dos sócios que representassem 75% do capital social. O Contrato Social não estabelecia percentual mínimo de distribuição.	A distribuição de dividendos deveria observar a decisão dos sócios que representassem 75% do capital social. O Contrato Social não estabelecia percentual mínimo de distribuição.
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada exercício social. Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, podendo, se julgar conveniente e atendidos os requisitos legais, declarar dividendo intermediários ou intercalares e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros.	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada exercício social. Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, podendo, se julgar conveniente e atendidos os requisitos legais, declarar dividendo intermediários ou intercalares e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros.	Os dividendos seriam distribuídos anualmente conforme deliberação dos sócios. A Sociedade poderia levantar balanços intermediários e proceder à distribuição dos resultados aos sócios, ainda que de forma desproporcional, conforme decisão de sócios que detivessem 75% do capital social, sendo que nenhuma destinação seria dada aos resultados sociais até que estes a deliberassem.	Os dividendos seriam distribuídos anualmente conforme deliberação dos sócios. A Sociedade poderia levantar balanços intermediários e proceder à distribuição dos resultados aos sócios, ainda que de forma desproporcional, conforme decisão de sócios que detivessem 75% do capital social, sendo que nenhuma destinação seria dada aos resultados sociais até que estes a deliberassem.
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	O dividendo mínimo não será obrigatório nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre esta informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos com base no disposto acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.	O dividendo mínimo não será obrigatório nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre esta informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos com base no disposto acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.	Não Aplicável	Não Aplicável
<b>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	A Companhia não possui política formalizada de destinação de resultados.	A Companhia não possui política formalizada de destinação de resultados.	A Companhia não possui política formalizada de destinação de resultados.	A Companhia não possui política formalizada de destinação de resultados.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não aplicável. Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e ao exercício social corrente.

**ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável. Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e ao exercício social corrente.

**iii. contratos de construção não terminada**

Não aplicável. Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e ao exercício social corrente.

**iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável. Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e ao exercício social corrente.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável. Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e ao exercício social corrente.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e ao exercício social corrente.

**natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e ao exercício social corrente.

**natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e ao exercício social corrente.

## 2.10 Planos de negócios

**2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**investimentos, incluindo:**

**descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia possui, atualmente, um investimento relevante em andamento, diretamente relacionado à estratégia de verticalização de suas atividades operacionais:

- **Arrendamento da área portuária PAR14:** Em 30 de abril de 2025, a Companhia arrematou, por meio de leilão público, o direito de arrendamento da área portuária PAR14, localizada nos portos de Paranaguá e Antonina, no Estado do Paraná. O valor de outorga foi de R\$ 225.000.000,00, sendo 25% pago previamente à celebração do contrato, e o saldo remanescente dividido em cinco parcelas anuais. O projeto contempla um conjunto de investimentos voltados à implantação, ampliação, modernização, adequação, reposição e manutenção de bens de capital necessários à operação do terminal portuário.

As ações previstas no escopo do projeto incluem a execução de obras civis, instalação de superestrutura e aquisição de equipamentos destinados à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais. Também estão previstas intervenções para adequação e expansão da infraestrutura existente, como armazéns, pátios, sistemas de recepção rodoviária e ferroviária, moegas, correias transportadoras, tombadores e sistemas de pesagem, além da implementação de soluções tecnológicas voltadas à automação e controle das operações. Trata-se de um investimento estratégico que visa ampliar a atuação da Companhia no setor de infraestrutura logística nacional, com potencial impacto positivo sobre sua eficiência operacional e margem de contribuição.

No que se refere a investimentos previstos, a Companhia informa que, na presente data, não há projetos formalmente incluídos em seu plano de negócios que envolvam novos investimentos. Contudo, a Companhia realiza continuamente estudos de viabilidade e avaliação de oportunidades de expansão de suas atividades, os quais podem, futuramente, demandar investimentos adicionais. Até o momento, não há iniciativas em estágio avançado de análise ou implementação que justifiquem divulgação específica neste item.

**fontes de financiamento dos investimentos**

Os recursos necessários para viabilização do projeto de arrendamento da área portuária PAR14 serão captados por meio da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até quatro séries, no montante total de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

A distribuição das debêntures será realizada sob o rito de registro automático, conforme previsto na Resolução CVM nº 160, permitindo maior agilidade no processo de captação e acesso ao mercado de capitais. A estrutura da emissão foi desenhada para atender às necessidades de financiamento do projeto, contemplando tanto o pagamento da outorga quanto os investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos e implementação de soluções tecnológicas no terminal portuário.

A Companhia avalia que essa estrutura de financiamento está alinhada com sua estratégia de crescimento e com a robustez de seu plano de negócios, permitindo a alavancagem eficiente dos recursos necessários à execução do projeto, sem comprometer sua liquidez ou estrutura de capital.

**desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há andamento ou previsão para desinvestimentos relevante no plano de negócios da Companhia.

**desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

**novos produtos e serviços, indicando:**

**descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, considerando que não há pesquisas relevantes em andamento para essa finalidade.

## 2.10 Planos de negócios

### **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

### **projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

### **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

### **oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A Companhia identifica rotineiramente os riscos e oportunidades das questões ESG, reconhecendo o nosso papel climático/ESG buscando as melhores práticas ambientais (incluindo as climáticas), sociais e/ou de governança corporativa dos nossos clientes, assim como a nossa capacidade de conectar oportunidades de investimentos sustentáveis e de impacto entre empresas e projetos, além de investidores domésticos e internacionais.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

A Companhia entende que não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

### 3.1 Projeções divulgadas e premissas

#### 3.1. As projeções devem identificar:

##### **objeto da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

##### **período projetado e o prazo de validade da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

##### **Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

##### **valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 3.2 Acompanhamento das projeções

**3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

**informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:**

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a determinados riscos, conhecidos ou não. Estão aqui descritos riscos que, à luz do entendimento da Companhia, podem, na data deste Formulário de Referência, afetar substancial e adversamente seus negócios, sua condição financeira, seus resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação.

Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, reputação, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e/ou de suas controladas, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia acredita influenciarem a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários por ela emitidos e, nesse sentido, estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância dentro de cada subitem. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira e patrimonial e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados.

Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes na data da apresentação deste Formulário de Referência, também podem vir a adversamente afetar a Companhia. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia.

#### **Emissor**

#### **As receitas da Companhia poderão sofrer efeitos adversos, na hipótese de condições econômicas ou de mercado adversas.**

As receitas da Companhia podem sofrer efeitos adversos em cenários de condições econômicas ou de mercado desfavoráveis, tanto no Brasil quanto no exterior. Tais condições podem reduzir a demanda por serviços de importação e impactar o volume de operações realizadas pela Companhia, afetando negativamente a receita e a sustentabilidade financeira. Entre os fatores que podem agravar esse cenário estão a redução do crescimento econômico e a perda de confiança por parte de investidores e empresas, o que resulta em menor demanda por operações de importação.

A limitação da disponibilidade de crédito e o aumento do custo de capital também podem inibir investimentos por parte dos clientes da Companhia, diminuindo o volume de negócios. Além disso, a elevação da inflação, das taxas de juros e a volatilidade cambial afetam diretamente os custos operacionais e tornam as transações de importação mais caras e imprevisíveis.

Eventos geopolíticos, como conflitos e pandemias, podem interromper cadeias de suprimentos, aumentando a incerteza nos mercados globais e reduzindo significativamente as operações de comércio exterior. Por fim, escândalos corporativos ou políticos também podem abalar a confiança dos investidores e empresas, afetando negativamente o volume de transações e, consequentemente, as receitas da Companhia.

#### **A imposição ou alteração de tarifas e barreiras comerciais pode afetar adversamente as operações e receitas da Companhia.**

As atividades da Companhia estão sujeitas a riscos decorrentes da imposição, alteração ou extinção de tarifas, cotas, medidas antidumping, subsídios e outras barreiras comerciais aplicáveis às operações de importação e exportação. A adoção de políticas protecionistas por governos estrangeiros ou pelo governo brasileiro pode restringir o acesso a determinados mercados, elevar os custos de aquisição de mercadorias ou inviabilizar operações comerciais, impactando negativamente a competitividade da Companhia.

Alterações abruptas nas tarifas de importação podem aumentar significativamente os custos das mercadorias adquiridas no exterior, afetando a demanda por serviços da Companhia e reduzindo sua margem operacional. Da mesma forma, a imposição de tarifas sobre produtos exportados pode limitar o volume de vendas internacionais, prejudicando o desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia também está sujeita a riscos decorrentes de disputas comerciais entre países, que podem resultar em sanções, embargos ou restrições adicionais às operações de comércio exterior. Tais medidas podem gerar atrasos logísticos, aumento de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

custos e perda de contratos comerciais, com efeitos adversos relevantes sobre os negócios, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

### **Falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética pode afetar material e adversamente a Companhia.**

Divulgações não autorizadas ou violações de segurança podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, bem como a danos que podem afetar materialmente e adversamente seus resultados operacionais, condição financeira e perspectivas. Além disso, os negócios da Companhia estão expostos a riscos de possível descumprimento de políticas, desvios de conduta ou negligência e fraude de funcionários, o que pode resultar em sanções regulatórias e sérios danos à reputação ou danos financeiros. A Companhia, ainda, pode ser obrigada a relatar eventos relacionados a problemas de segurança da informação (incluindo quaisquer problemas de segurança cibernética), acesso não autorizado e outras violações de segurança às autoridades reguladoras relevantes. Qualquer interrupção ou desaceleração significativa aos sistemas da Companhia podem causar a perda ou a entrega de informações, com atrasos ou erros para contrapartes, o que poderia reduzir a demanda pelos serviços e produtos e afetar material e adversamente a Companhia.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, uma lei abrangente de proteção de dados que estabelece os princípios e obrigações gerais que se aplicam a vários setores econômicos e relações contratuais (Lei nº 13.709/2018 - "LGPD"), que entrou em vigor no mês de agosto de 2020, exceto pelas sanções administrativas estabelecidas, as quais entraram em vigor em 1º de agosto de 2021. A LGPD estabelece regras detalhadas para a coleta, uso, processamento e armazenamento de dados pessoais em todos os setores econômicos, independentemente de dados a serem coletados em um ambiente digital ou físico.

A Companhia poderá incorrer em penalidades devido à violação do LGPD. Caso não consiga se adequar nossos processos e implementar as medidas necessárias ao pleno cumprimento da LGPD, a Companhia poderá, no futuro, estar sujeito a penalidades administrativas da ANPD, conforme previsto em lei. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, inclusive causados por terceiros que processam dados pessoais para a companhia, sendo solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, em razão de não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Caso a Companhia não seja capaz de providenciar as medidas suficientes para proteger os dados pessoais que gerencia e armazena ou para manter a conformidade com a LGPD, a Companhia poderá incorrer em custos materiais que podem ter um efeito adverso em sua reputação e resultados operacionais. Adicionalmente, em função do tratamento de dados de pessoas localizadas na União Europeia, a Companhia também está sujeita às sanções da GDPR (*General Data Protection Regulation* ou Regulamento Geral de Proteção de Dados), que foi aprovada em abril de 2016 e entrou em vigor em maio de 2018, na medida em que a Companhia realize o tratamento de dados pessoais no contexto de atividades de um estabelecimento localizado na União Europeia ou quando ofereçam produtos e serviços direcionados a pessoas naturais localizadas na União Europeia. A GDPR inclui disposições sobre direitos dos titulares de dados pessoais, princípios aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais, as bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais em termos exaustivos, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos, as transferências internacionais de dados pessoais, o papel das autoridades de supervisão, dentre outras disposições.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas para a Companhia, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, bem como afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

### **Os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados pela volatilidade cambial ou pela falha em executar a política de hedge cambial.**

As oscilações do mercado financeiro podem influenciar na execução da política de hedge cambial da Companhia. Além disso, a Companhia está sujeita a riscos de perdas financeiras em situações em que a outra parte do contrato de hedge venha a não cumprir com suas obrigações contratuais, ou em que ocorra um descasamento entre o preço subjacente ao contrato de hedge e o preço real das mercadorias ou da taxa de câmbio no momento da transação.

As operações de hedge podem não ser suficiente para proteger totalmente a Companhia dos riscos relacionados à suas atividades e podem resultar em perdas que afetem de seus resultados operacionais e financeiros.

### **Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para a Companhia.**

A Companhia pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis à Companhia. Decisões contrárias aos seus interesses, aos interesses de seus administradores e/ou de seus acionistas controladores, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejado, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios e/ou resultados. O

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

valor de provisões mantidas (se constituídas) pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima, o que pode lhe obrigar a dispender de recursos adicionais, causando um efeito material adverso na sua condição financeira.

Da mesma forma, um ou mais de seus administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista. A instauração e/ou os resultados desses procedimentos podem afetar os administradores da Companhia negativamente, especialmente em casos de processos de natureza criminal, que podem impossibilitá-los ao exercício de suas funções na Companhia. Tais efeitos adversos são relevantes para a reputação, os negócios e/ou os resultados da Companhia.

### **A Companhia está sujeita à riscos operacionais associados à verticalização e infraestrutura portuária**

Com a verticalização das operações, o risco associado aos ativos aumenta significativamente, exigindo uma gestão ainda mais rigorosa e especializada. Atividades em armazéns e portos envolvem grande quantidade de mão de obra e processos manuais, o que eleva a exposição a erros operacionais, acidentes de trabalho e falhas nos procedimentos. Além disso, operações com grãos sólidos e líquidos demandam cuidados específicos, pois esses produtos podem fermentar, gerar gases inflamáveis e explosivos, comprometendo a integridade das estruturas e a segurança dos colaboradores.

A vulnerabilidade a desastres naturais, como ventanias intensas, tempestades e enchentes, também representa uma ameaça constante, podendo causar danos estruturais significativos e interrupções nas operações. Acidentes envolvendo embarcações, como colisões e encalhes, podem afetar diretamente as instalações portuárias, resultando em prejuízos financeiros e operacionais.

### **Responsabilização decorrentes da não entrega de mercadorias.**

A Companhia pode ser responsável por quaisquer perdas e danos decorrentes da não entrega de mercadorias a depender da modalidade da operação. As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir totalmente tais perdas e danos.

Perdas ou danos da não entrega do mercadorias e demais situações que não estejam cobertas por apólices de seguro contratadas pela Companhia, poderão gerar custos extras não previsto nessas coberturas.

A Companhia pode não ser capaz de renovar as apólices de seguro e, em caso de renovação, não poderá garantir que conseguirá renová-las nas mesmas condições contratadas. A ocorrência desse cenário poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia e na sua situação financeira.

### **Seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

A Companhia é controlada pelo Banco BTG Pactual, a lista completa de riscos deste controlador pode ser identificada no item 4.1.a. de seu formulário de referência.

### **Suas controladas e coligadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui riscos específicos relacionados às suas controladas e coligadas.

### **Seus administradores**

### **A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.**

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração. A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair ou manter pessoal adicional para integrá-la, poderá causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá não ter capacidade para conduzir seu negócio e, conseqüentemente, os seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### seus fornecedores

#### **Danos físicos às mercadorias, atraso na entrega e perda de carga podem vir a afetar seus resultados operacionais e financeiros**

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a danos físicos às mercadorias, atraso na entrega e perda de carga durante o transporte, manuseio ou armazenamento, inclusive quando esses serviços são realizados por prestadores de serviços terceirizados.

Esses eventos podem ocorrer devido a acidentes, condições climáticas adversas, falhas nos processos operacionais, manuseio inadequado ou negligência por parte dos prestadores de serviços. Além disso, o atraso na entrega ou a perda de carga podem resultar na insatisfação do cliente, levando a reivindicações e prejuízos financeiros.

Em situações em que ocorra dano, perda ou atraso, a Companhia pode ser responsabilizada pelo cliente. Isso pode vir a impactar a relação comercial e afetar seus resultados operacionais e financeiros.

#### **A Companhia pode ser adversamente afetada por práticas irregulares de seus fornecedores**

A Companhia não pode assegurar que, dentre todos seus fornecedores, alguns não venham a apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, ao tratamento irregular de dados pessoais, quarteirização da prestação de serviços ou da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que não venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos ou serviços.

Com relação às questões ambientais, na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia.

A contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou gerenciamento e disposição final de resíduos sólidos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

Caso seus prestadores de serviço ou fornecedores o façam, a Companhia poderá ser responsabilizada por eventuais danos, poderá ter prejuízos com sua imagem e, como consequência, a percepção do mercado da Companhia pode ser adversamente afetada, com impacto no seu resultado operacional e financeiro, bem como no valor dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada caso seus fornecedores e prestadores de serviços pratiquem no desempenho do objeto do contrato, e em proveito direto ou indireto da Companhia, quaisquer atos contra a Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

Ainda, a Companhia pode, em determinadas circunstâncias, ser responsabilizada solidariamente por práticas de seus fornecedores e prestadores que tratem dados pessoais em nome da Companhia, quando esses tratamentos estiverem em desconformidade com a legislação ou quando os fornecedores e prestadores sofrerem incidentes de segurança que afetem dados pessoais de titulares relacionados à Companhia. Eventual responsabilização solidária da Companhia poderá afetar adversamente seus resultados e atividades, e causar impactos à sua reputação.

#### **A utilização de colaboradores terceirizados pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.**

A utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, na condição de tomadora de serviços de terceiros, a responsabilidade subsidiária pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, independentemente de ser assegurado à Companhia o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços.

A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

#### **Uma paralisação ou greve significativa dos prestadores de serviços pode afetar adversamente as operações da Companhia**

As operações da Companhia podem ser adversamente afetadas em caso de paralisações significativas, greves ou redução de carga horária de seus prestadores de serviços, bem como em caso de aumento salarial, inclusive de terceirizados.

Adicionalmente, como parte das atividades da Companhia é terceirizada, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, os resultados da Companhia poderão ser impactados adversamente.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados a qualquer um de seus fornecedores terceirizados, podem ter um efeito adverso sobre as operações e os negócios da Companhia.

### **Concentração de fornecedores logísticos**

A concentração de fornecedores logísticos gera dependência pela Companhia de um número limitado de provedores de serviços logísticos, como transportadoras, operadores portuários ou empresas de armazenamento, fazendo com que a Companhia fique mais vulnerável a problemas de desempenho ou disponibilidade desses fornecedores.

Caso um desses fornecedores enfrente dificuldades operacionais, como falhas de entrega, interrupções no serviço, greves ou problemas financeiros, a capacidade da Companhia de importar mercadorias de maneira eficiente pode ser comprometida, resultando em atrasos na cadeia de suprimentos e aumento de custos operacionais.

### **Seus clientes**

**A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus clientes e qualquer inadimplência significativa ou não cumprimento por seus principais clientes poderá afetar significativa e negativamente a Companhia.**

Problemas financeiros enfrentados pelos clientes da Companhia poderão limitar a capacidade da Companhia de receber valores por eles devidos, além de impor dificuldades em relação à execução de obrigações estabelecidas em contratos.

A combinação de fluxos de caixa menores em consequência de quedas nos preços das commodities, redução na base de empréstimo em parcelas de crédito baseado em reservas e a indisponibilidade de dívida ou financiamento de capital pode resultar em uma redução significativa da liquidez de seus clientes e limitar sua capacidade de fazer pagamentos ou cumprir suas obrigações para com a Companhia.

Alguns dos clientes da Companhia podem ser altamente alavancados e, em todos os casos, estão sujeitos a suas próprias despesas operacionais. Portanto, o risco que a Companhia enfrenta ao fazer negócio com esses clientes pode aumentar. Outros clientes também podem estar sujeitos a mudanças regulatórias, o que poderá aumentar o risco de não cumprirem suas obrigações para com a Companhia. Problemas financeiros de clientes da Companhia poderão causar a desvalorização de seus ativos, reduzir os fluxos de caixa operacionais e reduzir ou encurtar o uso futuro pelos seus clientes de seus produtos e serviços, o que pode ter um efeito adverso sobre suas receitas e causar uma redução nas reservas da Companhia.

**Os resultados da Companhia dependem da base de clientes e do volume de negócios por eles gerados e, caso haja uma redução no volume desses negócios, a Companhia poderá ser adversamente afetada.**

Os resultados da Companhia dependem dos contratos celebrados com seus clientes, dentre outros fatores relacionados à sua base de clientes, incluindo a manutenção da base relacionamento, demandas e da satisfação com seus serviços e a ausência de efeitos materiais adversos nos negócios dos clientes.

Uma redução no volume dos negócios com os principais clientes, pode resultar em uma redução nas margens operacionais da Companhia devido à redução de escala e à consequente redução na diluição dos custos fixos.

Ainda, se os clientes da Companhia sofrerem efeitos econômicos materiais adversos causando uma menor demanda pelos serviços ou aumentando de forma significativa o índice de inadimplência dos clientes, os resultados financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa.

### **Setores da economia nos quais o emissor atue**

**Em sua atividade, a Companhia importa mercadorias precificadas em moeda estrangeira, estando sujeita à volatilidade do preço da moeda decorrentes de variações cambiais, que são refletidas na precificação da importação das mercadorias e podem afetar a decisão de compra dos clientes.**

A Companhia está exposta a riscos relacionados às variações cambiais, uma vez que as mercadorias importadas são adquiridas no exterior e precificadas em moedas estrangeiras. A volatilidade das taxas de câmbio pode resultar em oscilações no custo de aquisição e importação dessas mercadorias.

A desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira pode impactar negativamente a Companhia, que atua no setor de importação. Uma moeda local mais fraca pode aumentar o custo dos produtos importados, tornando-os menos acessíveis aos clientes. Esse aumento nos preços pode reduzir a demanda por esses produtos, o que pode impactar o volume de importações realizadas pela Companhia. Esse cenário pode resultar em uma queda nas vendas e nos resultados operacionais da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso em nossos negócios.**

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro.

Os negócios da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de motoristas;
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- novas legislações determinadas pela ANTT;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Historicamente, a política tem afetado diretamente a economia do País. Crises políticas no passado contribuíram para a redução no nível de confiança de investidores e da população, o que resultou no desaquecimento da economia e na consequente volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

### **Regulação dos setores em que o emissor atue**

#### **Alterações nos regimes tributários e fiscais e suas interpretações podem afetar de forma adversa a Companhia e os mercados nos quais opera.**

O governo brasileiro regularmente promulga reformas aplicáveis aos regimes tributários aos quais Companhia e seus clientes são sujeitos. Tais reformas incluem mudanças na taxa de impostos aplicáveis e, ocasionalmente, a promulgação de taxas temporárias, cujos rendimentos destinados para fins governamentais específicos. Os efeitos dessas alterações e quaisquer outras alterações resultantes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e não há garantia de que tais reformas não podem ter um efeito adverso sobre o negócio da Companhia. Além disso, tais mudanças podem gerar incertezas no sistema financeiro, o que pode vir a afetar a capacidade da Companhia e suas contrapartes em financiar as operações.

Alterações na política tributária, incluindo a criação de novos impostos, podem ocorrer com relativa frequência e tais mudanças podem ter um efeito adverso sobre a posição financeira da Companhia ou resultados operacionais. Além disso, o congresso brasileiro pode discutir amplas reformas tributárias no Brasil para melhorar a eficiência da alocação dos recursos econômicos, como proposto pelo poder executivo do Governo Federal brasileiro. Reformas fiscais no Brasil têm sido discutidas nos últimos anos.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Prevê-se que as reformas, se adotadas, envolveriam uma ampla reestruturação do sistema tributário brasileiro, incluindo a eventual criação de um imposto sobre o valor agregado de bens e serviços que substituiria vários impostos atualmente em vigor. Além disso, a Companhia não pode prever se as reformas fiscais serão implementadas no futuro. Os efeitos dessas alterações, se promulgadas, e quaisquer outras alterações que possam resultar da promulgação de reformas fiscais adicionais, não podem ser quantificadas.

A elaboração das declarações de imposto de renda da Companhia requer o uso de estimativas e interpretações de leis e regulamentos tributários complexos e está sujeita à revisão pelas autoridades fiscais. As regulações tributárias são complexas e sujeitas a diferentes interpretações por parte do contribuinte e das autoridades tributárias governamentais competentes, levando disputas que, por vezes, estão sujeitas a períodos prolongados de avaliação até que uma resolução final seja alcançada. Ao estabelecer uma provisão para despesas com imposto de renda e devolução de registros, deve-se fazer julgamentos e interpretações sobre a aplicação dessas leis tributárias complexas. Se o julgamento, as estimativas e as premissas que a Companhia utilizar na elaboração de suas declarações fiscais forem subsequentemente consideradas incorretas, poderá haver um efeito adverso relevante. Em algumas jurisdições, as interpretações das autoridades tributárias são imprevisíveis e frequentemente envolvem litígios, o que introduz mais incertezas e riscos quanto à despesa com impostos.

### **A atuação da Companhia em operações portuárias está sujeita a riscos operacionais, regulatórios e ambientais que podem afetar adversamente seus negócios.**

As atividades portuárias da Companhia envolvem riscos operacionais relevantes, incluindo falhas logísticas, acidentes com embarcações, danos estruturais às instalações e interrupções nas operações decorrentes de eventos climáticos extremos, como tempestades, ventanias e enchentes. Tais eventos podem comprometer a integridade física dos ativos, causar atrasos na movimentação de cargas e gerar prejuízos financeiros significativos.

Além disso, a atuação em ambiente portuário está sujeita a regulamentações específicas, que podem ser alteradas por autoridades locais, estaduais, federais ou internacionais, impactando diretamente os custos operacionais e a viabilidade de determinadas operações. Mudanças nas exigências de licenciamento, normas ambientais, regras de segurança e procedimentos alfandegários podem impor restrições adicionais às atividades da Companhia, afetando sua capacidade de operar de forma eficiente.

A manipulação de granéis sólidos e líquidos em ambiente portuário também envolve riscos ambientais e de segurança, como fermentação de produtos, geração de gases inflamáveis e possibilidade de explosões, que podem comprometer a segurança dos colaboradores e das estruturas físicas da Companhia. A ocorrência de acidentes ou falhas operacionais pode resultar em sanções administrativas, ações judiciais, danos reputacionais e impactos adversos relevantes sobre os negócios da Companhia.

### **Mudanças no ambiente legal e regulatório no setor de atuação da Companhia podem ter um impacto negativo em seus negócios**

As operações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentações dos níveis federal, estadual e municipal, além de legislações internacionais. Qualquer alteração nas regulamentações alfandegárias, de transporte ou outras leis que regem o setor de importação pode ter um impacto adverso nas operações da Companhia. Isso inclui mudanças nas tarifas de importação, exigências de documentação, normas de conformidade ou impostos que podem aumentar os custos operacionais, atrasar o processo de importação ou até mesmo restringir o acesso a determinados mercados.

### **Países estrangeiros onde o emissor atue**

#### **As importações realizadas pela Companhia estão sujeitas a riscos ligados a operações internacionais.**

A Companhia opera em mercados fora do Brasil, por meio de importações realizadas no exterior ao Brasil. Operar em diferentes regiões e países pode expor a Companhia a riscos políticos, econômicos e a diversos requisitos regulatórios estrangeiros que estão sujeitos a mudanças, cabendo destacar: (i) desvalorizações e outras mudanças cambiais; (ii) inflação; (iii) políticas de controle de câmbio; (iv) instabilidade social; (v) instabilidade de preços; (vi) desabastecimento de energia; (vii) flutuações das taxas de juros; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) política fiscal; (x) políticas alfandegárias; (xi) alterações nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e (xii) outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que afetem os países para os quais a Companhia importa seus produtos. Os efeitos desses e outros riscos semelhantes poderão, isoladamente ou em conjunto, afetar o negócio, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, de maneira adversa e relevante.

#### **A Companhia está sujeita a riscos regulatórios associados às suas operações internacionais.**

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações internacionais, como as leis e regulamentos ambientais, em certos países, que podem ser mais rígidos que as leis e regulamentos do Brasil, causando um aumento de custos da Companhia para o cumprimento da legislação. Caso ocorra algum descumprimento, tal fato pode levar estes países a impor sanções relacionadas ao

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

comércio com o Brasil ou para o setor de atuação da Companhia. Uma eventual incapacidade da Companhia de cumprir leis e regulamentos ambientais internacionais poderia impedi-la de buscar financiamentos de menor custo em organizações internacionais de desenvolvimento multilateral, ou relacionadas ao governo, o que pode condicionar a disponibilidade de futuros financiamentos ao cumprimento pela Companhia de leis e regulamentos ambientais mais rígidos.

### Questões sociais

**A Companhia pode incorrer em perdas financeiras e reputacionais por conta de relacionamento com acionistas e/ou clientes assistidos por operações de crédito/financiamento/investimento, cujas atividades possam vir a gerar impactos socioambientais negativos, afetando os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.**

A Companhia possui uma base de contrapartes diversificada que podem ter suas atividades econômicas expostas aos fatores ambientais, sociais e climáticos. Eventuais manifestações destes fatores ambientais, sociais e climáticos nas atividades econômicas dos acionistas e clientes da Companhia podem acontecer nas mais variadas formas e em diferentes graus de intensidade nas dimensões econômica, social e ambiental, impondo-lhes perdas financeiras e/ou reputacionais que podem afetar o relacionamento com a Companhia, impactando adversamente os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.

**A Companhia está sujeita a riscos relacionados à saúde e segurança de seus colaboradores, decorrentes das atividades de importação e armazenagem. A ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais pode resultar em custos adicionais, interrupção das atividades e danos à reputação da Companhia.**

A Companhia está exposta a riscos relacionados à saúde e segurança de seus colaboradores, especialmente em razão das atividades de importação, manuseio e armazenagem de mercadorias. O ambiente de trabalho nessas operações pode, em determinadas circunstâncias, resultar em acidentes de trabalho, doenças ocupacionais ou outras ocorrências que coloquem em risco a integridade física e o bem-estar dos colaboradores. A ocorrência de tais eventos pode gerar custos adicionais substanciais para a Companhia, incluindo despesas com indenizações, tratamentos médicos, paralisação temporária ou prolongada das operações e a necessidade de implementar melhorias nos processos de segurança.

Adicionalmente, acidentes de trabalho ou questões de saúde ocupacional podem prejudicar a reputação da Companhia junto a seus stakeholders. O não cumprimento das normas de saúde e segurança também pode acarretar sanções administrativas, multas e a perda de certificações ou autorizações regulatórias.

### Questões ambientais

**A Companhia pode incorrer em perdas financeiras e reputacionais por conta de relacionamento com partes interessadas cujas atividades possam vir a gerar impactos socioambientais negativos, afetando os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.**

Os riscos socioambientais são provenientes de eventos associados às práticas de violação de direitos humanos, de garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse coletivo, assim como eventos associados a atos ou a atividades de degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais, ou desastres ambientais resultantes da intervenção humana. A Companhia, por possuir uma base de contrapartes diversificada, está exposta aos riscos socioambientais por meio do relacionamento com clientes assistidos por operações de crédito/financiamento/investimento, cujas atividades possam vir a gerar impactos negativos. Assim como, também está exposta por meio do relacionamento com fornecedores e outras partes interessadas, podendo incorrer em impactos diretos aos negócios da Companhia, gerando perdas financeiras e reputacionais.

**A ocorrência de um desastre natural, epidemia generalizada de saúde, pandemia ou outros surtos pode prejudicar os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.**

Desastres naturais, como incêndios ou inundações, o surto de uma epidemia ou pandemia generalizada de saúde ou outros eventos, como guerras, atos de terrorismo, eventos políticos, acidentes ambientais, falta de energia ou interrupções na comunicação pode prejudicar significativamente negócios da Companhia.

Esses eventos podem causar interrupções nas operações, afetar a execução de projetos e impactar negativamente a capacidade da Companhia de conduzir seus negócios de importação. A ocorrência de eventos como esses pode comprometer a logística, a cadeia de suprimentos e o transporte de mercadorias, resultando em atrasos, aumento de custos operacionais e potenciais perdas financeiras. Além disso, eventos dessa natureza podem ter consequências prolongadas, e afetar o desempenho operacional e financeiro da Companhia de maneira adversa.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

#### A Companhia está sujeita a riscos de transição relativos à economia de baixa emissão de carbono

Os riscos climáticos de transição referem-se às mudanças e desafios decorrentes da migração para uma economia de baixo carbono. Nesse processo, as empresas precisam reduzir ou compensar suas emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que preservam e restauram mecanismos naturais de captura de carbono, como florestas e oceanos. A transição para práticas mais sustentáveis pode gerar custos significativos, exigindo investimentos em novas tecnologias, adequação a regulamentações ambientais mais rigorosas e reestruturação de modelos de negócios. Caso a Companhia não se adapte a essa transição poderá enfrentar impactos financeiros, de reputação e operacionais.

Além disso, desastres naturais inesperados, podem causar interrupções súbitas nas atividades produtivas e no transporte de mercadorias, afetando a disponibilidade de insumos e produtos. Essas interrupções podem gerar custos significativos com recuperação de operações, além de impactar negativamente a previsibilidade de receitas e fluxos de caixa.

#### Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

***O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.***

O Governo Federal realiza intervenções na economia do país e realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. Historicamente, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. As atividades, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- Taxas de juros;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do PIB;
- Racionamento de água e/ou energia;
- Instabilidade social e política;
- Política monetária;
- Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- Flutuações cambiais;
- Política fiscal; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Além disso, os eventos e discussões políticas recentes vêm afetando a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão ter um efeito adverso relevante sobre as atividades e os resultados operacionais da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

***Um mercado secundário de negociação ativo e líquido para os valores mobiliários da Companhia poderá não se desenvolver, limitando a capacidade dos acionistas e investidores da Companhia em venderem os valores mobiliários pelo preço e no momento desejados.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez dos valores mobiliários da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia de vendê-los ao preço e nas datas desejados.

O valor de mercado de valores mobiliários da Companhia poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência.

***A instabilidade política tem afetado adversamente a econômica brasileira, e pode vir a impactar os negócios da Companhia e o preço de negociação de suas ações.***

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal. Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos de investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados de capitais. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

A eleição presidencial de 2022 e a mudança do Governo Federal em janeiro de 2023 inicialmente geraram incertezas quanto às políticas econômicas e fiscais a serem adotadas, que poderiam divergir substancialmente daquelas implementadas pelo governo anterior. Em 2025, essas incertezas permanecem, diante da resistência significativa enfrentada pelo Governo Federal na Câmara dos Deputados e no Senado, e do embate político entre o Executivo e parte do Legislativo, que pode dificultar a aprovação de reformas e medidas fiscais e econômicas. Adicionalmente, o Governo Federal tem enfrentado desafios diplomáticos e comerciais internacionais, incluindo disputas com os Estados Unidos sobre tarifas e barreiras comerciais, que afetam o comércio exterior brasileiro e aumentam a volatilidade do mercado. A prisão do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e o clima político polarizado também têm gerado instabilidade e contribuído para a volatilidade nos mercados financeiros e de capitais domésticos. Esses fatores aumentam a percepção de risco sobre a efetividade das políticas econômicas e fiscais, incluindo o Novo Arcabouço Fiscal instituído pela Lei Complementar 200/2023, e podem impactar adversamente a confiança do mercado, o ambiente regulatório e a economia brasileira, com reflexos nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil e, conseqüentemente, pode afetar a Companhia de maneira adversa e substancial.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países da América Latina, de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive dos valores mobiliários de emissão da Companhia.**

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países da América Latina e outros de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço dos valores mobiliários da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Tais acontecimentos, bem como potenciais crises e outras formas de instabilidade política deles decorrentes ou quaisquer outros acontecimentos não previstos, podem afetar adversamente a Companhia e o valor de mercado de seus valores mobiliários. Além disso, as ações do governo dos Estados Unidos da América têm poder considerável para determinar políticas e ações governamentais que podem gerar um efeito adverso relevante na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode assegurar que o governo em questão implementará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina orçamental e os investimentos nacionais e estrangeiros, o que pode ter um efeito adverso relevante no mercado financeiro e no mercado de valores mobiliários no Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de titularidade de emissores brasileiros.

Além disso, fatores relacionados à geopolítica internacional podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. Os mercados globais estão experimentando volatilidade após a escalada das tensões geopolíticas, em particular em conexão com o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e, também, na Faixa de Gaza e em Israel. As sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido e outros países como consequência direta desses conflitos podem impactar as cadeias de suprimentos, levar a perturbações no mercado, incluindo volatilidade significativa nos preços das commodities e no sistema financeiro global, inclusive por meio de instabilidade no mercado de crédito e de capitais.

A escalada dos conflitos entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e Hamas, na Faixa de Gaza pode aumentar as tensões geopolíticas em todo o mundo e causar novas perturbações no comércio internacional, aumentar a volatilidade dos preços de mercado, com particular impacto no setor energético, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, por exemplo, traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás, os quais são produzidos em larga escala pela Federação Russa e importados pelos países União Europeia; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de commodities agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a consequente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia e, por consequência, o mercado de capitais.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado e diretamente, o mercado de capitais.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia e sobre o preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia.**

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo IBGE, as taxas de inflação do Brasil foram de 4,83%, 4,62% e 5,79% em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022. O Brasil pode experimentar taxas de inflação mais altas no futuro, e pressões inflacionárias podem levar o governo brasileiro a intervir na economia e introduzir políticas que impactem negativamente os negócios e o preço de negociação dos valores mobiliários da Companhia. O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com taxas de juros elevadas, o que torna mais custoso os empréstimos e financiamentos, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico.

Políticas do Governo Federal e do Banco Central mais lenientes e a variação nas taxas de juros já causaram e podem vir a causar aumento na inflação e, conseqüentemente, volatilidade na taxa de crescimento da economia e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Caso uma inflação ou deflação substancial venha a ocorrer no Brasil, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os valores cobrados de seus clientes para compensar o impacto da inflação nas suas despesas, o que geraria um aumento de despesas e redução na margem operacional líquida da Companhia.

**Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.**

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seu rating soberano, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu a classificação de Grau de Investimento da sua dívida soberana de longo prazo nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o rating de crédito do Brasil em BB, mas alterou a perspectiva de positiva para estável, reafirmando o posicionamento em novembro de 2021 e em junho de 2022 e em dezembro de 2023.

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que se manteve em setembro de 2018 e abril de 2022, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo e manutenção das reformas no arcabouço fiscal e política monetária do país, reafirmando o posicionamento em abril de 2022. Em julho de 2024 a Moody's elevou a nota de crédito soberano do Brasil de Ba2 para Ba1, mantendo a perspectiva positiva.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017 e rebaixou para BB- em fevereiro de 2018. Em maio de 2020, a Fitch manteve o rating de crédito do Brasil em BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa, reafirmando o posicionamento em dezembro de 2021 e, em julho de 2022, retornou para BB- com perspectiva estável. Em julho de 2023, a nota foi elevada para BB com perspectiva estável em razão de um desempenho macroeconômico e fiscal melhor que o esperado em meio a sucessivos choques nos anos anteriores, políticas proativas e reformas, o que foi reafirmado em dezembro do mesmo ano. Em junho de 2024, a Fitch manteve o rating de crédito soberano do Brasil em BB, com perspectiva estável, reafirmando a classificação atribuída em julho de 2023.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários da Companhia.

### **Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.**

A moeda brasileira tem historicamente sofrido frequentes desvalorizações com relação ao dólar norte-americano e outras moedas fortes ao longo das últimas décadas. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre os resultados operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente, a taxa de câmbio Real/Dólar atingiu R\$ 4,95, R\$ 4,84 e R\$ 5,21 especialmente em razão da instabilidade da política fiscal brasileira nos últimos anos, incluindo reflexos da crise gerada pela pandemia do COVID-19 e da instabilidade política interna e da geopolítica internacional. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

A Companhia está sujeita à eventuais precificações em Dólar com o efetivo pagamento em Real, nos termos da legislação aplicável. Ademais, parte dos investimentos de longo prazo (*capex*) e das despesas de curto prazo (*opex*) são medidos em Real e transacionados em Dólar. Nesse sentido, as depreciações do Real em relação ao Dólar além de poderem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados por conta do descasamento do valor de precificado e do valor recebido, bem compor conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais. Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central do Brasil poderá ter impacto adverso no resultado da Companhia na medida em que pode inibir o crescimento econômico do país e, conseqüentemente, do setor elétrico. Ressalte-se também que a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures indexados a taxas de juros ficando, portanto, os fluxos de pagamento dessas dívidas expostos às flutuações das taxas de juros. Diante desse cenário, a Companhia está exposta a um risco financeiro associado a taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro de seus passivos financeiros.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### 4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1. Alterações nos regimes tributários e fiscais e suas interpretações podem afetar de forma adversa a Companhia e os mercados nos quais opera.
2. As receitas da Companhia poderão sofrer efeitos adversos, na hipótese de condições econômicas ou de mercado adversas.
3. Falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética pode afetar material e adversamente a Companhia.
4. A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus clientes e qualquer inadimplência significativa ou não cumprimento por seus principais clientes poderá afetar significativa e negativamente a Companhia.
5. Em sua atividade, a Companhia importa mercadorias precificadas em moeda estrangeira, estando sujeita à volatilidade do preço da moeda decorrentes de variações cambiais, que são refletidas na precificação da importação das mercadorias e podem afetar a decisão de compra dos clientes.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

**4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.**

### **Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros**

A exposição do risco de taxa de juros decorre dos empréstimos de curto prazo contratados pela Companhia. Enquanto os empréstimos captados a taxas variáveis podem expor a Companhia ao risco de taxa de juros, os empréstimos captados a taxas fixas podem expor a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Atualmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse tipo de risco.

### **Risco de exposição cambial**

Refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nas taxas de câmbio entre diferentes moedas. O risco de exposição cambial decorre do descasamento entre instrumentos financeiros em moeda estrangeira e instrumentos financeiros derivativos. Esse risco ocorre quando os clientes optam pela não contratação de instrumentos financeiros derivativos em encomendas de mercadorias importadas.

Uma vez que as mercadorias importadas são adquiridas no exterior e precificadas em moedas estrangeiras, a volatilidade das taxas de câmbio pode resultar em oscilações no custo de aquisição e importação dessas mercadorias, assim, impactando diretamente no fluxo de caixa de nossos clientes, e conseqüentemente, em sua capacidade de honrar com seus compromissos financeiros.

Além disso, a Companhia toma financiamentos em moeda estrangeira para viabilizar operações de importações para seus clientes, e, uma flutuação dessas taxas de câmbio podem gerar o aumento do custo da operação assim como o não cumprimento da obrigação. Em 30 de junho de 2025, a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos cujo valor de referência totalizava R\$ 2.793.308.380,19.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais seja devido à falta de liquidez, falência, falha operacional e outros. O descumprimento das obrigações contratuais por uma das contrapartes pode impactar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco de crédito adotadas pela Companhia, bem como os seguros contratados, podem não ser suficientes para cobrir integralmente eventuais inadimplências.

### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar suas obrigações financeiras de curto prazo à medida que elas vencem, devido à insuficiência de caixa ou de ativos líquidos.

Dada a natureza de suas atividades, que incluem operações de importação e exportação e a prestação de serviços de consultoria de planejamento comercial, operacional, logístico e financeiro, a Companhia está sujeita ao descasamento entre prazos de recebimento de clientes e pagamentos a fornecedores e credores, o que pode impactar sua capacidade de cumprir suas obrigações financeiras de curto prazo. Ademais, a Companhia depende de financiamentos para sua operação, e, uma incapacidade de captar esses recursos nos mercados de dívidas de curto e médio prazo pode prejudicar a liquidez da Companhia.

### **Análise de sensibilidade**

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o período de um ano na qual são apresentados quatro cenários com apreciação e depreciação, respectivamente, de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

Cenário 1: apreciação e depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação.

Cenário 2: apreciação e depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação.

A taxa do CDI utilizada como base da análise é a acumulada dos últimos 12 meses que foi de 10,98% ao ano, conforme divulgação da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP na data base das demonstrações financeiras.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

#### CONSOLIDADO

Instrumento financeiro	Natureza	Indexador	Taxa	Saldo	Cenário	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
					Base	-25%	-50%	+25%	+50%
Aplicações financeiras (a)	Ativo	CDI	10.98%	2.648.416	290.796	218.097	145.398	363.495	436.194
Empréstimos e financiamentos (b)	Passivo	CDI	10.98%	(361.715)	(39.716)	(29.787)	(19.858)	(49.645)	(59.574)
Risco envolvido (a + b)				2.286.701	251.080	188.310	125.540	313.850	376.620

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

**4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:**

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que possuem potencial capacidade de influenciar a decisão de investimento. Para tanto, foram considerados critérios quantitativos combinados com critérios qualitativos.

O critério qualitativo baseia-se na natureza e no potencial impacto dos processos sobre os negócios, operações e a imagem da Companhia. Foram analisados processos que, de acordo com suas características e desenvolvimentos possíveis, possam ter um efeito significativo nessas frentes. Incluíram-se situações que poderiam afetar a reputação, relacionamentos com stakeholders, conformidade legal, responsabilidade social, e outras dimensões importantes para o desempenho e a integridade da Companhia.

Já o critério quantitativo concentrou-se no valor financeiro associado aos processos. Todos os processos que, individualmente, envolvessem um valor acima de 4% do valor do patrimônio líquido da Companhia foram considerados relevantes.

A seguir estão descritos os processos individualmente relevantes nos quais a Companhia era parte.

### Processos tributários

<b>Processo n.º</b>	<b>10314.720.269/2021-69</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP/DRJ - São Paulo - SP e parte no CARF
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/07/2021
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 20.135.255,91
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por encomenda do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização de mercadoria, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Foi negado provimento a impugnação. Ingressado com Recurso ao CARF.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante.

<b>Processo n.º</b>	<b>10314.720.286/2021-04</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP/DRJ - São Paulo - SP e parte no CARF
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/07/2021
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 16.902.775,41
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por encomenda do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização de mercadoria, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Foi negado provimento a impugnação. Ingressado com Recurso ao CARF.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante.
---	---

<b>Processo n.º</b>	<b>10314.720.285/2021-51</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP/DRJ - São Paulo - SP e parte no CARF
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/06/2021
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 50.071.122,49
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por encomenda do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização de mercadoria, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Foi negado provimento a impugnação. Ingressado com Recurso ao CARF.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante.

<b>Processo n.º</b>	<b>10280.721601/2020-66</b>
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - MF - DF
b. instância	-1ª Instância
c. data de instauração	30/06/2020
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia / Cliente Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 19.251.503,53
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por conta e ordem do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização de mercadoria, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidária nesta autuação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Recurso voluntário interposto, está no conselho administrativo de recursos fiscais. Estamos aguardando decisão.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Processo n.º</b>	<b>10380.727041/2020-25</b>
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - MF - DF
b. instância	-1ª Instância
c. data de instauração	24/06/2020
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia / Cliente Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 5.190.258,55
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por conta e ordem do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização de mercadoria, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidária nesta autuação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Recurso voluntário interposto, está no conselho administrativo de recursos fiscais. Estamos aguardando decisão.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante.

<b>Processo n.º</b>	<b>10783.725668/2020-17</b>
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - MF - DF
b. instância	-1ª Instância
c. data de instauração	10/06/2020
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia / Cliente Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 33.483.180,33
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por conta e ordem do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização de mercadoria, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidária nesta autuação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Recurso voluntário interposto, está no conselho administrativo de recursos fiscais.
h. estágio do processo	Aguardando intimação da Cia para apresentar contrarrazões do recurso especial e o posterior juízo de admissibilidade.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Processo n.º</b>	<b>12466.720.285/2024-96</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP/DRJ - São Paulo - SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	19/03/2024
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia / Cliente Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 3.523.553,33
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por encomenda do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidário nesta autuação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito - processo aguarda decisão na 1ª instância administrativa.
h. estágio do processo	Aguardando decisão na 1ª instância administrativa
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante

<b>Processo n.º</b>	<b>12466.721071/2023-56</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP/DRJ - São Paulo - SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06/12/2023
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia / Cliente Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 63.577.331,92
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por encomenda do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidário nesta autuação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito - processo aguarda decisão na 1ª instância administrativa.
h. estágio do processo	Aguardando decisão na 1ª instância administrativa
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Processo n.º</b>	<b>10111.720.531/2025-85</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP/DRJ - São Paulo - SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	02/2025
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia / cliente Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 57.427.084,79
f. principais fatos	Autos de infração referentes ao período de janeiro de 2022 a fevereiro de 2024, relativos à importação do produto químico denominado "Dipirona monoidratada" (fórmula C13H16N3NaO4S·H2O), conforme indicado nas respectivas Declarações de Importação ("DIs"). As autuações foram lavradas em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos pela Companhia em importações realizadas por encomenda de seu cliente, tendo as autoridades fiscais entendido que os produtos deveriam ter sido classificados sob códigos tarifários distintos dos utilizados. Em decorrência disso, foram exigidas supostas diferenças de tributos devidos no processo aduaneiro de nacionalização, acrescidas de multa de ofício, juros de mora e multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidário.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito - processo aguarda decisão na 1ª instância administrativa.
h. estágio do processo	Aguardando decisão na 1ª instância administrativa
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante

<b>Processo n.º</b>	<b>12466.720.569/2024-82</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP/DRJ - São Paulo - SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	15/05/2024
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia / Cliente Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 6.079.667,72
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por encomenda do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidário nesta autuação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito - processo aguarda decisão na 1ª instância administrativa.
h. estágio do processo	Aguardando decisão na 1ª instância administrativa
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Processo n.º</b>	<b>12466.720.579/2024-18</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP/DRJ - São Paulo - SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	24/05/2024
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia / Cliente Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 3.507.621,99
f. principais fatos	Autos de infração lavrados, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por encomenda do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidário nesta autuação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito - processo aguarda decisão na 1ª instância administrativa.
h. estágio do processo	Aguardando decisão na 1ª instância administrativa
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante

<b>Processo n.º</b>	<b>12466.721203/2014-59</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP/DRJ - São Paulo - SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/05/2014
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 11.450.186,05
f. principais fatos	Autos de infração lavrados em 07/05/2014, em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por encomenda do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão administrativa parcialmente favorável à Companhia. Recurso voluntário apresentado por ambas as partes.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Impactos financeiros.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Processo n.º</b>	<b>12466.720.079/2016-76</b>
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Espírito Santo - DRF/Vitória
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	17/02/2016
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 11.155.343,25
f. principais fatos	Autos de infração lavrados em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia por conta e ordem do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização de mercadoria, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidário desta autuação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Recurso voluntário interposto, está no conselho administrativo de recursos fiscais. Estamos aguardando decisão.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante.

<b>Processo n.º</b>	<b>12466.720.525/2015-61</b>
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - MF - DF
b. instância	-1ª Instância
c. data de instauração	01/06/2015
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia / Cliente Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 5.837.452,75
f. principais fatos	Autos de infração lavrados em razão de supostos erros de classificação fiscal cometidos em importações realizadas pela Companhia, por conta e ordem do seu cliente. As autoridades fiscais entenderam que os produtos deveriam ter sido classificados sob os códigos tarifários distintos dos utilizados. Deste modo, são exigidas as supostas diferenças de tributos devidos em processo aduaneiro de nacionalização de mercadoria, acrescidas de multa de ofício e juros de mora, além das multas administrativas. O real adquirente (cliente) foi indicado pelo fisco como responsável solidária nesta autuação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Recurso voluntário interposto, está no conselho administrativo de recursos fiscais. Estamos aguardando decisão.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante.

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

<b>Processo Judicial nº</b>	<b>1024373-34.2019.4.01.3400, vinculado ao Processo Administrativo n.º 10907.721159/2013-34</b>
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	27/08/2019
d. partes no processo	Polo Passivo: Companhia, Serglobal Importação e Sertrading S/A Polo Ativo: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito tributário no valor R\$ 45.950.777,55
f. principais fatos	Trata-se de processo judicial, originado de processo administrativo consubstanciado em auto de infração lavrado em face da Sertrading S/A e das responsáveis solidárias, a Companhia e Serglobal Importação e Distribuição Ltda., para aplicação da pena de perdimento de bens, convertida em multa equivalente ao valor aduaneiro correspondente a R\$ 21.901.137,96, em razão da prática, pela Sertrading S/A, de operações de importação realizadas de outubro de 2008 a abril de 2011, na modalidade por conta própria (as quais seriam, segundo a autuação, por conta e ordem/encomenda da Companhia).
g. resumo das decisões de mérito proferidas	A Companhia impetrou mandado de segurança por meio do qual se objetiva o reconhecimento do direito líquido e certo das Impetrantes de terem seus Recursos Especiais interpostos no bojo do processo administrativo nº 10907.721159/2013-34 devidamente admitidos para posterior processamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais. A esfera administrativa, por ora, está encerrada.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Mandado de Segurança.
chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso haja decisão desfavorável para a Companhia, será devido quantia relevante.

## **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

### **4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4**

Dos processos relevantes indicados no item 4.4, até a data de 31.12.2024, não havia quaisquer valores provisionados.

## 4.6 Processos sigilosos relevantes

**4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos sigilosos relevantes e que não tenham sido divulgados no item 4.4.

## **4.7 Outras contingências relevantes**

### **4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores Informações adicionais ao item 4.4.**

A Companhia informa que não existem processos repetitivos ou conexos que, em conjunto, são considerados relevantes.

## **5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado**

### **5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 5.2 Descrição dos controles internos

**5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PWC"), em conexão com o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não apresentaram deficiências significativas, porém apresentaram outras deficiências (OD) e observações relacionadas às atividades operacionais e/ou de negócio (AO/N), relacionadas a controles internos:

Classificação	Sequencial	Observação	Recomendação
OD	1	A Companhia contabiliza a provisão de PLR conforme o pagamento, a parcela restante a ser paga não foi provisionada tempestivamente, sendo esta provisão apropriada diretamente no resultado no momento do pagamento.	Recomendamos que seja feito a provisão do PLR a ser pago aos colaboradores quando o fato gerador ocorrer, ou seja, quando houver o cumprimento da meta estipulada, que seja feito a mensuração conforme política estabelecida, para posterior pagamento.
OD	2	O Grupo apesar de ter restrição para os profissionais que podem fazer lançamentos, não possui processo de revisão e aprovação dos lançamentos contábeis manuais.  Exemplos de lançamentos manuais realizados: Registro dos custos dos empréstimos, provisão nos passivos, transferências entre partes relacionadas, provisão para PLR etc.	Estabelecer políticas, procedimentos e controles preventivos sobre os lançamentos manuais para inibir a realização de registros incorretos, indevidos ou não autorizados, incluindo:  Revisão periódica dos colaboradores que tem acesso a realizar lançamentos contábeis manuais no TOTVS;  Limites de alçada para inclusão e aprovação; e  Processo de revisão da adequação dos lançamentos manuais.  Parametrização do TOTVS no sentido de que todos os lançamentos manuais passem pela aprovação dos responsáveis.
OD	3	Conforme listagem passada de usuários com permissão a fazer lançamentos contábeis, verificamos alguns diretores de outros departamentos, inclusive o presidente e vice-presidente da Companhia com autorização a realizar lançamentos contábeis, criando-se o risco de lançamentos indevidos e/ou não usuais registrados por usuários fora da contabilidade.	Realizar a devida análise de segregação de função dentro do sistema de forma a remover o acesso a lançamentos manuais de pessoas não autorizadas ou que não possuem responsabilidades dentro do módulo contábil da entidade. De forma a travar no sistema seu acesso a funções que não são de sua competência e que de outra forma seu acesso seria indevido.
OD	4	Verificamos que a Administração não realiza avaliação de PECLD e não possui uma política formal em linha com as diretrizes das normas contábeis, apesar de realizar análise de crédito preliminar para os clientes.	Avaliação da PECLD, ainda que as conclusões sejam de ausência de provisionamento.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Classificação	Sequencial	Observação	Recomendação
		Mesmo sem histórico recorrente de perdas relevante, apesar de já terem ocorrido, os montantes em aberto são relevantes e a avaliação, ainda que concluindo que não há PECLD é necessária.	
OD	5	A entidade não possui um controle de corte (cut-off) para registrar as receitas provenientes de vendas quando do cumprimento da obrigação de desempenho.	Sugerimos que a administração implemente um procedimento padronizado de controle de corte de receitas ao menos ao final de cada data de relatório, que estabeleça uma data limite clara para o reconhecimento de receitas, considerando o momento do envio e recebimento dos produtos, de acordo com o tipo de transação, crie um registro centralizado de vendas com informações detalhadas sobre a data de embarque, data de entrega, status do pagamento, dentre outros.
OD	6	Verificamos o reconhecimento indevido de Notas Fiscais de Entrada em duplicidade, resultando em estornos no mês seguinte.	Sabemos que a entidade possui um controle para verificar inconsistências como a ocorrida mensalmente. Nesse sentido, sugerimos que o controle seja aprimorado e eventualmente automatizado, de modo a evitar erros de registro entre os meses.
OD	7	Inadequada capitalização da variação cambial sobre o principal dos empréstimos para o estoque, resultando na inclusão de valores que não atendem aos critérios estabelecidos pelas normas contábeis (CPC 20 (R1) e IAS 23). Cabe destacar que os montantes identificados não foram materiais.	Adequar o procedimento às normas contábeis.
OD	8	Reconhecimento indevido de ativos contingentes, em desacordo com o CPC 25, apesar de os montantes reconhecidos serem imateriais	Implementar um processo de identificação para o devido reconhecimento de ativos contingentes, que inclua critérios claros e a documentação adequada sobre a probabilidade de realização desses ativos, em consonância com o CPC 25.
OD	9	Verificamos junto a administração o controle de revisão de acesso aos sistemas aplicativos e identificamos que a avaliação é realizada trimestralmente pela área de TI, comparando as listas de usuários ativos fornecidas pela área de RH com os usuários ativos no AD e nas ferramentas Guardcorp e SentinelOne. No entanto, não é realizada a avaliação dos perfis de acesso pelos Owners dos sistemas ou pelos gestores responsáveis pelos usuários.	Recomendamos o aprimoramento do controle de revisão de acessos aos sistemas aplicativos, com o objetivo de assegurar que os acessos e seus respectivos perfis/transações sejam revisados e o controle devidamente formalizado e executado de maneira tempestiva.
OD	10	Verificamos que a Administração utiliza diversos serviços prestados por terceiros, sendo os principais relevante para a tecnologia e ao ambiente de controles para as demonstrações financeiras.  No entanto, para o prestador de serviço Senior não identificamos a avaliação do ambiente de controles internos pela Administração.  Sistema Sênior: SaaS (Software as a Service)  Sistema de RH que suporta o processo de folha de pagamento.	Recomendamos que seja estabelecido procedimento para inventariar todos os prestadores de serviço de tecnologia existentes e, sempre que houver alguma contratação de serviço, que seja efetuado avaliação de risco e estabelecido procedimentos para monitoramento dos riscos e assegurar dos controles internos do prestador de serviços.
AO/N	11	Verificamos que em alguns casos o pessoal da área faturamento possui acesso tanto para inserir novos pedidos quanto para realizar o faturamento desses pedidos.	Recomenda-se implementar a segregação de funções.
AO/N	12	É realizada de forma visual a revisão dos custos e despesas operacionais inseridos nos pedidos que gerarão os faturamentos a serem cobrados dos clientes, esse procedimento sem formalização pode aumentar a probabilidade de erros, como cobranças incorretas ou em duplicidade que só são verificadas pelo cliente após a emissão do faturamento.	Implementar um processo de revisão formal manual ou automático.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que, até o momento, não recebeu o relatório circunstanciado com referência às demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com relação às deficiências reportadas no item 5.2.d constantes no relatório da auditoria, a diretoria da Companhia fez comentários e planos de ação para cada item reportado.

Classificação	Sequencial	Comentário e plano de ação da administração
OD	1	"No exercício de 2024, parte do valor referente à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) foi devidamente provisionada. Ainda em 2024, a Companhia reconheceu contabilmente a provisão complementar referente ao valor a ser pago em 2025. A partir de 2025, a provisão da PLR passou a ser registrada mensalmente, conforme a expectativa de desembolso e as práticas de competência contábil."
OD	2	"Os lançamentos manuais quando ocorrem são por divergência identificada nas rotinas de conciliações das contas contábeis, ou lançamento de provisão, ou por algumas falhas e/ou limitações de interface no ERP com os sistemas auxiliares (Sercorp e XRT). Todos os lançamentos são suportados documentalmente (com relatório e/ou documentos suportes) e revisados informalmente e acompanhados pela gestão. De qualquer forma esta rotina e/ou evento deverá fazer parte das instruções de trabalho."
OD	3	"Tecnologia da Informação fez levantamento e já revisou os acessos e manteve apenas acesso aos colaboradores da controladoria contábil e o time de desenvolvimento do departamento de tecnologia, responsável pela sustentação do sistema." Ação efetuada em 18 de fevereiro de 2025.
OD	4	"Existe o comitê para análise de crédito e a revisão de tais créditos é rotineira de acordo com a classificação de cada cliente. Além disso, a gestão da análise de crédito é efetuada diretamente no sistema ERP Protheus e uma das rotinas que ajudam a minimizar o risco é o bloqueio do pedido em caso de inadimplência, respeitando os prazos definidos previamente em comitê. A administração realiza a avaliação de PECLD, verificando a data de vencimento das contas a receber vencidas regularmente, concluindo não haver a necessidade de nenhuma provisão em outubro de 2024, dado que os casos vencidos superiores a 180 dias estão em negociação com os clientes e na maioria das vezes em processo de compensação com valores devidos pela companhia aos respectivos clientes. A administração formalizara uma política em linha com as diretrizes das normas contábeis." Prazo: junho de 2025.
OD	5	"Atualmente temos um relatório desenvolvido pelo departamento de suporte e tecnologia, que nos demonstra as datas das entregas das mercadorias (transferência da posse) aos nossos clientes, e com isso conseguimos fazer identificação na data corte (fechamento do mês). Porém este relatório ainda não está em sua versão final e demanda alguns ajustes e correções, para que enfim possamos atender as exigências das normas vigentes (pronunciamento técnico CPC 47)." Prazo: junho de 2025.
OD	6	"A Equipe de faturamento está trabalhando internamente para reforçar a importância da manutenção e atenção na conferência, visando mitigar casos de duplicidade. Além disso, estamos desenvolvendo um projeto que permitirá identificar e corrigir essas duplicidades em até 24 horas, garantindo o cancelamento antes que se tornem definitivas." Prazo: junho de 2025
OD	7	"No CPC 20 Item 10 - Os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são aqueles que seriam evitados se os gastos com o ativo qualificável não tivessem sido feitos. Diante disso, entendo que a variação cambial sobre o principal faz parte do custo. Há entendimento de diferentes possibilidades de julgamentos, mas deve ser interpretada com base nas políticas contábeis da entidade."
OD	8	Os ativos contingentes foram registrados após decisões judiciais favoráveis à Companhia, com o processo sendo encerrado e recebido em fevereiro de 2025. Considerando a confirmação do desfecho e a expectativa de realização à época, entendemos que o reconhecimento contábil foi adequado."
OD	9	"Temos um processo estabelecido junto com o RH que qualquer mudança de área, desligamento etc., recebemos um chamado do Ocomom e um formulário com as alterações necessárias. Levantamos a relação de usuários com acesso aos principais Sistemas da Empresa (SERCORP e PROTHEUS), bem como as "roles" que estes usuários estão relacionados. Em 2025 enviamos para os líderes de cada área para que efetuem a revisão e efetuamos ajustes necessários. De forma preventiva, incluímos a rotina de revisão anual disponibilizando aos gerentes e gestores lista de colaboradores que tem acessos para validação dos acessos."
OD	10	"Acionamos a Senior e a expectativa é de receber o relatório de conformidade SOC 1 tipo 2 até o primeiro semestre de 2025." A plataforma SENIOR foi descontinuada a partir de ABRIL/2025, transferindo a gestão de folha para o sistema do BTG, já em março.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Classificação	Sequencial	Comentário e plano de ação da administração
AO/N	11	<p>"Os pedidos de faturamento são gerados pelo SERCORP e enviados para o PROTHEUS com registro de log no muro. O faturamento acessa esse pedido de venda no Protheus e emite as notas fiscais.</p> <p>Em casos esporádicos para faturamentos de serviços fora das atividades normais o faturamento tem acesso a inserir o PC e a nota fiscal diretamente no ERP, porém este faturamento está apoiado a chamado emitido diretamente no Ocomon (sistema de chamados da empresa).</p> <p>TI irá marcar reunião com o Gerente do Departamento de Faturamento para entender as particularidades e avaliarmos a possibilidade de segregação de funções ou restringir o acesso à inserção de pedidos manuais."</p>
AO/N	12	<p>"Temos um sistema 100% amarrado para pagamento e cobrança de despesas relativas a cada processo de importação. Nesse sentido, para que uma despesa seja paga (saída de caixa), obrigatoriamente ela deve ser lançada no nosso sistema (Sercorp), isso faz com que a despesa apareça em 100% dos controles da companhia e seja monitorada pelas áreas de controle, o que torna impossível a falta de gestão sobre todos os custos. No momento do lançamento desta despesa, o time de operações informa o montante a ser cobrado do cliente, em relação a esta despesa. Caso o valor cobrado seja inferior ao valor que será/que foi pago, este lançamento sobe para aprovação de um cargo superior, obedecendo as alçadas de aprovação. Ou seja, só assumimos eventuais 'prejuízos' em despesas, caso aprovado pelas pessoas responsáveis. Caso o valor cobrado do cliente seja superior ao montante efetivamente pago em relação a cada despesa, este fato não sobe para aprovação, por uma decisão de negócio. Estamos trabalhando em uma melhoria sistêmica para que o lançamento de despesas seja feito de forma automática por embarque, variando em virtude das negociações com cada fornecedor e escopos contratados. Este projeto, no entanto, é complexo e ainda requer tempo para desenvolvimento, estimamos que até junho de 2026 este projeto esteja concluído e em produção. A complexidade se dá em virtude das diferentes negociações e escopos de trabalho com cada cliente, mas já estamos avançados nos conceitos e testando algumas versões iniciais deste projeto."</p>

## 5.3 Programa de integridade

**5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia utiliza regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para prevenção detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos da sua antiga controladora, Serglobal Participações Ltda. ("Serglobal") conforme descrito abaixo.

Programa de Integridade:

O Programa de Integridade é adotado para suprir os requisitos da Lei n.º 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e atender os requisitos do Decreto Lei nº 11.259/22 que a regulamenta.

O Programa de Integridade é certificado pela ISO 37001, Gestão Antissuborno e atende aos parâmetros exigidos pela norma.

Código de Ética e Conduta:

A Código de Ética e Conduta, adotado para orientar o comportamento profissional e pessoal dos colaboradores da Companhia.

O Código de Ética e Conduta regula, dentre outros assuntos: (a) os valores; (b) as relações no ambiente de trabalho; (c) as responsabilidades individuais; (d) o relacionamento com clientes e fornecedores; (e) os tratamentos em caso de conflito de interesses.

Política de Anticorrupção e Antissuborno:

A Política de Anticorrupção e Antissuborno é responsável por consolidar os padrões e regras internas que assegurem as práticas preventivas de combate à corrupção empresarial, bem como reforçar o cumprimento e reiterar o compromisso com os princípios e diretrizes descritas no Código de Ética e Conduta.

Assim, para atender ao disposto nas normas acima, a Serglobal reavalia anualmente os riscos identificados e mapeados de acordo com o seu perfil e ramo de atuação, assim como adapta as suas políticas, procedimentos e práticas.

**ii. estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

As seguintes estruturas organizacionais da Serglobal, antiga controladora Companhia, estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade da Companhia:

Área de Compliance:

A Área de Compliance da Serglobal, foi formalmente implementada e aprovada em 5 maio de 2021, por meio de reunião do Comitê de Ética e Riscos.

Atualmente, a Área de Compliance é composta pelo Chief Compliance Officer que se reporta diretamente ao vice-Presidente da Serglobal.

A Área de Compliance assessora a administração da Companhia na implementação do Programa de Integridade. São atribuições da Área de Compliance:

Agendar e realizar as convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê de Ética e Riscos;

Providenciar dados de entrada para a execução das análises críticas do sistema de gestão antissuborno;

Executar análises críticas do sistema de gestão antissuborno, apresentando seu resultado ao Comitê de Ética e Riscos;

Acompanhar ações corretivas e ações de melhorias definidas nas reuniões de análise crítica do sistema de gestão antissuborno;

Descrever as atas das reuniões, assim como colher as assinaturas dos participantes e enviar aos mesmos/membros do Comitê de Ética e Riscos;

### 5.3 Programa de integridade

Manter o arquivamento das atas das reuniões;

Esclarecer quaisquer dúvidas de colaboradores relacionadas a Política de Anticorrupção e Antissuborno e ao Código de Ética e Conduta;

Implementar as ações corretivas e de melhorias identificadas nas reuniões do Comitê de Ética e Riscos;

Apurar as denúncias recebidas e relativas a Lei Anticorrupção, ao conteúdo do Código de Ética e Conduta e das políticas aplicáveis e as denúncias provenientes do Canal de Denúncias;

Apresentar os resultados das apurações ao Comitê de Ética e Riscos;

Esclarecer todas as dúvidas em relação à interpretação da Política de Anticorrupção e Antissuborno ou acerca de uma situação relacionada ao tema;

Disseminar por meio de treinamentos periódicos o Código de Ética e Conduta e a Política de Anticorrupção e Antissuborno;

Providenciar assinaturas dos Termos de Adesão ao Código de Ética e Conduta à Política de Anticorrupção e Antissuborno e manter sua guarda, quando de sua atualização ou a cada três anos.

#### Comitê de Ética e Riscos:

O Comitê de Ética e Riscos da Serglobal, que foi formalmente implementado e aprovado em 05.05.2021, tem a seguinte composição:

Presidente;

Vice-Presidente;

Chief Compliance Officer.

São atribuições do Comitê de Ética e Riscos:

Garantir a disseminação dos valores e princípios éticos e de conduta na organização e assegurar que eles sejam cumpridos;

Desenvolver e estabelecer parâmetros para a elaboração da Política de Anticorrupção e Antissuborno e do Código de Ética e Conduta, considerando os princípios éticos na administração das empresas;

Aprovar a Política de Anticorrupção e Antissuborno e o Código de Ética e Conduta;

Garantir que mecanismos sejam criados para permitir a compreensão, comprometimento e participação da administração com relação às questões morais da organização;

Avaliar os casos concretos ou potenciais de violação da Política de Anticorrupção e Antissuborno, do Código de Ética e Conduta e deliberar a respeito das ações necessárias para a pronta interrupção das atividades quando necessário;

Dirimir dúvidas quanto a interpretação das políticas de integridade;

Reavaliar periodicamente a pertinência e atualidade dos preceitos da Política de Anticorrupção e Antissuborno e do Código de Ética e Conduta, bem como garantir que as ações necessárias para a divulgação de seus conteúdos e finalidades sejam realizadas;

Acompanhar o cumprimento e a implementação do programa de integridade, estabelecido para mitigar riscos de corrupção nas relações das sociedades com agentes públicos e privados;

Executar análise do sistema de gestão antissuborno;

Elaborar por meio de relatório gerencial, um resumo das análises críticas do sistema de gestão antissuborno, o status geral do ambiente ético, assim como as ações e medidas tomadas frente às violações da Política de Anticorrupção e Antissuborno e do Código de Ética e Conduta;

Encaminhar para conhecimento ao Conselho de Administração das sociedades os casos mais graves de violações da Política de Anticorrupção e Antissuborno e do Código de Ética e Conduta;

Tomar todas as medidas necessárias para permitir a investigação extensiva/justa/independente das alegações recebidas pelo canal de denúncias da Companhia e, se aplicável, implementar e/ou supervisionar a implementação das ações corretivas necessárias, envolvendo outros membros do pessoal quando necessário;

### 5.3 Programa de integridade

Encaminhar denúncias às autoridades competentes, quando aplicável;

Divulgar ao menos uma vez por ano ao Conselho de Administração da sociedade, por meio de relatório gerencial, um resumo das análises críticas do sistema de Gestão Antissuborno, o status geral do ambiente ético, assim como as ações e medidas tomadas frente às violações da Política de Anticorrupção e Antissuborno e do Código de Ética e Conduta.

Área de Pessoas & Cultura:

A Serglobal possui área responsável por, além de outras funções relativas ao relacionamento com os colaboradores e órgãos governamentais, obter, na integração de novos funcionários, os Termos de Adesão ao Código de Ética e Conduta à Política de Anticorrupção e Antissuborno preenchidos e assinados e manter suas guardas.

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia adota o Código de Ética e Conduta da Serglobal, formalmente aprovado pelo Comitê de Ética e Riscos, em reunião realizada em 23 de outubro de 2023 e encontra-se disponível através da rede mundial de computadores: <https://www.sertrading.com/quem-somos/esg/compliance>

**se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta deve ser observado por todos os seus diretores, sócios e colaboradores. Adicionalmente, todas as políticas da Serglobal são aplicáveis aos colaboradores da Companhia.

Na mesma página da internet temos também o Código de Ética e Conduta dos Parceiros de Negócios, que define requisitos obrigatórios para todos os parceiros de negócio e de eventuais subcontratadas, que celebrem qualquer contrato com a empresa ou quaisquer relacionamentos de negócios. Este código reflete os requisitos do próprio Código de Ética e Conduta, do programa de Integridade e os compromissos de sustentabilidade mais amplos.

**as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A violação ao Código de Ética e Conduta ou das políticas e procedimentos aplicáveis à Companhia está sujeita a ações disciplinares, independentemente do nível hierárquico, a serem avaliadas e determinadas pelo Comitê de Ética e Riscos e com base na legislação vigente

Nesse sentido, conforme indicado na Política do Comitê de Ética e Riscos, constitui-se em violação a não observância aos preceitos nos documentos descritos, podendo acarretar a aplicação de medidas disciplinares, tais como: afastamento em caso de suspeita de envolvimento em atos de corrupção e fraude, advertência verbal, escrita ou até mesmo em desligamento por justa causa, dependendo da gravidade da falta cometida.

**órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta, formalmente aprovado pelo Comitê de Ética e Riscos, em reunião realizada em 23 de outubro de 2023 e encontra-se disponível através da rede mundial de computadores: <https://www.sertrading.com/quem-somos/esg/compliance>

**se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui um canal seguro e direto para receber comunicações de conduta imprópria ou suspeita de violação de leis, regras ou regulamentação aplicáveis relacionados a Companhia, incluindo denúncias relacionadas à corrupção e demais irregularidades previstas na Lei Anticorrupção ("Canal de Denúncias").

O Canal de Denúncias é uma importante ferramenta de detecção, fornecendo uma valiosa contribuição para a aplicação e cumprimento das leis, regras e regulamentos.

Todas as informações são tratadas de forma sigilosa e com a garantia de confidencialidade do declarante em todas as denúncias, bem como a não retaliação para aqueles que denunciarem de boa-fé. O Canal de Denúncias está disponível no site: <https://www.sertrading.com/contato/canal-de-denuncias>.

**se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

### 5.3 Programa de integridade

Para garantir o sigilo absoluto, a imparcialidade e o tratamento adequado de cada situação, o procedimento do Canal de Denúncias é conduzido por meio de um canal independente.

**se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias é aberto para recebimento de denúncias de terceiros.

**se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

As denúncias podem ser feitas de forma anônima ou identificada, sem retaliação ou sanção contra os denunciante que fizerem registros de boa-fé.

**órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Área de Compliance é quem recebe a denúncia e é responsável por analisar prontamente as questões relatadas. A Área de Compliance deve prontamente reportar ao Comitê de Ética e Riscos, que irá tomar todas as medidas necessárias para permitir a investigação extensiva/justa/independente das alegações e, se aplicável, para implementar e/ou supervisionar a implementação das ações corretivas necessárias, envolvendo outros membros do pessoal quando necessário.

**número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não foram registrados e confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

**caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, considerando que, conforme indicado nos itens acima, as regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública da Serglobal são aplicáveis à Companhia.

## 5.4 Alterações significativas

**5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

A Companhia considera que não há outras informações relevantes pertinentes a esta Seção, além daquelas fornecidas nos itens anteriores.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>BCO BTG PACTUAL S.A.</b>						
30.306.294/0001-45	Brasil	Não	Sim	30/04/2025		
Não						
11.046.094.622	100,000	0	0,000	11.046.094.622	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
11.046.094.622	100,000	0	0,000	11.046.094.622	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BCO BTG PACTUAL S.A.				30.306.294/0001-45		
BCO BTG PACTUAL S.A.						
30.306.294/0001-45	Brasil	Não	Sim	30/04/2025		
Não						
11.046.094.622	100,000	0	0,000	11.046.094.622	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
11.046.094.622	100,000	0	0,000	11.046.094.622	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>BCO BTG PACTUAL S.A.</b>				<b>30.306.294/0001-45</b>	
<b>BTG Pactual Holding Financeira Ltda</b>					
27.742.455/0001-39	Brasil	Sim	Sim	26/10/2018	
Não					
5.811.901.068	80,226	1.397.425.360	32,788	7.209.326.428	62,655
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
Preferencial Classe A	0	0.000	0.000	0.000	
Preferencial Classe B	1,397,425,360	100.000	32.788	12.145	
<b>BTG Pactual Holding S.A.</b>					
10.923.227/0001-62	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018	
Não					
120.896.936	1,669	241.405.092	5,664	362.302.028	3,149
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
Preferencial Classe A	241,405,092	8.427	5.664	2.098	
<b>Veículos de investimento vinculados a integrantes do Partnership</b>					
09.631.542/0001-37	Brasil	Não	Não	31/05/2017	
Não					
136.796.488	1,888	273.592.976	6,419	410.389.464	3,567
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
Preferencial Classe A	273,592,976	9.551	6.419	2.378	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>					

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>BCO BTG PACTUAL S.A.</b>				<b>30.306.294/0001-45</b>		
24.119.600	0,333	48.239.200	1,132	72.358.800	0,629	
OUTROS						
1.150.666.940	15,884	2.301.291.732	53,996	3.451.958.672	30,001	
TOTAL						
7.244.381.032	100,000	4.261.954.360	100,000	11.506.335.392	100,000	

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>BTG Pactual Holding Financeira Ltda</b>				<b>27.742.455/0001-39</b>		
<b>BTG Pactual Holding S.A.</b>						
10.923.227/0001-62	Brasil	Sim	Sim	14/10/2016		
Não						
13.666.100.000	99,915	0	0,000	13.666.100.000	99,915	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
11.600.000	0,085	0	0,000	11.600.000	0,085	
TOTAL						
13.677.700.000	100,000	0	0,000	13.677.700.000	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
<b>ANDRE SANTOS ESTEVES</b>						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	30/12/2021		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO</b>						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>BTG Pactual G7 Holding S/A</b>						
17.252.858/0001-46	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
457.258.408	69,750	0	0,000	457.258.408	35,010	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
<b>GUILHERME DA COSTA PAES</b>						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>RENATO MONTEIRO DOS SANTOS</b>						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>ROBERTO BALLS SALLOUTI</b>						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>BTG Pactual Holding S.A.</b>				<b>10.923.227/0001-62</b>		
198.312.205	30,250	68.792.541	10,575	267.104.746	20,451	
OUTROS						
0	0,000	581.698.582	89,425	581.698.582	44,538	
TOTAL						
655.570.618	100,000	650.491.123	100,000	1.306.061.741	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S/A				17.252.858/0001-46		
<b>ANDRE SANTOS ESTEVES</b>						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	30/12/2021		
Não						
5.090.191.176	51,197	0	0,000	5.090.191.176	51,197	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO</b>						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
577.507.892	5,809	0	0,000	577.507.892	5,809	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>GUILHERME DA COSTA PAES</b>						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
531.990.097	5,351	0	0,000	531.990.097	5,351	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S/A				17.252.858/0001-46		
<b>RENATO MONTEIRO DOS SANTOS</b>						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
879.739.721	8,848	0	0,000	879.739.721	8,848	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>ROBERTO BALLS SALLOUTI</b>						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
1.191.110.206	11,980	0	0,000	1.191.110.206	11,980	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
1.671.752.984	16,815	0	0,000	1.671.752.984	16,815	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S/A				17.252.858/0001-46		
9.942.292.076	100,000	0	0,000	9.942.292.076	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
<b>ANDRE SANTOS ESTEVES</b>						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	30/12/2021		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO</b>						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>BTG Pactual G7 Holding S/A</b>						
17.252.858/0001-46	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
457.258.408	69,750	0	0,000	457.258.408	35,010	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62		
<b>GUILHERME DA COSTA PAES</b>						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>RENATO MONTEIRO DOS SANTOS</b>						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>ROBERTO BALLS SALLOUTI</b>						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	28/12/2018		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>BTG Pactual Holding S.A.</b>				<b>10.923.227/0001-62</b>		
198.312.205	30,250	68.792.541	10,575	267.104.746	20,451	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	581.698.582	89,425	581.698.582	44,538	
<b>TOTAL</b>						
655.570.618	100,000	650.491.123	100,000	1.306.061.741	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S/A				17.252.858/0001-46		
<b>ANDRE SANTOS ESTEVES</b>						
857.454.487-68	Brasil	Sim	Sim	30/12/2021		
Não						
5.090.191.176	51,197	0	0,000	5.090.191.176	51,197	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO</b>						
468.306.778-15	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
577.507.892	5,809	0	0,000	577.507.892	5,809	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>GUILHERME DA COSTA PAES</b>						
959.629.487-34	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
531.990.097	5,351	0	0,000	531.990.097	5,351	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S/A				17.252.858/0001-46		
<b>RENATO MONTEIRO DOS SANTOS</b>						
265.065.788-07	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
879.739.721	8,848	0	0,000	879.739.721	8,848	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>ROBERTO BALLS SALLOUTI</b>						
135.962.478-37	Brasil	Sim	Sim	02/12/2018		
Não						
1.191.110.206	11,980	0	0,000	1.191.110.206	11,980	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
1.671.752.984	16,815	0	0,000	1.671.752.984	16,815	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BTG Pactual G7 Holding S/A				17.252.858/0001-46		
9.942.292.076	100,000	0	0,000	9.942.292.076	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	30/04/2025
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	0

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

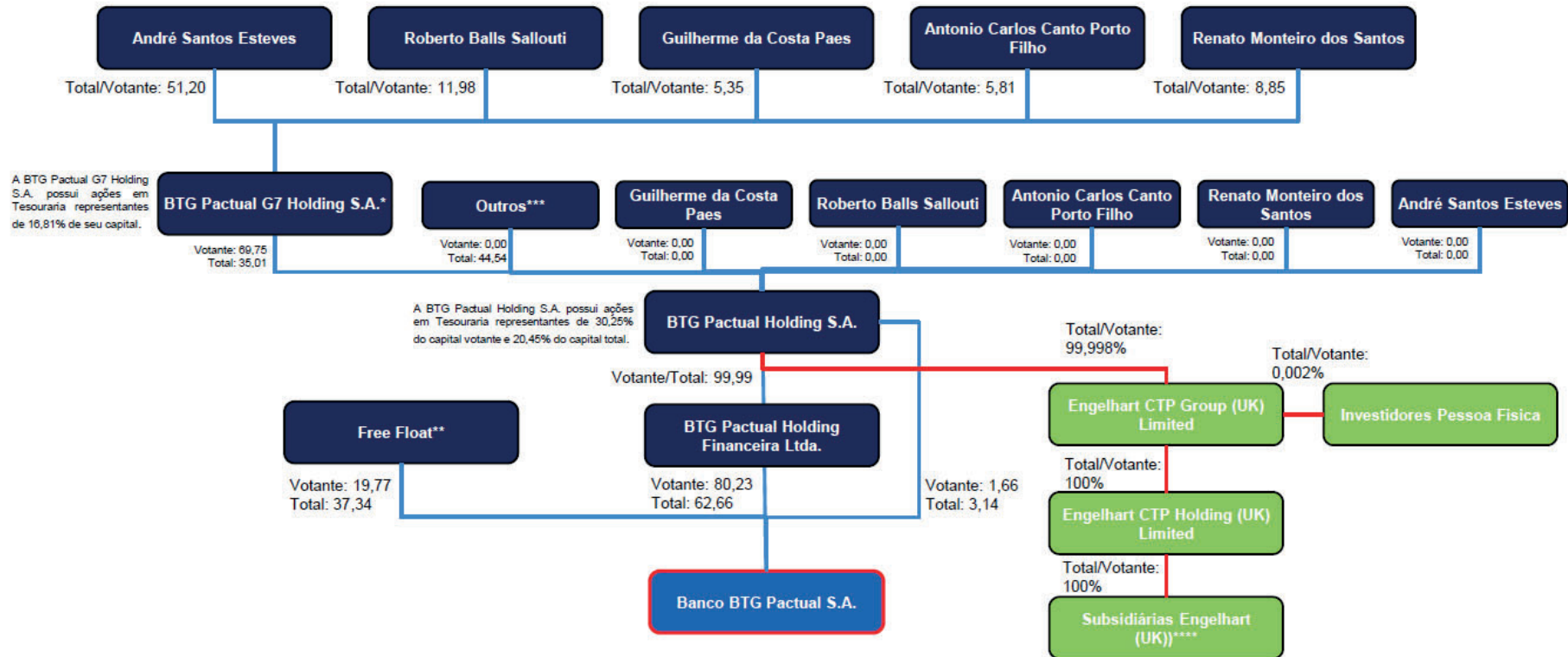
<b>Quantidade ordinárias</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

## **6.4 Participação em sociedades**

---

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



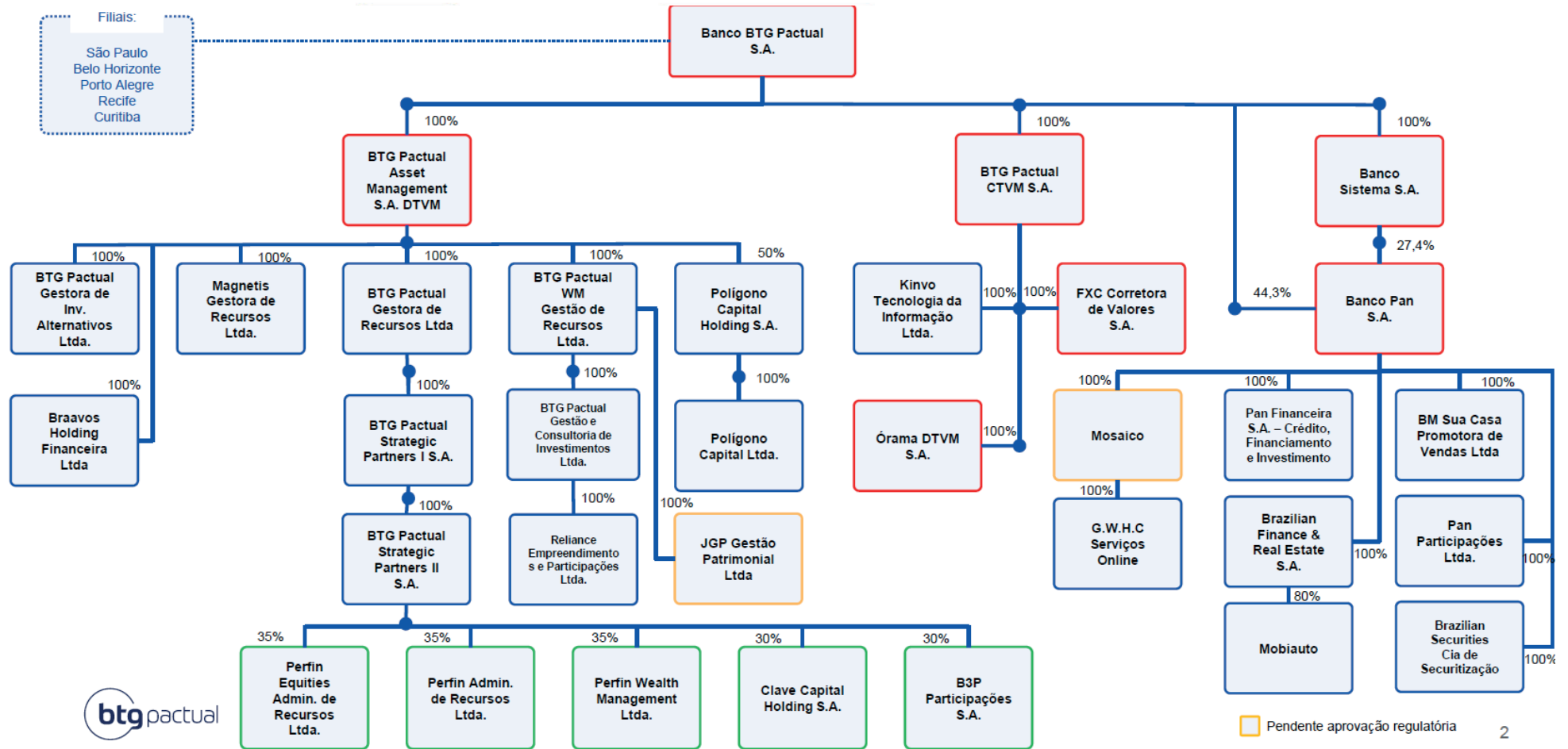
\*O Controle da BTG Pactual Holding é detido pela BTG Pactual G7 Holding S.A. Todas as ações emitidas pela BTG Pactual G7 Holding S.A. são ações ordinárias, que possuem direito a voto de seus acionistas.

\*\*Inclui as ações adquiridas por veículos de investimento, Fundos de investimentos detidos pelos Partners ou pelo *Partnership*, através da BTG Pactual Holding no mercado de ações.

\*\*\*Aproximadamente 400 sócios do *Partnership* do BTG Pactual, que individualmente não detêm mais de 1% das ações preferenciais emitidas pela BTG Pactual Holding S.A.

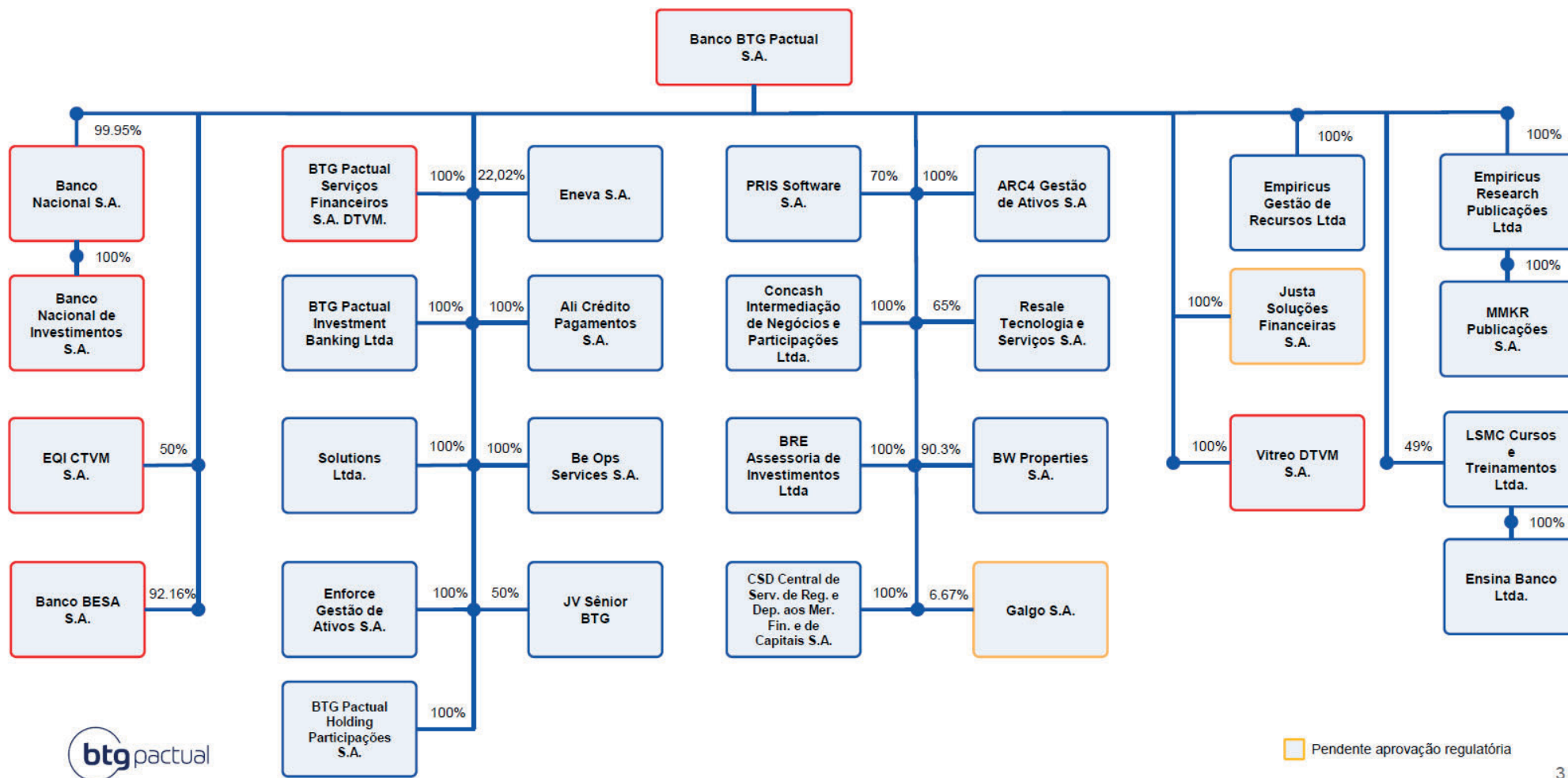
\*\*\*\* As sociedades indicadas em verde neste organograma não correspondem à Companhia, mas a outras entidades denominadas Engelhart CTP, sob o mesmo controle indireto da Companhia, que também atuam no ramo de commodities, com operação no exterior. As "Subsidiárias Engelhart (UK)" indicadas no quadro acima correspondem às entidades ECTP no exterior com atuação no ramo de *commodities*, e que atualmente incluem, dentre outras, Engelhart CTP Services (UK) Limited, Engelhart CTP (Shanghai) Co., Ltd., Engelhart CTP Trading (Shanghai) Co. Ltd., Engelhart CTP (Switzerland) SA, Engelhart CTP Freight (Switzerland) SA, Engelhart CTP (US) LLC, Engelhart CTP (Singapore) Pte. Ltd., Engelhart CTP Financial (Singapore) Pte. Ltd.

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

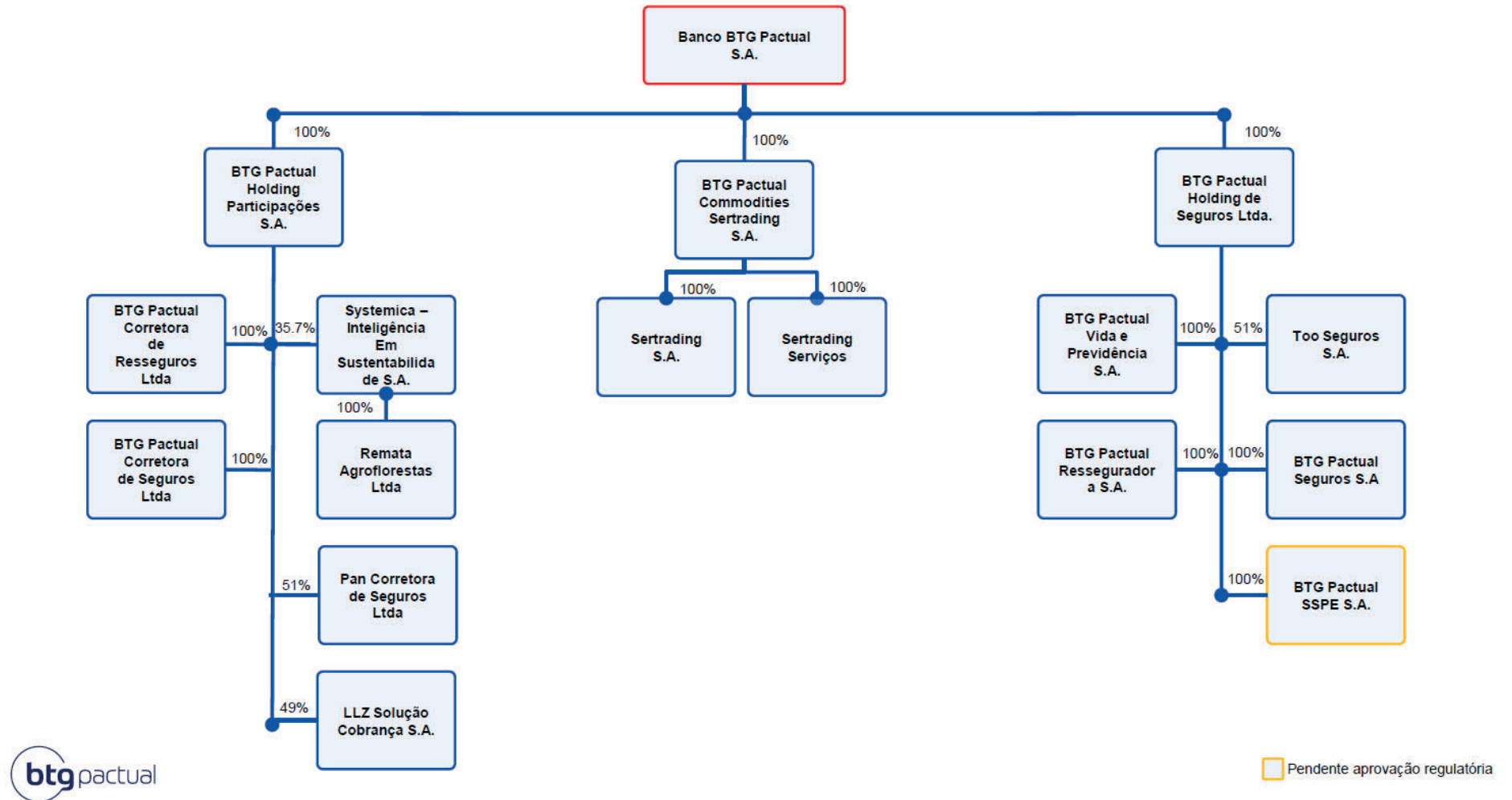


Pendente aprovação regulatória

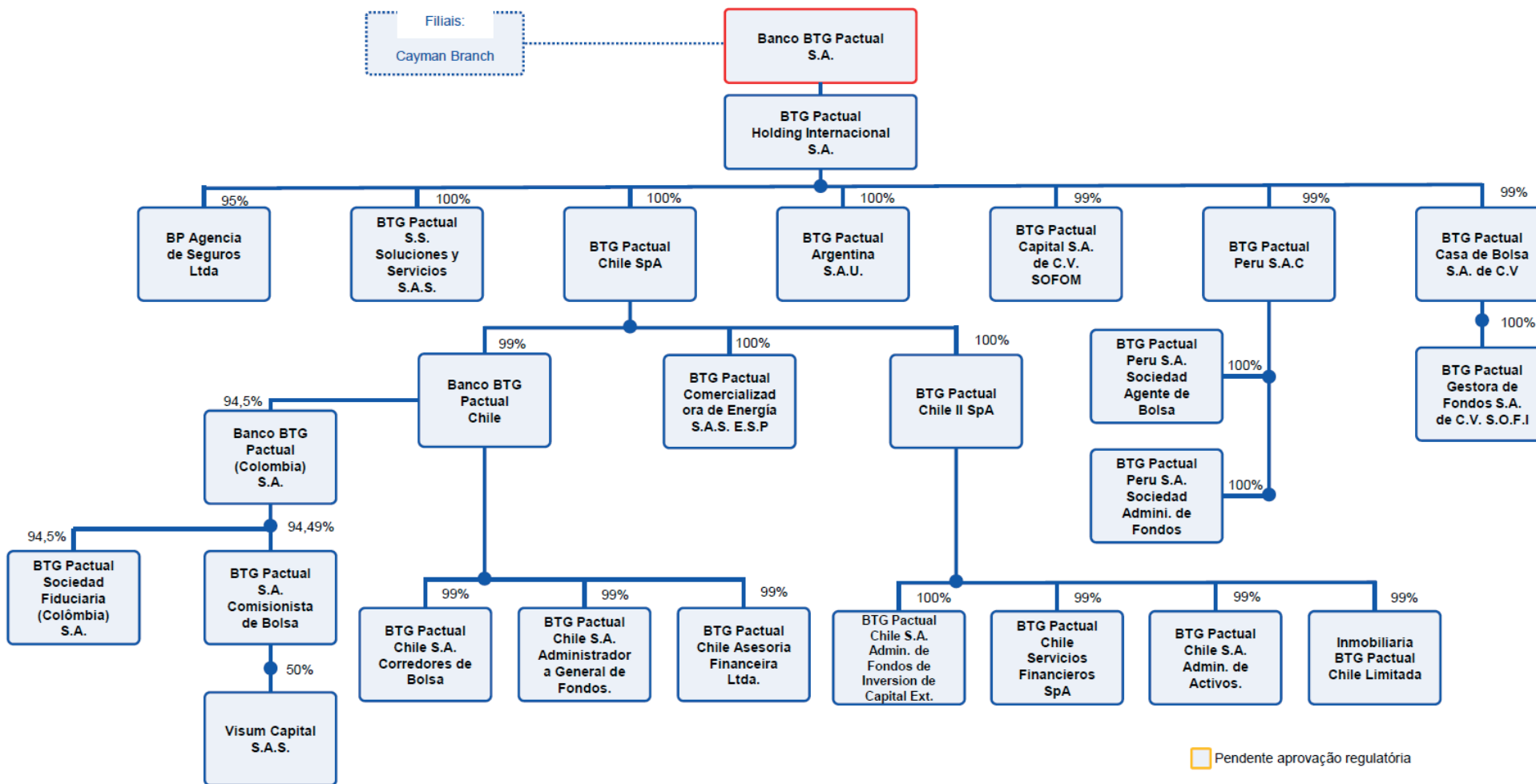
### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

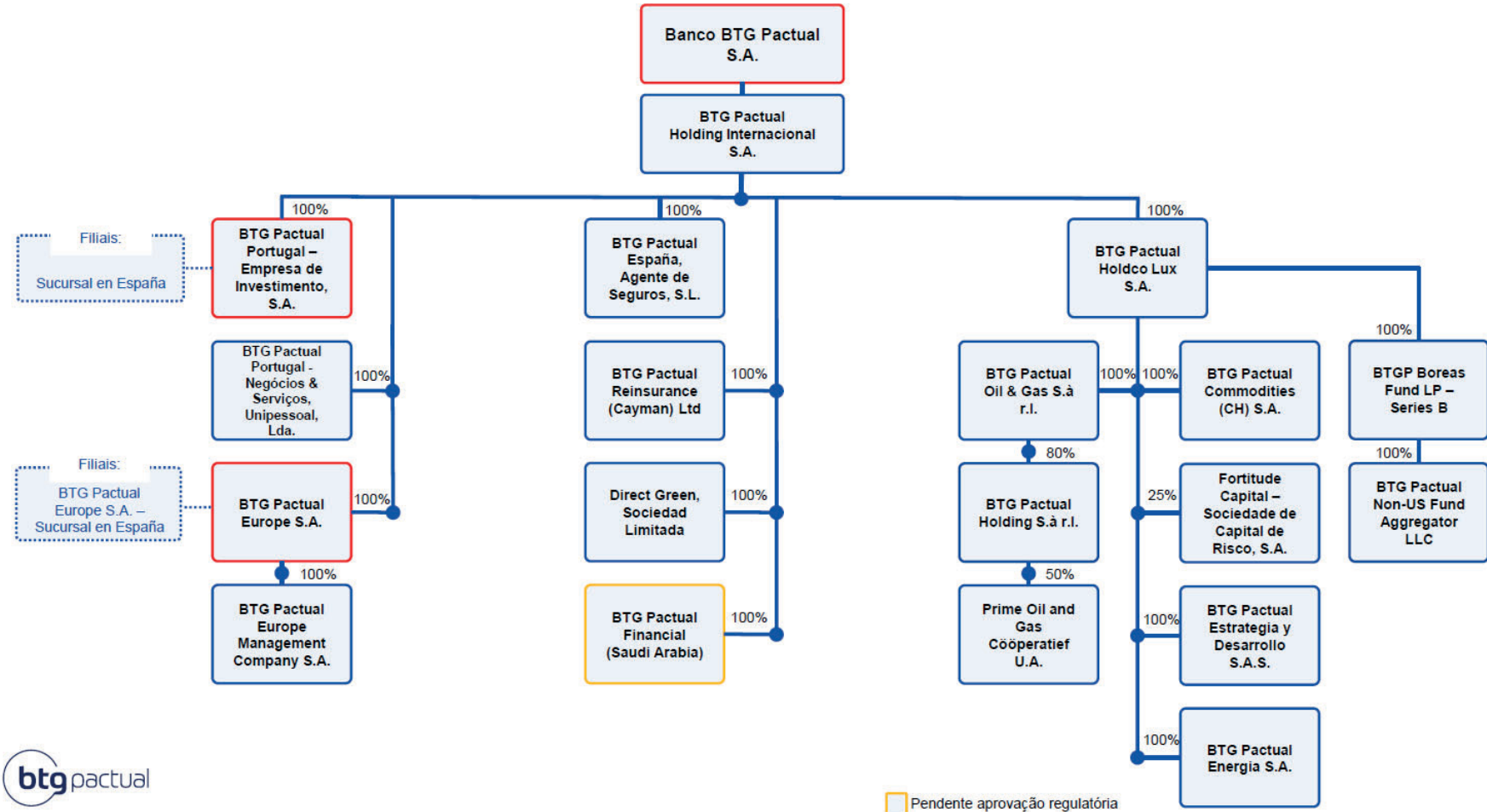


### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

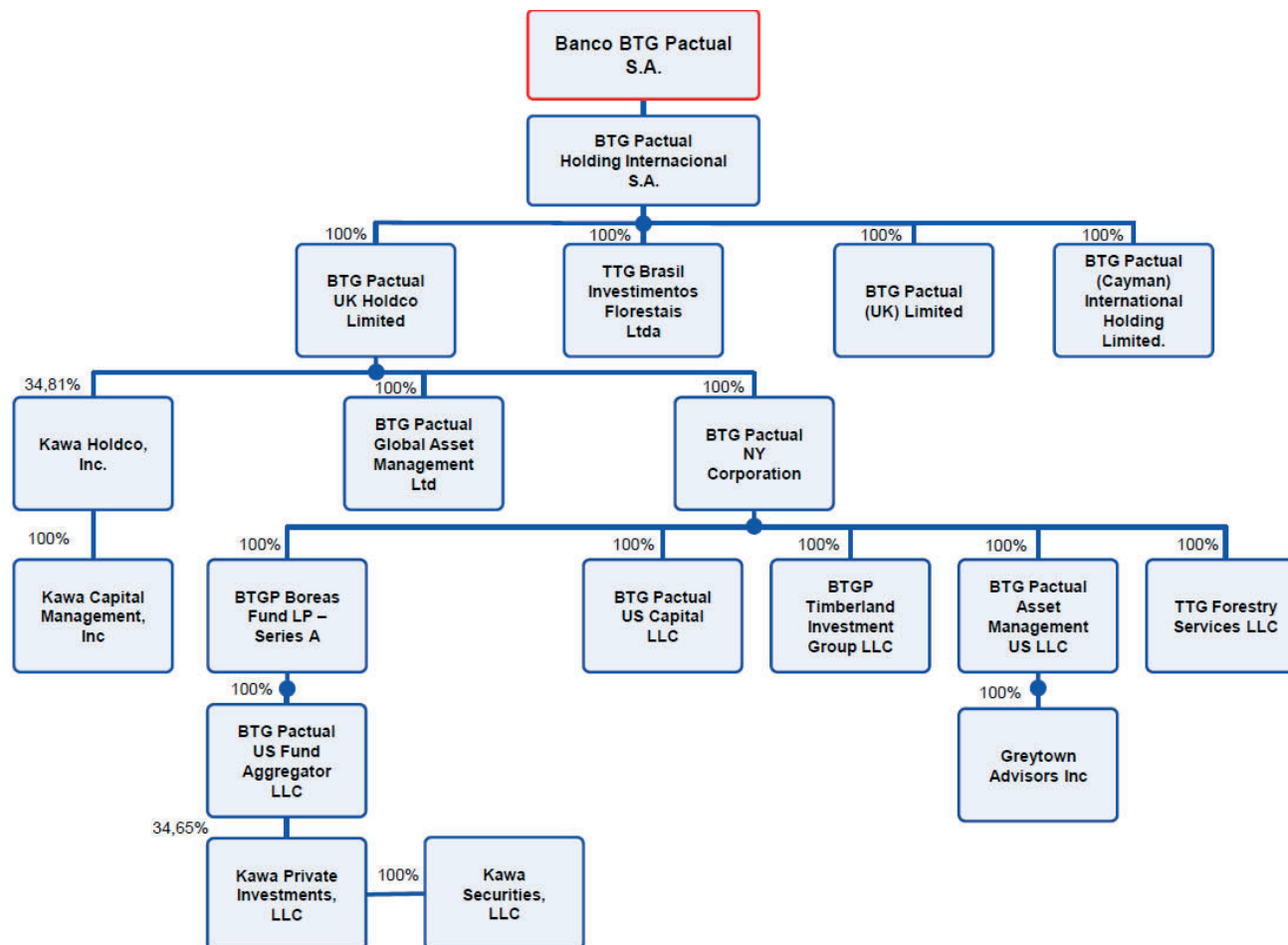


Pendente aprovação regulatória

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## **6.6 Outras informações relevantes**

### **6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há informações adicionais que a Companhia julgue relevantes nesta seção 6.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### 7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

**principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

**a periodicidade das avaliações e sua abrangência**

**metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**

**se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**por órgão:**

**número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero**

Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder	Não se aplica
Diretoria	2	9	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplente	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0

**número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça**

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Indígena	Outros	Prefere não responder	Não se aplica
Diretoria	0	11	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplente	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	0

**Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência**

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	11	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

TOTAL = 14	0	14	0
------------	---	----	---

**número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes**

A Companhia não possui outros atributos de diversidade que entenda relevantes.

**se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

A Companhia não possui política com objetivos específicos relacionados à diversidade de gênero, cor, raça ou outros atributos de diversidade em relação aos membros de sua administração e conselho fiscal.

**papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

A administração da Companhia não possui uma política específica de avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. No entanto, as análises conduzidas com relação às atividades da Companhia que possam afetar tais questões devem considerar essas questões.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	2	9	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 14</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	11	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 14</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	11	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 14</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>

## **7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração**

### **7.2. Informações relacionadas ao conselho de administração**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

**Nome** ADRIANO ALBERTO ANTUNES      **CPF:** 023.906.449-61      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 05/12/1978

**Experiência Profissional:** Com atuação no desenvolvimento da área de transporte de commodities e mercadorias agrícolas do Grupo BTG Pactual no Brasil, o Sr. Adriano Alberto Antunes possui experiência na operação e gerenciamento de terminais e centros de distribuição, com capacidade para até 17 mil SKUs. Além disso, o Sr. Adriano Alberto Antunes gerencia a cadeia de suprimentos de commodities agrícolas e fertilizantes em território nacional. A experiência do Sr. Adriano Alberto Antunes se estende também ao desenvolvimento de cadeias logísticas no setor de biocombustíveis, incluindo etanol e biodiesel. Como profissional com experiência comercial, o Sr. Adriano Alberto Antunes participou ativamente na venda de serviços logísticos e na negociação de preços com clientes e fornecedores, incluindo a contratação de Gerentes de Serviços Logísticos no valor de R\$1 milhão, abrangendo frete e outros serviços. Além disso, o Sr. Adriano Alberto Antunes possui experiência em gestão de equipes de operações e planejamento logístico, em todas as etapas da cadeia logística. O Sr. Adriano Alberto Antunes faz parte do Banco BTG Pactual S.A. desde 2015 e exerce cargo de Diretor Executivo na BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. (antiga Engelhart CTP (Brasil) S.A.).

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Executivo	10/10/2024		10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Adriano declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** ALFREDO DE GOEYE JUNIOR      **CPF:** 671.493.678-87      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador de Empresas      **Data de Nascimento:** 24/05/1950

**Experiência Profissional:** Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, o Sr. Alfredo de Goeve é fundador e presidente da Sertrading. Sr. Alfredo também possui experiência em gestão de equipes executivas e em comércio exterior. Desde 2011, é Diretor da ABECE - Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior, onde desempenha um papel de destaque na articulação e representação do setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Executivo	10/10/2024		10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Alfredo de Goeve declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** FELIPE MANDIA      **CPF:** 369.508.578-96      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 26/11/1988

**Experiência Profissional:** Com trajetória profissional diversificada em empresas multinacionais, o Sr. Felipe Mandia possui experiência em diversos setores, incluindo bens de consumo, serviços e produtos financeiros. As habilidades do Sr. Felipe Mandia abrangem uma variedade de áreas financeiras e estratégicas, destacando-se a gestão de equipes, planejamento e análise financeira, gestão de caixa, avaliação de risco, M&A, financiamento, orçamento, desinvestimento, planejamento de negócios e relações com investidores. O Sr. Felipe Mandia exerce cargo de Diretor Executivo na BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. (antiga Engelhart CTP (Brasil) S.A.) desde 2022.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Executivo	10/10/2024		10/10/2024

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Felipe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** JULIA MENDONÇA ROCHA **CPF:** 059.849.307-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 20/05/1987

**Experiência Profissional:** A Sra. Julia Rocha atua como responsável pela área de Relação com Investidores do BTG Pactual há mais de 5 (cinco) anos. A Sra. Julia exerce cargo de Diretora de Relações com Investidores na Engelhart CTP (Brasil) S.A. A Sra. Julia Rocha se juntou ao BTG Pactual em fevereiro de 2011 na área de Administração de Fundos, e foi responsável por diversas áreas operacionais e pelo time comercial da BTG Pactual Serviços Financeiros. Desde junho de 2018 é responsável pelo time de Relações com Investidores e Corporate Finance do Banco BTG Pactual. A Sra. Julia é graduada em Administração de Empresas pela PUC - RJ.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Diretor de Relações com Investidores		10/10/2024		10/10/2024

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Julia declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** JULIANA LÉ TASSINARI      **CPF:** 370.540.598-59      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administradora      **Data de Nascimento:** 23/12/1987

**Experiência Profissional:** A Sra. Juliana Tassinari é graduada em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) e possui expertise na otimização da cadeia logístico-tributária para empresas importadoras e exportadoras. Desde sua entrada na Sertrading em 2009, a Sra. Tassinari atua com objetivo de geração de economias significativas para sua carteira de clientes. De março de 2020 até setembro de 2024 a Sra. Tassinari atuou como Diretora Executiva de Relacionamento com o cliente, Operações e Qualidade da Companhia, responsável por garantir o atingimento dos objetivos de venda, faturamento da Companhia com a máxima eficiência de custos a excelência na experiência do cliente.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretora Executiva	10/10/2024		10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Juliana declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** LUCIANO MASCIGRANDE SAPATA **CPF:** 129.171.498-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 04/10/1968

**Experiência Profissional:** Com 35 anos de experiência no mercado financeiro e no comércio exterior, o Sr. Luciano Sapata atuou como Vice-Presidente de Desenvolvimento de negócios da Sertrading e backoffice de 2002 a setembro de 2024. Até setembro de 2024 foi responsável por traçar estratégias nas áreas de controladoria tributária, contábil, financeira, tecnologia, recursos humanos e marketing da Sertrading. Sr. Sapata possui conhecimento estratégico da cadeia de comércio exterior, aliado a um entendimento de governança e finanças corporativas. A experiência do Sr. Sapata também abrange gestão estratégica organizacional e liderança de equipes executivas. O Sr. Luciano também é representante da Sertrading em entidades de classe e órgãos governamentais.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor executivo	10/10/2024		10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Luciano Sapata declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados] e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** LUIZ VIEIRA DA SILVA FILHO      **CPF:** 254.001.158-61      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogado      **Data de Nascimento:** 16/03/1977

**Experiência Profissional:** O Sr. Luiz Vieira é graduado em Direito e possui pós-graduação em Gestão Tributária pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Detém experiência na área tributária, uma trajetória construída em empresas de auditoria, consultoria e Trading Company. Ao longo de sua carreira, atendeu clientes de diversos segmentos, incluindo a indústria farmacêutica, bens de consumo, automobilística e grandes varejistas. Sua expertise abrange consultoria tributária, planejamento tributário, compliance e comércio exterior. De dezembro de 2020 a setembro de 2024, o Sr. Vieira ocupou o cargo de Diretor Tributário na Sertrading, à frente da concepção estratégica e execução de planejamento tributário voltado à redução da carga fiscal, mitigação de riscos e gestão do contencioso, com o objetivo de otimização tributária e de promoção de padronização e simplificação das rotinas da Sertrading.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor executivo	10/10/2024		10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Luiz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** MANUEL DE ALMEIDA  
MARINS GORITO      **CPF:** 098.346.907-54      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Economista      **Data de Nascimento:** 21/12/1983

**Experiência Profissional:** Manuel Gorito é Managing Partner e Head do setor de commodities. O Sr. Gorito ingressou no BTG Pactual em 2006 e tornou-se sócio em 2011. Ele foi nomeado diretor do negócio de commodities em 2019, tendo sido anteriormente responsável pelo Departamento de Risco de Crédito da empresa. Atualmente, o negócio de commodities da BTG engloba a mesa de operações de energia no Brasil, Chile e Colômbia, o negócio físico (complexo de soja, milho e açúcar) e uma mesa de operações de prop trading global (energia e gás, emissões e Aqs). O Sr. Gorito é bacharel em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em finanças. O Sr. Gorito também possui uma credencial internacional, CFA (chartered financial analyst). Além disso, o Sr. Gorito exerce os cargos de Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração na BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. (antiga Engelhart CTP (Brasil) S.A.).

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Diretor Presidente / Superintendente		10/10/2024		10/10/2024
Conselho de Administração	10/10/2024	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		10/10/2024	Sim	10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Manuel de Almeida Marins Gorito declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** RENATO HERMANN COHN **CPF:** 153.621.988-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 28/01/1972

**Experiência Profissional:** O Sr. Renato Cohn é Diretor Estatutário, CFO e Diretor de Relações com Investidores (DRI) do Banco BTG Pactual, sendo responsável pelas Áreas de Finanças e Relações com Investidores do BTG Pactual. O Sr. Renato Cohn iniciou sua carreira no BTG Pactual em 1999 como Private Banking Officer. O Sr. Renato Cohn também exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. (antiga Engelhart CTP (Brasil) S.A.).

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/10/2024	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		10/10/2024	Sim	10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Renato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** RENATO MONTEIRO DOS SANTOS    **CPF:** 265.065.788-07    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profis são:** Economista    **Data de Nascimento:** 05/10/1973

**Experiência Profissional:** O Sr. Renato Monteiro dos Santos é Diretor Vice-Presidente Sênior do Banco BTG Pactual responsável pela Tesouraria do BTG Pactual na América Latina, bem como pelas Áreas de Renda Fixa, Câmbio e Commodities. O Sr. Renato Monteiro dos Santos também exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Engelhart CTP (Brasil) S.A. O Sr. Renato Santos iniciou sua carreira no BTG Pactual em 1997 como trader, ocupando o cargo de responsável pela Área Renda Fixa (FICC) do BTG Pactual entre 2004 e 2006. O Sr. Renato Santos é graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e em Economia pela Universidade de São Paulo (FEA-USP).

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/10/2024	AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		10/10/2024	Sim	10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Renato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** ROBSON LUIS REIS      **CPF:** 114.214.148-99      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador de Empresas      **Data de Nascimento:** 18/09/1971

**Experiência Profissional:** O Sr. Robson Reis é graduado e pós-graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e possui formação em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Com quase 30 anos de experiência no setor de comércio exterior e atuação em tradings, o Sr. Robson atuou como Diretor da Sertrading de 2020 a setembro de 2024, responsável pela gestão financeira e estratégica da Companhia e pela obtenção dos resultados definidos nos planos financeiros e administrativos. Sr. Robson é representante da Sertrading junto a instituições bancárias e entidades governamentais. Além disso, o Sr. Robson atua no incremento dos ganhos financeiros por meio da administração e gestão estratégica do fluxo de caixa da Sertrading, interagindo com instituições financeiras para incremento de margem de crédito e a aplicação eficiente de recursos.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor executivo	10/10/2024		10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Robson Reis declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Nome** THIAGO MAURO TAVARES **CPF:** 278.739.848-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 07/04/1977  
PONTES

**Experiência Profissional:** Formado em Administração de Empresas pela Universidade Paulista, o Sr. Thiago Pontes atuou como Vice-Presidente da Sertrading de abril de 2023 até setembro de 2024, responsável pelo planejamento estratégico de “go to market” e “delivery”. Sob sua gestão estavam as áreas Comercial, Experiência do cliente, Logística, Qualidade, Regulatório e Operações de comércio exterior. Sua experiência no processo de importação abrange diversos setores da economia. Sr. Pontes também atuou na liderança e construção de parcerias entre a Sertrading e terceiros e terceiros, bem como na administração das operações de Comércio Exterior. Em adição, sua experiência inclui gestão organizacional e liderança de equipes executivas.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor executivo	10/10/2024		10/10/2024

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Thiago Pontes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

## 7.4 Composição dos comitês

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que não há comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **7.7 Acordos/seguros de administradores**

### **7.7. Acordo / seguros de administradores**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **7.8 Outras informações relevantes**

### **7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção do Formulário de Referência.

## **8.1 Política ou prática de remuneração**

### **8.1. Política ou prática de remuneração**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,75	6,75		7,50
Nº de membros remunerados	0,00	6,00		6,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração específica pelo Emissor, uma vez que já são remunerados pelos cargos exercidos em outras empresas do grupo.			
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	4.209.366,97		4.209.366,97
Benefícios direto e indireto	0,00	696.224,62		696.224,62
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.021.234,87		2.021.234,87
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	0,00	6.926.826,46		6.926.826,46

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,75	12,50		13,25
Nº de membros remunerados	0,00	12,50		12,50
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração específica pelo Emissor, uma vez que já são remunerados pelos cargos exercidos em outras empresas do grupo.			
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	9.575.460,13		9.575.460,13
Benefícios direto e indireto	0,00	741.002,88		741.002,88
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	505.308,72		505.308,72
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	0,00	10.821.771,73		10.821.771,73

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		12,33		12,33
Nº de membros remunerados		12,33		12,33
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		10.446.046,00		10.446.046,00
Benefícios direto e indireto		620.541,91		620.541,91
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>		<b>11.066.587,91</b>		<b>11.066.587,91</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		9,67		9,67
Nº de membros remunerados		9,67		9,67
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		8.291.785,00		8.291.785,00
Benefícios direto e indireto		433.190,88		433.190,88
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>		<b>8.724.975,88</b>		<b>8.724.975,88</b>

### **8.3 Remuneração variável**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

### **8.4. Plano de remuneração baseado em ações**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.6 Outorga de opções de compra de ações**

### **8.6. Outorga de opções de compra de ações**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 8.7 Opções em aberto

### 8.7. Opções em aberto

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

### 8.8. Opções exercidas e ações entregues

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.9 Diluição potencial por outorga de ações**

### **8.9. Diluição potencial por outorga**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.10 Outorga de ações**

### **8.10. Outorga de ações**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.12 Precificação das ações/opções**

### **8.12. Precificação das ações / opções**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.13 Participações detidas por órgão**

### **8.13. Participação detidas por órgão**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.14 Planos de previdência**

### **8.14. Planos de previdência**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.15 Remuneração mínima, média e máxima**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

### **8.16. Mecanismos de remuneração / indenização**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2022	2023	2024	Exercício corrente (2025)
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%	100%
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

\*Nos exercícios sociais de 2022 e 2023 não havia parte relacionada ao controlado atual da Companhia, uma vez que o controle foi adquirido em 1º de outubro de 2024, conforme informado nos itens 1.1, 1.12 e 6.1 deste Formulário de Referência.

\*\* Em relação ao exercício social corrente as informações são prestadas considerando a relação dos administradores com o controlador atual da Companhia.

\*\*\* A Companhia não possuía Conselho de Administração constituído nos 3 últimos exercícios sociais e tampouco houve a instalação do Conselho Fiscal.

## **8.18 Remuneração - Outras funções**

### **8.18. Remuneração - outras funções**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)**

---

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

## 8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

**8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

A Companhia informa que parte de seus administradores recebem remuneração paga pelo Banco BTG Pactual S.A., acionista controlador indireto da Companhia, a título de remuneração por conta de cargos de diretoria e gerência, conforme o caso, no Grupo BTG Pactual, conforme abaixo discriminado.

Órgão de Administração/Ano	Ex. Corrente (2025)	2024	2023	2022
Diretoria	0,00	0,00	R\$ 0,00*	R\$ 0,00*
Conselho de Administração	0,00	R\$ 309.000,00**	N/A	N/A

\*Nos exercícios sociais de 2022 e 2023 não há valores reconhecidos no resultado do atual controlador, sociedades sob controle comum ou controladas como remuneração dos Diretores, uma vez que o controle da Companhia foi adquirido em 1º de outubro de 2024, conforme informado nos itens 1.1, 1.12 e 6.1 deste Formulário de Referência.

\*\* Em relação ao exercício social corrente as informações são prestadas considerando as remunerações dos administradores reconhecidas no atual grupo econômico, considerando o atual controlador.

\*\*\* A Companhia não possuía Conselho de Administração constituído nos 3 últimos exercícios sociais e tampouco houve a instalação do Conselho Fiscal.

\*\*\*\* A Companhia esclarece que, no caso dos administradores que ocupam cargo na Diretoria e Conselho de Administração da Companhia sua remuneração foi considerada para fins da tabela acima apenas no Conselho de Administração para evitar duplicidade de valores.

## **8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)**

---

Documento não preenchido.

## **8.20 Outras informações relevantes**

### **8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a seção 8 deste Formulário de Referência.

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>003859</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
12/03/2010	01/01/2021		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Auditoria independente das demonstrações contábeis. Contrato para o exame e a auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, já considerando a reemissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2023, no contexto de adequação das demonstrações financeiras para os fins do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na CVM.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
2023: R\$ 475.801,75 2024: R\$ 1.370.260,67			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Atualização do auditor no contexto do processo de abertura de capital, considerando a troca de controle.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não aplicável			

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>002879</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
02/10/2024	02/10/2024		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
(i) Serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a revisão das informações trimestrais – ITR referentes aos períodos findos em 31 de março de 2024, 30 de junho de 2024 e 30 de setembro de 2024, bem como exame das demonstrações financeiras especiais para fins de registro de emissor perante a CVM, com data-base de 30 de setembro de 2024 e 31 de outubro de 2024; (ii) Serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a revisão das informações trimestrais – ITR referentes aos períodos findos em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025 e exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (iii) Serviços relacionados a procedimentos pré-acordados, em conexão com a oferta pública de distribuição de debêntures da Companhia para o exercício social corrente			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			

A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício de 2024 para os serviços prestados no item (i) foi de R\$ 1.090.000,00.  
A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social corrente para os serviços prestados no item (ii) foi de R\$ 1.492.612,26.  
Os serviços descritos no item (iii) foram realizados após 30 de junho de 2025, de modo que não há remuneração reconhecida no período.

**Justificativa da substituição**

Não aplicável

**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa**

Não aplicável

.....

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

**9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes**

Não aplicável, considerando que não houve a contratação para a prestação de serviços extra auditoria.

## **9.4 Outras informações relevantes**

### **9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações relevantes nesta seção 9.

## **10.1A Descrição dos recursos humanos**

---

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

### 10.1. Descrever os recursos humanos

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## 10.2 Alterações relevantes

### 10.2. Alterações relevantes

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

### **10.3. Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

### **10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

---

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

## **10.4 Relações entre emissor e sindicatos**

### **10.4. Relações entre emissores e sindicatos**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **10.5 Outras informações relevantes**

### **10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção do Formulário de Referência.

## **11.1 Regras, políticas e práticas**

### **11.1. Regras, políticas e práticas**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>BANCO BTG PACTUAL S.A.</b>	01/10/2024	33.117.652,97	33.117.652,97	33.117.652,97	Não aplicável	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador					
<b>Objeto contrato</b>	Saldo em conta corrente. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 30.06.2025					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Movimentação monetária em conta corrente.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>BANCO BTG PACTUAL S.A.</b>	14/10/2024	46.633.938,58	46.633.938,58	46.633.938,58	2025	CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador					
<b>Objeto contrato</b>	Aplicações financeiras em compromissadas, cujo emissor é o Banco BTG Pactual S.A., lastreadas em títulos privados. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 30.06.2025					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Aplicações financeiras do caixa disponível da Companhia para remuneração junto ao Banco BTG Pactual S.A., visando essencialmente proteger a disponibilidade de caixa da Companhia frente à inflação (100% do CDI).					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>BANCO BTG PACTUAL S.A.</b>	30/06/2025	347.087.733,68	347.087.733,68	347.087.733,68	2025	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador					
<b>Objeto contrato</b>	Instrumento derivativo – NDF (Contrato a Termo de Moeda) contratado junto ao Banco BTG Pactual S.A. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 30.06.202					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Derivativos de moeda contratados junto ao Banco BTG Pactual S.A. com o intuito de proteção cambial das exposições da operação.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>BANCO BTG PACTUAL S.A.</b>	30/06/2025	15.430.596,24	15.430.596,24	15.430.596,24	Não aplicável	CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador					
<b>Objeto contrato</b>	Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA emitidos pela Companhia					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O CRA em questão, que tem o Banco BTG Pactual S.A. como titular de 100% dos títulos emitidos, foi emitido a mercado pela captação com a proposta de captação de disponibilidades.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>BANCO BTG PACTUAL S.A.</b>	30/06/2025	37.736.829,00	37.736.829,00	37.736.829,00	2034	CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Controlador					
<b>Objeto contrato</b>	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA emitidos pela Companhi					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O CDCA em questão, que tem o Banco BTG Pactual S.A. como titular de 100% dos títulos emitidos, foi emitido a mercado pela captação com proposta de captação de disponibilidades.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>BTG Pactual (UK) Holdco Limited</b>	06/12/2023	11.474.240.000,00	11.474.240.000,00	11.474.240.000,00	2035	CDI + 0.55%
<b>Relação com o emissor</b>	Entidade do grupo econômico, sob controle comum.					
<b>Objeto contrato</b>	Aplicações financeiras em notas promissórias emitidas pelo BTG Pactual Holdco U					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Aplicações financeiras do caixa disponível da Companhia em notas promissórias emitidas por sociedade sob controle comum para remuneração, com cláusula de liquidez imediata, visando essencialmente proteger a disponibilidade de caixa da Companhia frente à inflação (CDI + 0,55%).					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>BTG Pactual Commodities (CH) S.A.</b>	30/06/2025	2.337.897.908,21	2.337.897.908,21	2.337.897.908,21	2025	N/A
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada					
<b>Objeto contrato</b>	Contas a receber referentes a exportações de commodity					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Contas a receber referentes a exportações de commodities originadas em território nacional.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>BTG Pactual Commodities (CH) S.A.</b>	30/06/2025	107.755.196,19	107.755.196,19	107.755.196,19	Não aplicável	N/A
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada					
<b>Objeto contrato</b>	Marcação a mercado dos contratos em aberto referente as vendas de commodities entre a Companhia e o BTG Pactual Commodities (CH) S.					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Contas a receber referentes a exportações de commodities originadas em território nacional.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>BTG PACTUAL EMPRESAS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI</b>	14/10/2024	9.617.745.551,05	9.617.745.551,05	9.617.745.551,05	Não aplicável	99% do CDI
<b>Relação com o emissor</b>	Entidade do grupo econômico da Companhia					
<b>Objeto contrato</b>	Aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa Referenciado DI. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 30.06.202					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Aplicação no fundo de investimento BTG Pactual Empresas Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI que é um fundo fechado com liquidez diária, e, pertence ao Grupo BTG Pactual, com rendimento total de 99% para o mês de junho de 2025.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>SERTRADING S.A.</b>	01/10/2024	8.356,11	8.356,11	8.356,11	2025	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas administrativas prestadas com a próprio investida da Companhia, Sertrading S.A., visando o aproveitamento da estrutura existente					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Despesas corporativas rateadas e redistribuídas dentro do grupo econômico, visando ao aproveitamento da estrutura existente					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>SERTRADING S.A.</b>	01/10/2024	171.253,24	171.253,24	171.253,24	2025	N/A
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas administrativas prestadas com a próprio investida da Companhia, Sertrading S.A., visando ao aproveitamento da estrutura existente.					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Despesas corporativas rateadas e redistribuídas dentro do grupo econômico, visando ao aproveitamento da estrutura existente.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>SERTRADING SERVIÇOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA</b>	01/10/2024	237.081,49	237.081,49	237.081,49	2025	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada					
<b>Objeto contrato</b>	Compartilhamento de despesas administrativas prestadas com a própria investida da Companhia, Sertrading Serviços de Importação e Exportação Ltda., visando ao aproveitamento da estrutura existente					
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Despesas corporativas rateadas e redistribuídas dentro do grupo econômico, visando ao aproveitamento da estrutura existente.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

**11.2 - Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:**

### **n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

A Companhia informa que todas as transações reportadas no item 11.2 foram realizadas entre a própria Companhia e seu acionista controlador, Banco BTG Pactual S.A. (“Banco BTG”), entre a Companhia e sociedades por ela controladas, ou entre a Companhia e sociedades sob controle comum. Considerando que a Companhia é controlada pelo Banco BTG, todas as transações celebradas após a aquisição seguem as alçadas de aprovação e os procedimentos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas do Banco BTG, aplicável às sociedades integrantes do Grupo BTG.

A administração da Companhia é responsável por avaliar previamente as operações com partes relacionadas, assegurando que estejam alinhadas aos interesses da Companhia e que não gerem conflitos de interesses. Caso tais conflitos existam, são identificados e devidamente mitigados, eliminados ou gerenciados por meio de avaliação de risco, transparência e controles internos.

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas do Banco BTG, caso o responsável pela aprovação de determinada transação esteja em situação de conflito de interesses, deve declarar sua suspeição, detalhar o conflito e abster-se de participar da deliberação. Se a transação for aprovada, o conflito deve ser registrado no processo de aprovação e reportado no relatório trimestral encaminhado ao Comitê de Auditoria do Banco BTG.

As transações reportadas no item 11.2 envolvem exclusivamente operações entre a Companhia e seus controladores, sociedades controladas ou sob controle comum. Todas foram realizadas com base em políticas internas robustas, aprovadas por instâncias independentes e em condições de mercado, não havendo necessidade de adoção de medidas adicionais para mitigação de conflitos de interesses.

Essas transações podem ser classificadas, essencialmente, nas seguintes categorias:

- **Transações financeiras e de investimentos:** incluem aplicações financeiras e contratos de derivativos celebrados com o Banco BTG ou sociedades por ele controladas, com o objetivo de proteger as disponibilidades de caixa da Companhia contra variações inflacionárias e cambiais. Os termos, valores e prazos dessas operações seguem condições de mercado. No caso de CRA’s e CDCA, os títulos são emitidos por securitizadoras e lastreados em debêntures e recebíveis da Companhia, sendo admitidos à negociação no mercado.
- **Transações decorrentes da exportação de commodities:** realizadas com sociedades do Grupo Econômico sediadas no exterior, seguem os preços praticados no mercado internacional e observam as regras de preços de transferência aplicáveis entre Brasil e Suíça. Os termos são definidos com base em futuros públicos disponíveis em bolsa na data da negociação.
- **Contrato de compartilhamento de despesas administrativas:** celebrado com o Banco BTG e suas controladas, não apresenta conflito de interesses, considerando a sinergia gerada pelo aproveitamento da estrutura administrativa do Grupo BTG Pactual.

Todas as transações foram avaliadas como comutativas, com condições equivalentes às que seriam praticadas com partes não relacionadas, conforme análise interna da Companhia.

### **o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

A Companhia destaca que todas as transações com partes relacionadas são conduzidas em conformidade com as práticas de mercado vigentes à época de sua celebração, buscando assegurar que tais operações não resultem em benefícios indevidos ou prejuízos à Companhia.

Todas as transações são formalizadas por meio de contratos escritos, nos quais são detalhados os principais termos e condições, como valores, prazos, taxas, direitos e responsabilidades. Esses parâmetros são definidos com base em condições usuais de mercado, disponíveis em consulta pública ou, conforme o caso, com base em transações realizadas com partes não relacionadas em circunstâncias similares.

Para facilitar a compreensão das observações relativas às diferentes naturezas das transações reportadas no item 11.2, apresentamos abaixo, em subitens, as considerações pertinentes a cada tipo de operação:

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

### Operações de Venda de Commodities “Intercompany”

Parte das transações com partes relacionadas consiste em operações de venda de commodities entre a Companhia e a BTG Pactual Commodities (CH) S.A., sociedade sob controle comum, sediada na Suíça. Tais operações seguem rigorosamente os termos e condições praticados no mercado internacional de commodities, assegurando a comutatividade das condições pactuadas.

Além disso, são observadas integralmente as regras de preços de transferência aplicáveis entre Brasil e Suíça, conforme a legislação vigente, com base nos preços das commodities disponíveis em bolsas de futuros na data da negociação. Como referência, os principais procedimentos adotados para a precificação dessas operações incluem:

- **(a)** Consulta, na data da celebração do contrato, dos preços da commodity objeto da operação em bolsas de futuros como CBOT - Chicago Board of Trade e ICE - Intercontinental Exchange, considerando: (i) o preço do dia anterior à celebração; e (ii) a data prevista para entrega da commodity;
- **(b)** Atribuição de prêmio, conforme aplicável, com base em intervalos indicados por relatórios de corretoras especializadas em commodities;
- **(c)** Estimativa e dedução de custos operacionais, como elevação portuária, conforme as condições pactuadas.

Dessa forma, mesmo tratando-se de parte relacionada, a Companhia adota como referência os preços de mercado das commodities, ajustados conforme os custos da transação e relatórios independentes de corretoras internacionais, garantindo a comutatividade e a integridade das condições pactuadas.

### Operações Financeiras e de Investimentos

Conforme destacado no subitem “n” acima, parte das transações reportadas consiste em operações financeiras e de investimentos, como aplicações em operações compromissadas, notas promissórias e contratos de derivativos, celebradas com o acionista controlador ou sociedades sob controle comum, considerando que a Companhia é subsidiária do Banco BTG.

Essas operações seguem taxas e condições compatíveis com aquelas praticadas pelo Banco BTG em transações com terceiros, estando alinhadas às práticas de mercado. Em sua essência, tais transações integram a gestão de caixa da Companhia, visando à manutenção de rendimentos atrelados à taxa básica de juros e à proteção contra variações cambiais e inflacionárias.

No caso das aplicações em operações compromissadas emitidas pelo Banco BTG, os investimentos contratados pela Companhia preveem liquidez imediata e remuneração equivalente a 100% do CDI. A definição dessas taxas considera as condições ofertadas pelo Banco BTG a clientes não relacionados que realizam investimentos similares. Como referência, em 30 de junho de 2025:

- 1% dos clientes aplicaram em títulos com remuneração inferior a 95% do CDI;
- Cerca de 99% (ou 3.671 clientes), incluindo a Companhia, aplicaram em títulos com remuneração entre 95% e 105% do CDI;
- Nenhum cliente realizou aplicações com remuneração superior a 105% do CDI.

Essa análise reforça que os termos das notas promissórias emitidas pelo BTG Pactual Holdco (UK) Limited (CDI + 0,55%, equivalente a 104,24% do CDI na data-base) estão igualmente alinhados às condições de mercado.

Quanto aos instrumentos de proteção cambial, a Companhia celebra contratos de derivativos com o objetivo de mitigar sua exposição a variações nos preços de commodities, custos logísticos e taxas de câmbio, protegendo suas operações contra oscilações de mercado.

No caso dos CRA e CDCA reportados, os títulos são emitidos por securitizadoras e lastreados em debêntures e recebíveis da Companhia, sendo admitidos à negociação no mercado secundário. O Banco BTG subscreveu apenas parte desses títulos, observando as regras aplicáveis à oferta e os preços praticados no mercado.

Por fim, quanto à conta corrente mantida no Banco BTG, a Companhia esclarece que essa conta foi aberta antes da aquisição do controle pelo Banco BTG, sendo utilizada para transações bancárias rotineiras. A contratação seguiu condições usuais de mercado, compatíveis com aquelas praticadas por outras instituições financeiras.

### Contrato de compartilhamento de despesas administrativas

Adicionalmente, no que se refere à transação mencionada no item 11.2, relativa ao pagamento de despesas administrativas à controladora Sertrading S.A., a Companhia esclarece que tal contratação se justifica pela sinergia decorrente do aproveitamento da estrutura administrativa compartilhada no âmbito do Grupo Econômico.

## **11.3 Outras informações relevantes**

### **11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há informações relevantes a serem comentadas.

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2025		1.117.659.462,22	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
11.046.094.622	0	11.046.094.622	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2025		1.117.659.462,22	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
11.046.094.622	0	11.046.094.622	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2025		1.117.659.462,22	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
11.046.094.622	0	11.046.094.622	

## **12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras**

### **12.2 Emissores estrangeiros direitos e regras**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª emissão de deb. Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária em 4 séries—1ª série
<b>Data de emissão</b>	15/09/2025
<b>Data de vencimento</b>	15/09/2035
<b>Quantidade</b>	346.205
<b>Unidade</b>	
<b>Valor nominal global R\$</b>	346.205.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	346.205.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures da Primeira Série somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) livremente entre Investidores Qualificados; e (ii) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, sendo certo que deverão ser observadas as obrigações previstas na Resolução CVM 160 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, conforme artigo 1º, §1º, II, da Lei 12.431 e Resolução CMN 4.751, ou prazo inferior que venha a ser permitido por norma aplicável. O resgate parcial é vedado. O valor a ser pago será o maior entre: (i) o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, acrescido da Remuneração pro rata temporis desde a última data de pagamento (inclusive) até a data do resgate (exclusive), e dos Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) o valor presente da soma dos pagamentos futuros de amortização e remuneração, descontado pela Taxa DI para 252 dias úteis, com interpolação da curva Pré x DI divulgada pela B3, correspondente ao vértice mais próximo à duration remanescente, acrescida exponencialmente de spread negativo de 0,60% ao ano, conforme fórmula da Escritura, somado aos Encargos Moratórios, se houver.</p> <p>Amortização Extraordinária: As Debêntures da Primeira Série não estarão sujeitas à amortização extraordinária, total ou parcial, conforme Resolução CMN 4.751. Caso nova norma permita tal amortização, a Companhia poderá realizá-la, sem necessidade de aditamento à Escritura, nova aprovação societária ou Assembleia de Debenturistas, desde que: (i) o prazo médio ponderado entre a Data de Emissão e a data da amortização seja superior a 4 (quatro) anos, ou prazo inferior permitido por norma aplicável; e (ii) o valor pago seja o maior entre os valores indicados nos itens “(i)” e “(ii)” da Cláusula 5.1.1.3 da Escritura.</p> <p>Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série, vedado o resgate parcial, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, conforme legislação aplicável. A oferta será endereçada a todos os Debenturistas da Primeira Série, assegurada igualdade de condições. O valor a ser pago será o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, acrescido da Remuneração pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou da última data de pagamento (inclusive) até a data do resgate (exclusive), encargos devidos e não pagos, e, se aplicável, o prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta.</p>

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

Juros:

12,4841% (doze inteiros e quatro mil oitocentos e quarenta e um décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis

Garantias: N/A

Principais Hipóteses de Vencimento Antecipado: (a) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (b) (i) liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção ocorrer em decorrência (1) da incorporação e/ou qualquer eventos de sucessão societária da Companhia por alguma suas Controladas e desde que sejam mantidas todas as obrigações da Escritura de Emissão; e (2) de reorganizações societárias realizadas entre a Companhia e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ("Reorganização Societária"); (ii) decretação de falência da Companhia ou de seus Controladores, por decisão final transitada em julgado; (iii) pedido de autofalência formulado pela Companhia ou por seus Controladores; (iv) pedido de falência da Companhia ou de seus Controladores formulado por terceiros, não elidido ou indeferido no prazo legal; ou (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia ou seus Controladores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Companhia que inviabilize o Projeto; (d) alteração do Controle direto ou indireto da Companhia sem o prévio consentimento dos investidores reunidos em assembleia geral convocada especificamente para este fim, exceto caso o BTG PACTUAL G7 HOLDING S.A., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na PR Botafogo 501, Andar 5, Parte Torre do Corcovado, Botafogo – Rio de Janeiro CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.252.858/0001-46 ("BTG G7 Holding") continue sendo controlador direto e/ou indireto da Companhia (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s) e desde que o BTG G7 Holding (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s)) continue sendo o controlador direto ou indireto do Banco BTG Pactual S.A.; (e) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou instrumentos financeiros da Companhia, em valor individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no balanço patrimonial mais recente divulgado à época da declaração de vencimento antecipado; (g) término, perda, extinção, caducidade, encampação, intervenção, revogação ou declaração de invalidade ou ineficácia do Contrato de Arrendamento da Companhia para explorar atividades relacionadas ao serviço portuário em vigor; e (h) abandono do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação e/ou operação do Projeto. As demais hipóteses de vencimento antecipado estão relacionadas na Escritura de Emissão.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações podem ser feitas por meio de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação previstas na Escritura de Emissão.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM.

A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o previsto na Escritura de Emissão.

Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, em primeira ou segunda convocação, pelo menos, a maioria das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas ou das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.

### Outras características relevantes

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração anual a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem correspondem a: (i) parcelas anuais no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração da Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.; e (ii) caso aplicável, adicionalmente, serão devidas ao Agente Fiduciário, parcelas de R\$ 800,00 por homem-hora dedicado às atividades relacionadas à emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, pelo Agente Fiduciário, à Companhia do relatório de horas.

Quanto ao saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social das Debêntures, o valor indicado acima faz referência ao saldo devedor em aberto na data de sua emissão, tendo em vista que foram emitidas no exercício social corrente. Os termos descritos neste item iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de deb. simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária em 4 séries-2ª serie
Data de emissão	15/09/2025
Data de vencimento	15/09/2035
Quantidade	469.928
Unidade	
Valor nominal global R\$	469.928.000,00
Saldo Devedor em Aberto	469.928.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures da Segunda Série somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) livremente entre Investidores Qualificados; e (ii) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, sendo certo que deverão ser observadas as obrigações previstas na Resolução CVM 160 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p><b>Resgate Antecipado Facultativo:</b> A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, nos termos da Lei 12.431 e Resolução CMN 4.751, ou prazo inferior permitido por lei. É vedado o resgate parcial. O valor devido será o maior entre: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração pro rata temporis e Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de amortização e remuneração, descontado pela taxa do Tesouro IPCA+ com duration mais próxima à remanescente, acrescida de spread negativo de 0,60%, conforme fórmula da Escritura, somado aos Encargos Moratórios, se houver.</p> <p><b>Amortização Extraordinária:</b> Não aplicável, conforme Resolução CMN 4.751. Caso norma futura permita, a Companhia poderá realizar amortização extraordinária facultativa, sem necessidade de aditamento ou assembleia, desde que: (i) prazo médio ponderado seja superior a 4 (quatro) anos (ou prazo inferior permitido por lei); e (ii) valor devido seja equivalente ao maior entre os valores indicados nos itens “(i)” e “(ii)” da Cláusula 5.1.2.3 da Escritura.</p> <p><b>Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:</b> A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série, observados os mesmos prazos e condições legais, sendo vedado resgate parcial. A oferta será dirigida a todos os Debenturistas, em igualdade de condições. O valor a ser pago corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo, acrescido (a) da Remuneração pro rata temporis e encargos devidos até a data do resgate; e (b) se aplicável, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta.</p>
---	--

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

Juros:

6,7214% (seis inteiros e sete mil duzentos e quatorze décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis

Garantias: N/A

Principais Hipóteses de Vencimento Antecipado: (a) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (b) (i) liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção ocorrer em decorrência (1) da incorporação e/ou qualquer eventos de sucessão societária da Companhia por alguma suas Controladas e desde que sejam mantidas todas as obrigações da Escritura de Emissão; e (2) de reorganizações societárias realizadas entre a Companhia e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ("Reorganização Societária"); (ii) decretação de falência da Companhia ou de seus Controladores, por decisão final transitada em julgado; (iii) pedido de autofalência formulado pela Companhia ou por seus Controladores; (iv) pedido de falência da Companhia ou de seus Controladores formulado por terceiros, não elidido ou indeferido no prazo legal; ou (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia ou seus Controladores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Companhia que inviabilize o Projeto; (d) alteração do Controle direto ou indireto da Companhia sem o prévio consentimento dos investidores reunidos em assembleia geral convocada especificamente para este fim, exceto caso o BTG PACTUAL G7 HOLDING S.A., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na PR Botafogo 501, Andar 5, Parte Torre do Corcovado, Botafogo – Rio de Janeiro CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.252.858/0001-46 ("BTG G7 Holding") continue sendo controlador direto e/ou indireto da Companhia (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s) e desde que o BTG G7 Holding (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s)) continue sendo o controlador direto ou indireto do Banco BTG Pactual S.A.; (e) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou instrumentos financeiros da Companhia, em valor individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no balanço patrimonial mais recente divulgado à época da declaração de vencimento antecipado; (g) término, perda, extinção, caducidade, encampação, intervenção, revogação ou declaração de invalidade ou ineficácia do Contrato de Arrendamento da Companhia para explorar atividades relacionadas ao serviço portuário em vigor; e (h) abandono do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação e/ou operação do Projeto. As demais hipóteses de vencimento antecipado estão relacionadas na Escritura de Emissão.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações podem ser feitas por meio de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação previstas na Escritura de Emissão.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM.

A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o previsto na Escritura de Emissão.

Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, em primeira ou segunda convocação, pelo menos, a maioria das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas ou das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.

### Outras características relevantes

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração anual a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem correspondem a: (i) parcelas anuais no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração da Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.; e (ii) caso aplicável, adicionalmente, serão devidas ao Agente Fiduciário, parcelas de R\$ 800,00 por homem-hora dedicado às atividades relacionadas à emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, pelo Agente Fiduciário, à Companhia do relatório de horas.

Quanto ao saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social das Debêntures, o valor indicado acima faz referência ao saldo devedor em aberto na data de sua emissão, tendo em vista que foram emitidas no exercício social corrente. Os termos descritos neste item iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de deb. Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária em 4 séries—3ª série
Data de emissão	15/09/2025
Data de vencimento	15/09/2040
Quantidade	125.072
Unidade	
Valor nominal global R\$	125.072.000,00
Saldo Devedor em Aberto	125.072.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures da Terceira Série somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) livremente entre Investidores Qualificados; e (ii) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, sendo certo que deverão ser observadas as obrigações previstas na Resolução CVM 160 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p><b>Resgate Antecipado Facultativo:</b> A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Terceira Série, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, nos termos da Lei 12.431 e Resolução CMN 4.751, ou prazo inferior permitido por lei. É vedado o resgate parcial. O valor devido será o maior entre: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo, acrescido da Remuneração pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou último pagamento, e Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de amortização e remuneração, descontado pela Taxa DI para 252 dias úteis, baseada na curva Pré x DI divulgada pela B3, correspondente ao vértice mais próximo à duration remanescente, acrescida de spread negativo de 0,50%, conforme fórmula da Escritura, somado aos Encargos Moratórios, se houver.</p> <p><b>Amortização Extraordinária:</b> Não aplicável, conforme Resolução CMN 4.751. Caso norma futura permita, a Companhia poderá realizar amortização extraordinária facultativa, sem necessidade de aditamento ou assembleia, desde que: (i) prazo médio ponderado seja superior a 4 (quatro) anos (ou prazo inferior permitido por lei); e (ii) valor devido seja equivalente ao maior entre os valores indicados nos itens “(i)” e “(ii)” da Cláusula 5.1.1.3 da Escritura.</p> <p><b>Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:</b> A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Terceira Série, observados os mesmos prazos e condições legais, sendo vedado resgate parcial. A oferta será dirigida a todos os Debenturistas, em igualdade de condições. O valor a ser pago corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo, acrescido (a) da Remuneração pro rata temporis e encargos devidos até a data do resgate; e (b) se aplicável, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta.</p>
---	---

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

Juros:

12,5794% (doze inteiros e cinco mil setecentos e noventa e quatro décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis

Garantias: N/A

Principais Hipóteses de Vencimento Antecipado: (a) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (b) (i) liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção ocorrer em decorrência (1) da incorporação e/ou qualquer eventos de sucessão societária da Companhia por alguma suas Controladas e desde que sejam mantidas todas as obrigações da Escritura de Emissão; e (2) de reorganizações societárias realizadas entre a Companhia e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ("Reorganização Societária"); (ii) decretação de falência da Companhia ou de seus Controladores, por decisão final transitada em julgado; (iii) pedido de autofalência formulado pela Companhia ou por seus Controladores; (iv) pedido de falência da Companhia ou de seus Controladores formulado por terceiros, não elidido ou indeferido no prazo legal; ou (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia ou seus Controladores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Companhia que inviabilize o Projeto; (d) alteração do Controle direto ou indireto da Companhia sem o prévio consentimento dos investidores reunidos em assembleia geral convocada especificamente para este fim, exceto caso o BTG PACTUAL G7 HOLDING S.A., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na PR Botafogo 501, Andar 5, Parte Torre do Corcovado, Botafogo – Rio de Janeiro CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.252.858/0001-46 ("BTG G7 Holding") continue sendo controlador direto e/ou indireto da Companhia (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s) e desde que o BTG G7 Holding (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s)) continue sendo o controlador direto ou indireto do Banco BTG Pactual S.A.; (e) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou instrumentos financeiros da Companhia, em valor individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no balanço patrimonial mais recente divulgado à época da declaração de vencimento antecipado; (g) término, perda, extinção, caducidade, encampação, intervenção, revogação ou declaração de invalidade ou ineficácia do Contrato de Arrendamento da Companhia para explorar atividades relacionadas ao serviço portuário em vigor; e (h) abandono do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação e/ou operação do Projeto. As demais hipóteses de vencimento antecipado estão relacionadas na Escritura de Emissão.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações podem ser feitas por meio de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação previstas na Escritura de Emissão.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM.

A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o previsto na Escritura de Emissão.

Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, em primeira ou segunda convocação, pelo menos, a maioria das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas ou das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.

### Outras características relevantes

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração anual a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem correspondem a: (i) parcelas anuais no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração da Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.; e (ii) caso aplicável, adicionalmente, serão devidas ao Agente Fiduciário, parcelas de R\$ 800,00 por homem-hora dedicado às atividades relacionadas à emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, pelo Agente Fiduciário, à Companhia do relatório de horas.

Quanto ao saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social das Debêntures, o valor indicado acima faz referência ao saldo devedor em aberto na data de sua emissão, tendo em vista que foram emitidas no exercício social corrente.

Os termos descritos neste item iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de deb. Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária em 4 séries—4ª série
Data de emissão	15/09/2025
Data de vencimento	15/09/2040
Quantidade	58.795
Unidade	
Valor nominal global R\$	58.795.000,00
Saldo Devedor em Aberto	58.795.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures da Quarta Série somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) livremente entre Investidores Qualificados; e (ii) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, sendo certo que deverão ser observadas as obrigações previstas na Resolução CVM 160 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p><b>Resgate Antecipado Facultativo:</b> A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Quarta Série, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, nos termos da Lei 12.431 e Resolução CMN 4.751, ou prazo inferior permitido por lei. É vedado o resgate parcial. O valor devido será o maior entre: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou último pagamento, e Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de amortização e remuneração, descontado pela taxa do Tesouro IPCA+ com duration mais próxima à remanescente, conforme cotação ANBIMA do 2º Dia Útil anterior, acrescida de spread negativo de 0,50%, calculado conforme fórmula da Escritura, somado aos Encargos Moratórios, se houver.</p> <p><b>Amortização Extraordinária:</b> Não aplicável, conforme Resolução CMN 4.751. Caso norma futura permita, a Companhia poderá realizar amortização extraordinária facultativa, sem necessidade de aditamento ou assembleia, desde que: (i) prazo médio ponderado seja superior a 4 (quatro) anos (ou prazo inferior permitido por lei); e (ii) valor devido seja equivalente ao maior entre os valores indicados nos itens “(i)” e “(ii)” da Cláusula 5.1.2.3 da Escritura.</p> <p><b>Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:</b> A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Quarta Série, observados os mesmos prazos e condições legais, sendo vedado resgate parcial. A oferta será dirigida a todos os Debenturistas, em igualdade de condições. O valor a ser pago corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo, acrescido (a) da Remuneração pro rata temporis e encargos devidos até a data do resgate; e (b) se aplicável, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta.</p>
---	---

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

Juros:

6,4770% (seis inteiros e quatro mil setecentos e setenta décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis

Garantias: N/A

Principais Hipóteses de Vencimento Antecipado: (a) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (b) (i) liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção ocorrer em decorrência (1) da incorporação e/ou qualquer eventos de sucessão societária da Companhia por alguma suas Controladas e desde que sejam mantidas todas as obrigações da Escritura de Emissão; e (2) de reorganizações societárias realizadas entre a Companhia e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ("Reorganização Societária"); (ii) decretação de falência da Companhia ou de seus Controladores, por decisão final transitada em julgado; (iii) pedido de autofalência formulado pela Companhia ou por seus Controladores; (iv) pedido de falência da Companhia ou de seus Controladores formulado por terceiros, não elidido ou indeferido no prazo legal; ou (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia ou seus Controladores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Companhia que inviabilize o Projeto; (d) alteração do Controle direto ou indireto da Companhia sem o prévio consentimento dos investidores reunidos em assembleia geral convocada especificamente para este fim, exceto caso o BTG PACTUAL G7 HOLDING S.A., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na PR Botafogo 501, Andar 5, Parte Torre do Corcovado, Botafogo – Rio de Janeiro CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.252.858/0001-46 ("BTG G7 Holding") continue sendo controlador direto e/ou indireto da Companhia (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s) e desde que o BTG G7 Holding (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s)) continue sendo o controlador direto ou indireto do Banco BTG Pactual S.A.; (e) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou instrumentos financeiros da Companhia, em valor individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no balanço patrimonial mais recente divulgado à época da declaração de vencimento antecipado; (g) término, perda, extinção, caducidade, encampação, intervenção, revogação ou declaração de invalidade ou ineficácia do Contrato de Arrendamento da Companhia para explorar atividades relacionadas ao serviço portuário em vigor; e (h) abandono do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação e/ou operação do Projeto. As demais hipóteses de vencimento antecipado estão relacionadas na Escritura de Emissão.

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As alterações podem ser feitas por meio de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação previstas na Escritura de Emissão.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM.

A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o previsto na Escritura de Emissão.

Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, em primeira ou segunda convocação, pelo menos, a maioria das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas ou das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

**Outras características relevantes**

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração anual a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem correspondem a: (i) parcelas anuais no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração da Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.; e (ii) caso aplicável, adicionalmente, serão devidas ao Agente Fiduciário, parcelas de R\$ 800,00 por homem-hora dedicado às atividades relacionadas à emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, pelo Agente Fiduciário, à Companhia do relatório de horas.

Quanto ao saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social das Debêntures, o valor indicado acima faz referência ao saldo devedor em aberto na data de sua emissão, tendo em vista que foram emitidas no exercício social corrente.

Os termos descritos neste item iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

---

## 12.4 Número de titulares de valores mobiliários

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, visto que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

## 12.5 Mercados de negociação no Brasil

### 12.5 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes valores mobiliários admitidos à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão: 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 4 Séries, da Companhia, sob os códigos: (i) BTGL11, para as Debêntures da Primeira Série; (ii) BTGL21, para as Debêntures da Segunda Série; (iii) BTGL31, para as Debêntures da Terceira Série; e (iv) BTGL41, para as Debêntures da Quarta Série.

## **12.6 Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

## **12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas**

### **12.8. Destinação de recursos de Ofertas Públicas**

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

## **12.9 Outras informações relevantes**

### **12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a seção 12 deste Formulário de Referência.

### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Julia Mendonca Rocha	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
Manuel de Almeida Marins Gorito	Diretor Presidente	Registrado	

## 13.1 Declaração do diretor presidente

### 13.1 Declaração do diretor presidente

#### DECLARAÇÃO

Eu, **MANUEL DE ALMEIDA MARINS GORITO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 13.134.615-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 098.346.907-54, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, CEP: 04.538-133, na qualidade de Diretor Presidente da **BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.** ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 80, de 29 de março de 2022, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

MANUEL DE ALMEIDA  
MARINS  
GORITO:09834690754

Assinado de forma digital por  
MANUEL DE ALMEIDA MARINS  
GORITO:09834690754  
Dados: 2025.05.09 12:39:53 -03'00'

**MANUEL DE ALMEIDA MARINS GORITO**

Diretor Presidente

## 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

### 13.1. Declaração do diretor de relações com investidores

#### DECLARAÇÃO

Eu, **JULIA MENDONÇA ROCHA**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 20267374-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 059.849.307-73, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477-11º andar, CEP - 04.538-133, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da **BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.** ("Companhia"), neste ato declaro que:

- a) revi o formulário de referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 80, de 29 de março de 2022, em especial aos artigos 15 a 20; e
- c) as informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

JULIA MENDONÇA  
ROCHA:05984930773

Assinado de forma digital por JULIA  
MENDONCA ROCHA:05984930773  
Dados: 2025.05.09 12:39:23 -03'00'

---

**JULIA MENDONÇA ROCHA**  
Diretora de Relações com Investidores

## **13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual**

Documento não preenchido.